



Carta Educativa do Concelho de Alandroal

Revisão de 2013

Julho de 2013

Câmara Municipal de Alandroal

**Centro de Investigação em Educação e Psicologia da
Universidade de Évora (CIEP/UE)**

Carta Educativa do Concelho de Alandroal

(Revisão de Julho 2013)

FICHA TÉCNICA

ISBN: 978-989-8339-15-7

Propriedade:

Câmara Municipal de Alandroal (CMA)

Responsabilidade Científica e Técnica:

Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE)

Colégio Pedro da Fonseca

Apartado 94

7002-554 Évora

<http://www.ciep.uevora.pt/> | ciep@uevora.pt

Grupo de Trabalho:

José Carlos Bravo Nico (Coordenador – CIEP/UE);

Lurdes Pratas Nico (CIEP/UE)

Antónia Tobias (CIEP/UE)

Florbela Valadas (CMA)

Fátima Ferreira (CIEP/UE)

Outros Colaboradores:

Manuel Borrões (consultor externo)

Vítor Caeiro (consultor externo)

Instituições que colaboraram:

Agrupamento Vertical de Escolas do Alandroal

Instituições do Concelho de Alandroal (cf. Anexo 1)

Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares/Direcção de Serviços da Região Alentejo

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Este documento não foi redigido de acordo com o Novo Acordo Ortográfico

ACRÓNIMOS

CIEP/UE – Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora

CMA – Câmara Municipal de Alandroal

DGEstE/DSRALENTEJO – Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares/Direcção de Serviços da Região Alentejo

DREA - Direcção Regional de Educação do Alentejo

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

UE – Universidade de Évora



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
1. O CONTEXTO CONCEPTUAL	7
1.1. O conhecimento produzido no território	13
2. O CONTEXTO TERRITORIAL	22
3. O CONTEXTO DEMOGRÁFICO	26
4. O CONTEXTO ECONÓMICO E O EMPREGO	38
4.1. O universo institucional em Alandroal	38
5. OS CONTEXTOS URBANOS E SUAS DINÂMICAS	52
6. OS CONTEXTOS DE QUALIFICAÇÃO	56
6.1. As redes de qualificação	57
6.1.1. As redes formais de qualificação	57
1. A rede formal de educação	58
a. A Intervenção Precoce	58
b. Os estabelecimentos de Educação de Infância	58
c. A Escola Pública	59
d. As escolas privadas	59
e. Os Centros Novas Oportunidades	59
2. A rede formal de formação	60
3. A rede formal do ensino superior	60
4. A rede formal de aprendizagem	60
6.1.2. As redes não-formais de qualificação	61
5. A rede não-formal de aprendizagem	61
6. A rede não-formal da formação profissional	61
7. A rede não-formal das instituições sociais	62
8. A rede não-formal das instituições culturais, desportivas e recreativas	62
9. A rede não-formal das instituições de saúde	62
10. A rede não-formal das instituições de segurança	63
11. A rede não-formal das instituições de comunicação social	63
6.1.3. As redes informais de qualificação	63
12. As redes informais de convivialidade	63
13. As redes informais dos espaços digitais e electrónicos	64
6.2. Algumas coordenadas do Mapa da Qualificação em Alandroal	64
7. AS REDES FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO EM ALANDROAL	69
7.1. A Educação de Infância	75
7.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico	79
7.3. O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	84
7.4. O Ensino Secundário	88
7.5. A Educação e Formação de Adultos	89
8. AS REDES NÃO-FORMAIS E INFORMAIS DE QUALIFICAÇÃO EM ALANDROAL	92
8.1. A qualificação nas instituições não escolares	92
8.1.1. A área das aprendizagens nas instituições não escolares	93
8.1.2. Os objectivos das aprendizagens nas instituições não escolares	97
8.1.3. Os formadores das aprendizagens nas instituições não escolares	101
8.1.4. Os destinatários das aprendizagens nas instituições não escolares	102
8.1.5. Os espaços das aprendizagens nas instituições não escolares	106
8.1.6. Os recursos das aprendizagens nas instituições não escolares	107
8.1.7. O financiamento das aprendizagens nas instituições não escolares	109
8.1.8. Os tempos das aprendizagens nas instituições não escolares	110
8.1.9. A avaliação e a certificação das aprendizagens nas instituições não escolares	112
8.1.10. Os parceiros das aprendizagens nas instituições não escolares	114
8.1.11. Os impactos das aprendizagens nas instituições não escolares	118
8.2. A qualificação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	119

8.2.1.	A identificação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	119
8.2.2.	A área de actividades das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	123
8.2.3.	A localização das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	126
8.2.4.	O funcionamento das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	127
8.2.5.	Os recursos humanos nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	129
8.2.6.	A certificação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	130
8.2.7.	O quotidiano das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	132
8.2.8.	A dimensão administrativa nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	134
8.2.9.	O Plano Anual de Actividades das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	136
8.2.10.	As iniciativas de Educação/Formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	137
8.2.11.	O relacionamento interinstitucional das IPE	139
8.2.12.	A gestão de formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	140
8.2.13.	A cooperação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	142
8.2.14.	As actividades de âmbito formativo nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	143
8.2.15.	O papel atribuído à formação pelas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	145
8.2.16.	Os Recursos Humanos e tempo dedicados à formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	145
8.2.17.	O levantamento de necessidades nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	146
8.2.18.	As práticas de formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	148
8.2.19.	As áreas em que as Instituições com Potencial Educativo (IPE) poderão contribuir para a qualificação da população de Alandroal	150
9.	AS APRENDIZAGENS DISPONIBILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE)	151
9.1.	A caracterização das actividades de aprendizagem nas IPE	156
9.1.1.	A responsabilidade pelas actividades de aprendizagem nas IPE	156
9.1.2.	Os recursos humanos envolvidos nas actividades de aprendizagem nas IPE	157
9.1.3.	A participação nas actividades de aprendizagem nas IPE	161
9.1.4.	Os locais de realização das actividades de aprendizagem nas IPE	161
9.1.5.	Os momentos das actividades de aprendizagem nas IPE	162
9.1.6.	A avaliação das actividades de aprendizagem nas IPE	165
9.1.7.	A certificação das actividades de aprendizagem nas IPE	167
9.1.8.	A cooperação, financiamento e recursos envolvidos nas actividades de aprendizagem nas IPE	167
9.1.9.	A relevância das actividades de aprendizagem nas IPE	170
10.	A UNIVERSIDADE POPULAR TÚLIO ESPANCA/PÓLO DE ALANDROAL	171
10.1.	A Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal: o presente	173
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
11.1.	A Carta Educativa, o território, as instituições, os cidadãos e as redes de qualificação	176
11.2.	A evolução da rede de qualificação de Alandroal	177
11.3.	A Qualificação e o desenvolvimento de Alandroal	179
	Referências Bibliográficas	182
	Legislação Referida	186
	Anexo 1 – Mapas e recursos das Instituições com Potencial Educativo	187
	Anexo 2 – Plantas e documentos técnicos dos Centros Escolares do concelho de Alandroal	188

INTRODUÇÃO

O caminho percorrido até ao momento da Revisão da Carta Educativa de Alandroal foi longo e iniciou-se em 2002, aquando do primeiro Protocolo de Cooperação que envolveu a Câmara Municipal de Alandroal e a Universidade de Évora.

Ao longo desta última década, foi realizado um, aprofundado, detalhado e produtivo, estudo das redes de qualificação existentes no concelho de Alandroal [Barreiros (2012), Barrenho (2012), Carvalho (2010, 2011), Carvalho *et al* (2011), D'Orey (2008, 2011), Galhardas (2012), Grosso (2012), Nico (2008, 2011, 2012, 2013), Nico & Nico (2009, 2011), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), Rocha (2011)].

Assim sendo, e porque todo esse trabalho se revela fundamental para o novo perímetro conceptual, institucional e territorial da Carta Educativa, recorrer-se-á a essa informação, sempre que se revelar adequado, indicando a respectiva fonte bibliográfica.

Com o mesmo critério de utilidade e pertinência – anteriormente aplicado aos trabalhos académicos e científicos realizados pelos membros da equipa responsável por este processo de revisão Carta Educativa de Alandroal – serão convocados para este exercício todos os documentos de trabalho e de qualquer outra natureza produzidos localmente, nomeadamente os que resultam da actividade municipal e de instituições ou redes locais [(CMA, s/d, 1994, 2006; CMA, 2007; TTERRA, 2011)].

O documento que se apresenta em seguida é uma *fotografia* da realidade, no momento presente (Julho de 2013). Esta imagem é, como todas as que respeitam aos territórios onde vivem e trabalham pessoas e instituições, uma realidade viva, dinâmica e evolutiva. A Carta Educativa também deveria assumir esses atributos: viva, dinâmica e evolutiva, em tempo real. Só assim se pode assumir como instrumento incontornável no desenho, construção e operacionalização de políticas locais de qualificação e de desenvolvimento local.

1. O CONTEXTO CONCEPTUAL¹

O conhecimento, num determinado território, da rede de oportunidades de aprendizagem – contemplando todas possíveis modalidades de educação e formação e respectivos agentes promotores –, tem vindo a revelar-se uma análise importante, pois ela permite avaliar do potencial educativo desse território. Por outro lado, o conhecimento pormenorizado desse mapa poderá permitir um exercício de meta-análise e meta-avaliação da própria realidade, no sentido de esta ser pensada de uma forma mais integrada e racional. Este exercício parece ser decisivo para que cada território assuma um maior protagonismo – porque mais consciente e autónomo – na sua própria qualificação, enquanto contexto promotor da qualificação das instituições e das pessoas que nele existem.

Em Portugal, com a implementação dos processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), desde o ano 2000, foi possível começar a ter uma percepção mais clara da importância relativa das instituições e contextos locais no conjunto de aprendizagens concretizadas pelos indivíduos adultos, ao longo dos respectivos percursos vitais. Na realidade, este processo, ao basear-se numa matriz de abordagem em que as histórias de vida começam a assumir um papel determinante – pois é através desta abordagem que se constroem os denominados portefólios reflexivos, nos quais se identificam as aprendizagens significativas para a construção/desenvolvimento das competências que, mais tarde, serão objecto de reconhecimento e certificação –, tem vindo a ser possível ter uma noção mais aproximada do que é a verdadeira importância da acção educadora das instituições locais das mais diferentes naturezas: empresas e associações de desenvolvimento, desportivas, de solidariedade, culturais, recreativas, juvenis e de âmbito religioso. Até, porque, como nos refere Arroteia *et al* (2000:157), *“a designação de mapa educativo contempla a existência de outros espaços educativos, que não só a escola, facto que não deve deixar de ser encarado, na actualidade.”*

¹ Elaborado com base em: **Nico (2011)**. *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedago. pp. 11-13).



Na realidade, a aprendizagem é uma realidade humana presente na circunstância vital de cada indivíduo e que este concretiza no respectivo quotidiano. Assim sendo, a aprendizagem é uma dimensão intrínseca do dia-a-dia das pessoas, independentemente dos diferentes contextos em que estas se movimentam: na família, na escola, na profissão, no associativismo, na política, no desporto, no lazer, na amizade, etc.

Os espaços e tempos especificamente pensados e estruturados para que neles aconteça a aprendizagem são apenas uma pequena parte da circunstância vital de cada pessoa. Na realidade, a vida está preenchida de ocasiões (diversas, inorgânicas mas ricas) onde podem ocorrer aprendizagens. As trajectórias vitais de cada indivíduo comportam sempre um significativo conjunto de aprendizagens que não foram realizadas nos chamados contextos formais de educação e formação (Nico & Nico, 2011: 211).

A formação das pessoas é, neste contexto, um processo dinâmico que reflectirá, estruturalmente, as oportunidades de aprendizagem, local e territorialmente, existentes. Assim sendo, o conhecimento pormenorizado desta rede local de instituições e contextos promotores de oportunidades de aprendizagem é essencial para a cartografia completa da realidade educativa de um território (Imagínario, 2007:27), para lá de nos proporcionar uma perspectiva sobre o grau de mobilização das comunidades para a prática associativa (Lima & Erasmie, 1982:132).

Na realidade, se o processo de formação de qualquer pessoa acontece ao longo de toda a sua vida, concretizando-se em diferentes contextos (social, familiar, profissional, institucional, comunitário) e envolvendo ambientes de aprendizagem com distintas características – desde os ambientes mais formais e escolarizados, próprios das aprendizagens mais institucionais e certificadas, aos ambientes totalmente informais, resultantes do convívio social – então, naturalmente, o portefólio de aprendizagens, que cada pessoa comporta, resultará do conjunto de experiências formativas que esta concretiza nos distintos contextos que constituem o seu percurso vital.

Conhecer o mapa das aprendizagens existente em cada território, incluindo, no perímetro desse exercício de *cartografia educacional*, todas as manifestações educativas e formativas aí existentes é, na actualidade, o primeiro passo de um diálogo sério, simbiótico e coordenador entre as políticas de qualificação e respectivos instrumentos e os territórios, as instituições e as pessoas neles residentes (Nico, 2008: 16; Nico, 2011: 145).

Naturalmente, este exercício conceptual assume o pressuposto de que as dimensões geográfica, demográfica, social, económica e cultural condicionarão a geometria do **mapa das aprendizagens** de cada território e de cada pessoa. Um mapa onde todos os *nós* da rede se deverão considerar, porque todos eles são, na realidade, *coordenadas* por onde passam as pessoas nas suas trajectórias vitais (Nico, 2008:14). Até porque, no presente, *“a hegemonia da forma escolar e o monopólio educativo da escola têm vindo a ser postos em causa no domínio dos princípios (concepção de educação permanente) mas também no domínio das práticas”* (Canário, 1996:7).

A família e a rede de relações sociais são outros elementos fundamentais deste **mapa das aprendizagens** de cada indivíduo e o seu contributo para a respectiva qualificação está também hoje mais visível no conteúdo dos portefólios reflexivos, que têm vindo a ser construídos por centenas de milhares de portugueses, no decurso dos processos de RVCC.

O território é, neste âmbito, um elemento estruturante de todas as dinâmicas sociais que nele se geram e desenvolvem. É neste contexto que Ferragolo da Veiga (2005:233) refere que existem *“duas questões consideradas fundamentais para a compreensão da mudança no meio rural: uma concepção do espaço que considera a especificidade do seu território, função da sua história acumulada e da constelação de relações sociais, locais e globais; e uma concepção de actor, com capacidade reflexiva e de acção, que não retira importância à dimensão estrutural, mas que com ela se encontra intimamente associada”*.

Neste contexto, assume-se, actualmente, na economia, na política e no senso comum, que a principal infra-estrutura básica de qualquer território é a qualificação das pessoas que nele residem e desenvolvem a sua actividade vital. Hoje, mais do que

nunca, o potencial de cada sociedade e de cada indivíduo assenta nas respectivas capacidades de aprenderem e, consequentemente, de evoluírem e se desenvolverem. Aprender a aprender, aprender a mudar, aprender a adaptar-se, aprender a desaprender e a voltar a aprender são, no mundo contemporâneo, competências essenciais e determinantes da nossa capacidade, individual e colectiva, de adaptação e de sobrevivência, enquanto membros de sociedades altamente complexas e, cada vez mais, competitivas.

Assim sendo, a disponibilidade de ambientes estimuladores da aprendizagem, numa perspectiva de contínua e sustentável formação dos indivíduos, começa a assumir-se como um dos principais vectores da maior parte das decisões políticas que determinam as estratégias de desenvolvimento local e regional.

Aprender a viver numa sociedade global, preservando e compatibilizando as circunstâncias conviviais positivas dos contextos locais e comunitários, parece começar a ser uma das principais competências individuais e colectivas das sociedades contemporâneas e uma das principais preocupações de todos os que têm responsabilidades ao nível da decisão política e económica de qualquer nível. Neste contexto, um dos maiores desafios dos sistemas educativos consiste em reorganizarem-se, no sentido de contemplarem esta nova liberdade de os indivíduos construírem os seus percursos de aprendizagem, utilizando os espaços e os tempos de aprendizagem que mais concorrerão para a adequada concretização dos respectivos projectos de vida. De facto, como referem Silva & Rothes, 1998 (cit. por Cavaco, 2002:18), *“o sistema educativo não pode reduzir-se ao sistema escolar e a educação-formação não se limita a um dado período da vida de cada um, mas é co-extensiva dessa mesma vida”*.

No contexto português esta realidade tem assumido os contornos referidos, uma vez que se tem assistido, nas últimas três décadas, a uma crescente diversificação das ofertas formativas formais, quer por parte do sistema educativo nacional, quer pela presença, cada vez mais activa e próxima das populações, de uma importante rede educativa disponibilizada por novos actores (Centros de Emprego e Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, uma rede ampla e

diversificada de escolas privadas em todos os ciclos de ensino, um conjunto, activo, de associações de desenvolvimento local, Fundações, etc.) que têm vindo a direccionar as suas propostas formativas para determinados segmentos da população (adultos, jovens não abrangidos pela escolaridade obrigatória, activos empregados e activos desempregados, entre outros).



Esta nova rede formativa – com importantes financiamentos oriundos de programas de desenvolvimento patrocinados pela União Europeia, através de quatro Quadros Comunitários de Apoio – é, na actualidade, uma presença em todo o território nacional e tem-se assumido como um dos mais importantes contributos para a generalização do acesso e frequência, por parte da população, aos contextos de qualificação formal.

No entanto, pese embora todo este aumento significativo das oportunidades de aprendizagem formal e certificada, se nos reportarmos à região Alentejo, verificamos que, de acordo com os elementos disponibilizados pelo INE (2012), aproximadamente 67% da população não possuía o ensino obrigatório (9º ano de escolaridade), enquanto 17,1% era considerada mesmo analfabeta (não possuindo as competências básicas de leitura e escrita). De acordo com estes indicadores e atendendo ao investimento realizado nas duas décadas precedentes, ao nível da educação e formação (ao nível do sistema público de educação, na dimensão da formação profissional e no âmbito das actividades de educação e formação de adultos), facilmente verificaremos que existia, à época, um acentuado défice de formação qualificante certificada na população alentejana.

Actualmente, há a percepção de que, em qualquer contexto territorial, ao conjunto de instituições com directas responsabilidades na disponibilização de ofertas de aprendizagem em contexto formal (aprendizagens organizadas com critério pedagógico, recorrendo a dispositivos didácticos apropriados e conferindo certificação académica e/ou profissional), deverá adicionar-se um outro conjunto, bem mais complexo e rico, de instituições e contextos locais gerador de aprendizagens não formais (que não conferem certificação, mas que possuem um grau razoável de organização e intencionalidade) e informais (que ocorrem nos ambientes quotidianos

próprios da malha de relações sociais e familiares existente em cada realidade comunitária de residência, trabalho ou convívio). Este segundo conjunto de instituições assume um maior protagonismo na formação dos indivíduos, nos territórios portugueses de cariz marcadamente rural, devido à escassez de espaços formais de aprendizagem, a um forte espírito associativo e de participação cívica e social ainda existente no seio das pequenas comunidades locais portuguesas e concretizado na existência de um universo considerável de instituições oriundas da sociedade civil.

Assim sendo, poderemos, eventualmente, assumir que, à generalização da oferta formativa e à sua maior disponibilidade territorial, continuou a existir toda a constelação de contextos não formais e informais pelos quais os indivíduos vão circulando, na sua vida quotidiana. Se assim é, então o universo de aprendizagens disponibilizado pelas redes locais e comunitárias (constituídas pelo conjunto de instituições sociais não escolares, empresas e respectivas associações, espaços comerciais, contextos comunitários e conviviais e as famílias, entre outros ambientes de aprendizagem mais ou menos estruturados e territorialmente delimitados) constituirá uma realidade, concomitantemente presente e importante, nas trajectórias de qualificação dos indivíduos e na respectiva edificação pessoal, em todas as dimensões vitais que para ela concorrem.

Aprende-se em todo o lado, a qualquer momento, em qualquer circunstância, com quem quer que seja e quase sempre com algum objectivo. Se considerarmos que todo *“o acto educativo está imerso num determinado contexto, que é a síntese de factores como o tempo, o espaço, a história, as experiências, os projectos e as circunstâncias naturais em que se desenvolvem os agentes da prática educativa”* (Gómez, Freitas & Callejas, 2007:177), o estudo e a consideração do potencial educativo dos territórios deveria ser, na actualidade, uma das preocupações fundamentais no desenho e concretização de políticas locais promotoras de um modelo de desenvolvimento humano, cultural, económico e social assente numa matriz de sustentabilidade e de estreitamento do trabalho cooperativo e alicerçado em parcerias sinérgicas e potenciadoras dos recursos endógenos.

1.1. O CONHECIMENTO PRODUZIDO NO TERRITÓRIO

A **Carta Educativa do Concelho de Alandroal** foi elaborada, em **2006**, pela empresa ***Neoterritório – Planeamento e Ordenamento do Território Lda***.

Desde essa data, **a realidade demográfica, social, económica e cultural alandroalense evoluiu** e, concomitantemente, **o sistema de qualificação local foi conhecendo uma nova dinâmica, em todas as suas dimensões**: infra-estruturas físicas, recursos materiais e humanos, modalidades educativas disponíveis, parcerias estabelecidas, novas competências localmente assumidas e concretizadas pelas autarquias do concelho, nomeadamente a Câmara Municipal de Alandroal, e novos públicos que, de formas diversas, foram acedendo a percursos formais e não formais de educação e formação.

Uma das principais evoluções que a realidade alandroalense conheceu ocorreu, na sequência de um **Protocolo de Cooperação que, em 2006, se estabeleceu entre diversos actores institucionais e pessoais com responsabilidades na qualificação do Concelho de Alandroal**. Na realidade, nessa data – e no âmbito de um projecto de investigação científica promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE) e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) –, a Câmara Municipal de Alandroal, as seis Juntas de Freguesia do Concelho, a Universidade de Évora, a Direcção Regional de Educação do Alentejo (sucédida, em 2012, a Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares/Direcção de Serviços da Região Alentejo), o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário e o Grupo de Comunicação Social *Diário do SUL* constituíram uma parceria formal, através da qual **se iniciou, então, um projecto de investigação (*Arqueologia das Aprendizagens no concelho de Alandroal*) que decorreu até ao ano 2011**.

No âmbito deste projecto de investigação, **foi inquirida a quase totalidade do universo de instituições existentes e em actividade no concelho (330 instituições**

existentes e 294 inquiridas) e uma amostra significativa da população adulta (maiores de 18 anos) nele residente (5582 pessoas adultas residentes e 1059 inquiridas), com o objectivo de, no período 1997-2011, identificar e caracterizar dois universos:



- a. As ***aprendizagens institucionais***, consideradas como *toda a situação formativa disponível nas instituições, em que fosse possível identificar uma sequencialidade e intencionalidade tendo em vista promover a aquisição de conhecimentos e/ou competências, independentemente das circunstâncias da sua ocorrência* (Nico, 2011: 20);
- b. As ***aprendizagens pessoais***, consideradas como *toda a situação formativa concretizada pelos indivíduos, em qualquer contexto vital, em que fosse possível identificar uma sequencialidade e intencionalidade, tendo em vista promover a aquisição de conhecimentos e/ou competências, independentemente das circunstâncias da sua ocorrência* (Nico, 2011: 21).

Mais recentemente e já no âmbito do actual processo de revisão da Carta Educativa de Alandroal, foram novamente **inquiridas 83 dessas instituições: as consideradas como Instituições com Potencial Educativo²** (Nico et al, 2013).

De toda esta actividade de pesquisa científica resultou um conjunto significativo de estudos académicos sobre a realidade alandroalense (cf. Bibliografia):

- a) **três teses** de doutoramento, das quais **duas já concluídas** (D'Orey, 2009; Carvalho, 2011);
- b) **sete dissertações** de mestrado, das quais **cinco já concluídas** (Barrenho, 2012; Barreiros, 2012; Galhardas, 2012; Grosso, 2012; Rocha, 2011);
- c) **dois livros** (Nico, 2011; Nico et al, 2013);

² Entende-se ***potencial educativo institucional*** como o atributo das instituições não escolares em que se promovem, regularmente, oportunidades de aprendizagem em contextos não formais, com evidente organização, sequencialidade, intencionalidade e efeitos na educação e formação dos indivíduos que nelas participam (cf. pontos 8 e 9 deste documento)

- d) **quatro artigos** em revistas científicas e **dez comunicações** em congressos [Carvalho *et al* (2011), Nico (2008, 2010), Nico & Nico (2009), Nico & Tobias (2009), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2010c, 2011a, 2011b, 2011c)];
- e) **seis** seminários científicos;
- f) **seis** relatórios científicos;
- g) **sete** encartes de divulgação científica em órgãos de comunicação social regional (jornal Diário do SUL).

Por outro lado, a informação recentemente disponibilizada pelo Recenseamento Geral da População – realizado em 2011, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) – e a informação existente nos diferentes documentos de gestão política local (CMA, s/d, 1994, 2006; CMA, 2007; TTERRA, 2011), produzidos pela autarquia local proporcionam um bom conhecimento da realidade demográfica, social e económica alandroalense, em muitas das dimensões relevantes para o processo de Revisão da Carta Educativa.

Na realidade, desde a primeira hora, **o território de Alandroal** não foi considerado simplesmente um contexto de investigação ou como o contexto físico e geográfico onde ocorriam os processos de educação e formação a estudar, mas **foi assumido como sendo um contexto em que o conhecimento produzido deveria dar origem a uma intervenção informada e qualificadora da realidade.**

Neste contexto, assumiu-se como **conceito de território** aquele que nos remete para uma **realidade dinâmica, no qual coabitam dimensões distintas, mas, concomitantemente, complementares e interdependentes**: a geografia, a orografia, o clima, os recursos naturais geológicos e biológicos, a demografia, o ordenamento urbano, as vias de comunicação e os sistemas de transportes, as instituições da sociedade civil e respectivas redes, o património edificado e imaterial, as culturas locais, as tradições, os rituais religiosos e pagãos, os ecossistemas humanos e comunitários, as rotinas de vida, as actividades económicas e as empresas, os contextos formais e não formais de aprendizagem e, finalmente, as pessoas, suas famílias, seus quotidianos, suas trajectórias vitais e os seus projectos de futuro. Tudo

isto constitui a riqueza extraordinária de cada território e **é neste, complexo, dinâmico e evolutivo, contexto territorial que acontece a educação das pessoas. Ignorar esta complexidade desliga a educação dos contextos de vida das pessoas e torna-a num acontecimento vital isolado e redutor** (Nico *et al*, 2013).

Nestas condições e atendendo ao facto de a actual **Carta Educativa de Alandroal** se reportar a uma realidade existente em 2006, **encontravam-se reunidas boas condições para se proceder à revisão desse importante documento, na sua dimensão fundamental** – a dimensão da educação escolar, respectivas infra-estruturas físicas e população escolar – **e no seu perímetro conceptual, institucional e estratégico, incluindo, no seu seio, a dimensão não-escolar** e as instituições da sociedade civil com papel relevante na qualificação da população, em todos os momentos da sua vida e o necessário encontro entre a qualificação e a economia e o desenvolvimento.

Neste contexto, em Fevereiro de **2012**, a Câmara Municipal de Alandroal contratou os serviços do **Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora**, no sentido de proceder à Revisão da Carta Educativa do Concelho de Alandroal, com base nos seguintes pressupostos:

1. **Assumir a Carta Educativa do Concelho de Alandroal, como documento estratégico**, que procura orientar e balizar as políticas municipais de educação e formação, no sentido de **promover uma rede de qualificação que sirva do progresso humano, social, cultural e económico do concelho**, assegurando níveis máximos de quantidade e qualidade no exercício do **Direito à Educação**, para todos os alandroalenses, em todas as dimensões;
2. **Assumir que a Educação acontece num contexto territorial determinado e específico**, de acordo com a complexidade determinada por um conjunto de variáveis que também, aí, assume características determinadas e específicas;

3. **Assumir que a Educação acontece em todos os espaços e tempos da vida das pessoas** e não é exclusiva dos contextos escolares e formais;



4. Em territórios rurais, do interior do país e marcados por demografias envelhecidas e muito sedentarizadas (como é o caso do Concelho de Alandroal), **a Educação das pessoas encontra-se muito estreitamente relacionada com a dimensão comunitária de proximidade**, as instituições locais e respectivas redes, os laços familiares e de vizinhança, os contextos profissionais e os ambientes pessoais de socialização e convívio;
5. **O acesso e a capacidade de manter uma frequência**, activa e regular, em contextos formais e escolares de Educação **são inversamente proporcionais com a idade e a distância aos centros urbanos** de maior dimensão, facto que determina desigualdade territorial e pessoal;
6. **Promover um diálogo, frequente e cooperativo entre a Qualificação e a Economia**, com consequências ao nível das expectativas de realização profissional das pessoas e da qualificação do trabalho, no âmbito das empresas;
7. **O diálogo e o trabalho cooperativo entre as instituições da sociedade civil e entre estas e as escolas é uma realidade que possui um enorme potencial de desenvolvimento**, atendendo à riqueza do contexto territorial, como recurso curricular e didáctico para as aprendizagens escolares e levando em conta o potencial das escolas para a promoção do acesso à Educação, por parte da população adulta pouco escolarizada;
8. **A Carta Educativa não pode nem deve circunscrever-se ao perímetro da Educação Escolar**. Deve conter todo o contexto territorial e institucional, incluindo todos os tempos e espaços de aprendizagem disponíveis no

território com potencial educativo e com capacidade de articulação e cooperação com os dispositivos e modalidades da educação formal;



9. **A Carta Educativa deve assumir o desenvolvimento do território e da população nele residente como sua bússola**, assumindo a Educação e a Formação como o mais poderoso e eficaz instrumento de promoção desse desenvolvimento, de forma sustentada e participada;
10. **Carta Educativa deve dialogar, permanente e activamente, com os restantes instrumentos de gestão política local**: Plano Director Municipal, Plano de Desenvolvimento Social, Agenda 21, entre outros;
11. **A Carta Educativa deve ser um instrumento dinâmico, em constante actualização** e disponível, em cada momento, contendo a informação necessária para se promoverem o máximo de oportunidades de qualificação, dirigidas ao maior número possível de pessoas e instituições, com a maior eficácia e eficiência possíveis, mobilizando o maior número de recursos locais e envolvendo o menor esforço financeiro possíveis. Por outras palavras, **a Carta Educativa deve indicar como concretizar a Qualificação, num determinado território, com a maior amplitude humana e institucional, a máxima eficiência e eficácia do investimento, o mínimo esforço financeiro e o mais forte impulso de desenvolvimento humano, social, económico e cultural.**

Foi com esta bússola que se procedeu à Revisão da Carta Educativa do Concelho de Alandroal. No sentido de concretizar o processo referido, **foram estabelecidos e consensualizados pelas partes envolvidas (CIEP/UE e CMA), os seguintes objectivos operacionais:**

1. **Redefinir a rede da educação formal escolar**, actualizando os dados da demografia escolar e as actuais localizações dos estabelecimentos de

ensino, de acordo com o disposto na realidade existente e na realidade projectada nos documentos oficiais;

2. **Estabelecer a rede actual das ofertas de qualificação formal** disponível no concelho, para todos os públicos e disponibilizadas por todas as instituições a operar no território;
3. **Definir a rede de educação não-formal existente no território**, identificando e caracterizando o universo de instituições não-escolares com potencial educativo;
4. **Estabelecer a rede actual das ofertas de qualificação não-formal disponível no concelho**, para todos os públicos e disponibilizadas por todas as instituições a operar no território;
5. **Caracterizar a população participante em dispositivos de educação não-formal** disponibilizados pelas instituições a operar no território;
6. **Identificar necessidades de qualificação**, atendendo às características da população residente, das instituições existentes e aos principais vectores de desenvolvimento humano, social e económico assumidos pelo território;
7. **Propor dispositivos de qualificação** adaptados às necessidades identificadas, às potencialidades existentes e aos recursos disponíveis;
8. **Responder às solicitações de apoio científico e técnico solicitadas pela autarquia**, quando solicitadas e dentro do âmbito do presente projecto;
9. **Promover a celebração de Protocolos de Cooperação** com instituições consideradas significativas no bom desenvolvimento e concretização do

projecto, nomeadamente a Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA), a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Direcção Regional do Alentejo do Instituto Português da Juventude (IPJ), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e as Juntas de Freguesia do concelho de Alandroal;

10. **Divulgar, através dos meios considerados adequados, os resultados do projecto**, na comunidade científica, nos meios de comunicação social nacionais, regionais e locais e junto da população local;
11. **Promover, através das formas consideradas adequadas, a participação activa das pessoas e das instituições** alandroalenses na concretização do projecto.

O projecto decorreu entre Fevereiro de 2012 e Julho de 2013 e, neste período, realizaram-se as seguintes actividades (de acordo com o respectivo calendário de implementação):

Tabela 1: Calendário de concretização do processo de revisão da Carta Educativa do Concelho de Alandroal

Data	Actividade
Fevereiro de 2012	Início formal do projecto
Março de 2012	Constituição da equipa de investigação
	Realização da primeira reunião de coordenação da equipa de investigação
	Realização de contactos exploratórios com eventuais parceiros
	Definição operacional do projecto
Abril de 2012	Contactos exploratórios no terreno, tendo em vista a construção de instrumentos
	Continuação dos contactos exploratórios com eventuais parceiros
	Recolha documental e bibliográfica
	Realização da segunda reunião de coordenação da equipa de investigação
Maió de 2012	Realização de Seminário no Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal
	Apresentação do Projecto à população e instituições de Alandroal
Junho de 2012 a Março de 2013	Recolha de informação no terreno
Julho de 2012	Realização da terceira reunião de coordenação da equipa de investigação
Outubro de 2012	Realização da quarta reunião de coordenação da equipa de investigação

Dezembro de 2012	Realização da quinta reunião de coordenação da equipa de investigação
Janeiro a Junho de 2013	Análise e organização da informação recolhida
Março de 2013	Realização da sexta reunião de coordenação da equipa de investigação
Abril de 2013	Finalização da versão provisória da Carta Educativa do concelho de Alandroal
Maió de 2013	Realização da sétima reunião de coordenação da equipa de investigação
Julho de 2013	Elaboração da versão definitiva da Carta Educativa do concelho de Alandroal
Julho de 2013	Realização de Seminário no Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal tendo em vista a divulgação pública da nova Carta Educativa do concelho
Ao longo de todo o projecto	Apoiar, científica e tecnicamente, a Câmara Municipal de Alandroal na concretização de algumas das medidas contempladas na nova Carta Educativa
	Reunir com os parceiros do projecto, de acordo com as necessidades e as disponibilidades
	Participar em eventos científicos, divulgando o projecto
	Divulgar, na comunicação social, o projecto, respectivos desenvolvimentos e resultados
	Divulgar, na comunidade local, o projecto, respectivos desenvolvimentos e resultados

2. O CONTEXTO TERRITORIAL

Alandroal é um dos 14 concelhos do distrito de Évora. O território do município alandroalense possui fronteiras com os concelhos de Vila Viçosa (a norte), Redondo (a Oeste), Elvas (a Nordeste), Reguengos de Monsaraz e Mourão (a sul). No entanto, a sua maior e mais potencial fronteira é a que o separa do país vizinho, a Espanha (Comunidade Autónoma da Extremadura) que, ao longo de cerca de 60 km, é delimitada pela linha de água da albufeira da Barragem do Alqueva.

De acordo com a caracterização apresentada no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal (CMA, 2007: 17), o território do Alandroal:

Apesar de possui uma morfologia diferenciada daquela que tipicamente caracteriza a região Alentejo, na medida em que o seu relevo é mais preenchido por pequenos cabeços (montes) do que por planícies, a nível atmosférico reúne todas as características dos climas mediterrânicos (...).

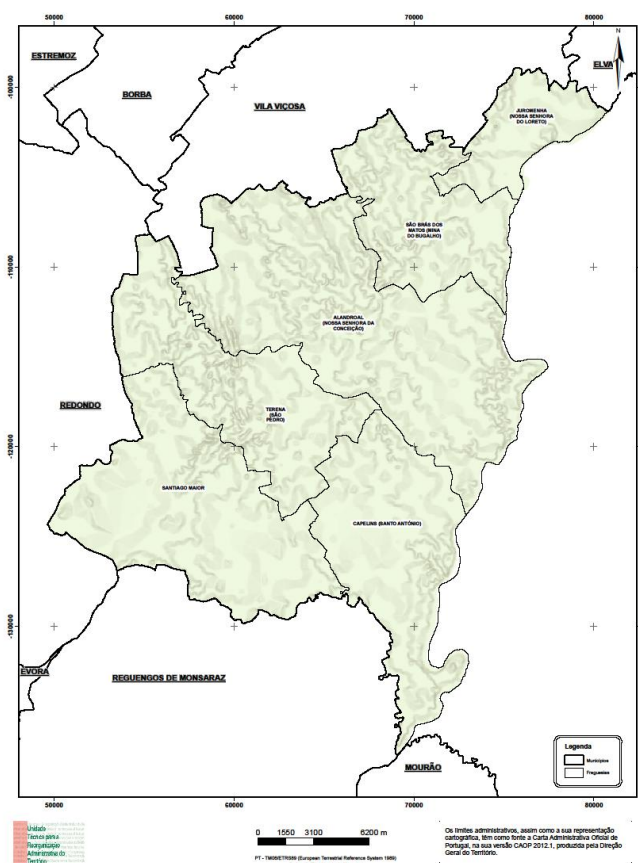
Do ponto de vista administrativo, o concelho – que possui uma área de 542,1 Km² – foi, até 2013, constituído por 6 freguesias (utilizar-se-á, ao longo do presente texto, um critério na designação das freguesias que assume o nome mais comum e, entre parêntesis, a designação de origem religiosa):

- I. **Capelins (Santo António)** – que ocupa 15,9% da área concelhia e onde se localizam as povoações de Montes Juntos, Ferreira de Capelins e Aldeias Faleiros;
- II. **Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)** – que ocupa 30,3% da área concelhia (sendo a maior freguesia, em termos geográficos) e onde se localizam as povoações de Rosário e Alandroal;
- III. **Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)** – que ocupa 5,5% da área concelhia (sendo a menor freguesia, em termos geográficos) e onde se localiza a povoação de Juromenha;
- IV. **Santiago Maior** – que ocupa 20,7% da área concelhia e onde se localizam as povoações de Cabeça de Carneiro, Casas Novas de Mares, Lages, Marmelos, Orvalhos, Pias, Seixo, Sete Casinhas e Venda;

- V. **Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)** – que ocupa 12,4% da área concelhia e onde se localiza a povoação da Mina do Bugalho;
- VI. **Terena (São Pedro)** – que ocupa 15,2% da área concelhia e onde se localizam as povoações de Terena e Hortinhas.

**Figura 1 – Mapa das freguesias do concelho de Alandroal
(antes da reorganização administrativa)**

FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ALANDROAL



Fonte: <http://app.parlamento.pt/> (acedido em 16 de Julho de 2013)

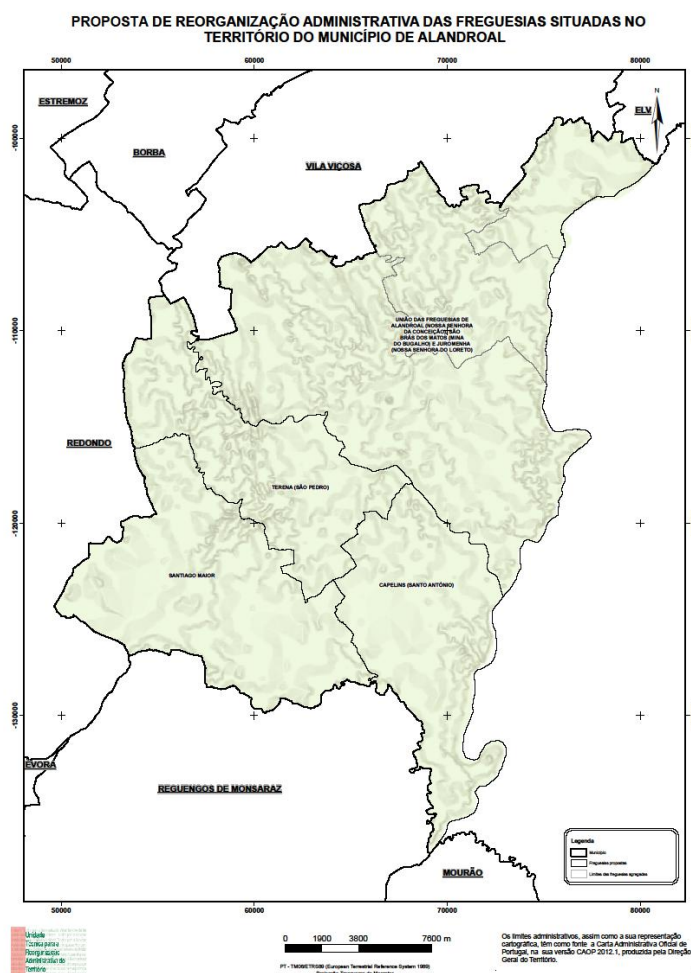
Em 2013, ocorre uma alteração na organização administrativa do concelho de Alandroal, em consequência da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Este diploma legal determina a reorganização administrativa do território das freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio

(rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 19/2013, de 28 de Março), que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Desse processo, resultaram, em Alandroal, as seguintes freguesias:

1. União das Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)
2. Santiago Maior
3. Terena (São Pedro)
4. Capelins (Santo António)

**Figura 2 – Mapa das freguesias do concelho de Alandroal
(após a reorganização administrativa)**



Fonte: <http://app.parlamento.pt/> (acedido em 16 de Julho de 2013)

Este processo de reorganização territorial criou, de forma mais clara, três centralidades urbanas no concelho (a sede do concelho e as freguesias de Santiago Maior e de Terena/São Pedro). A concorrer para estas três centralidades administrativas contribuíram e continuarão a contribuir, certamente, as centralidades educativas geradas pela localização simultânea dos três Centros Escolares nessas três freguesias, que se assumirão como pólos de desenvolvimento, atendendo à sua capacidade de, em torno deles, se desenvolverem redes de transportes e de prestação de serviços variados.

3. O CONTEXTO DEMOGRÁFICO

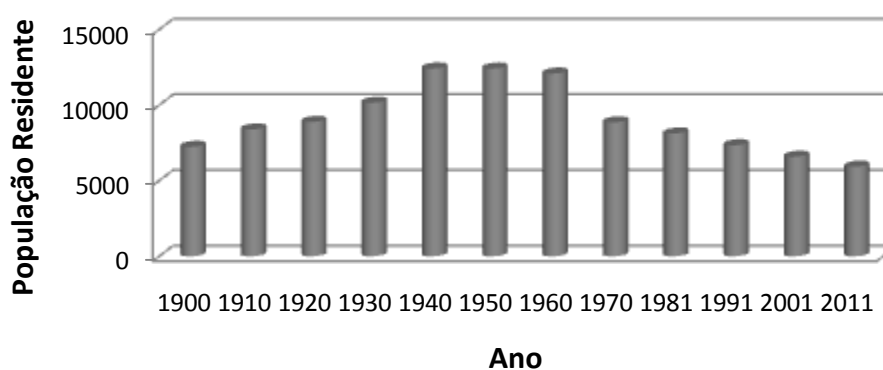
De acordo com os elementos disponibilizados pelos procedimentos de recenseamento realizados desde o ano 1900, a população residente do concelho de Alandroal encontra-se em tendência de acentuada diminuição, como se pode depreender da observação dos dados da Tabela 2 e da Figura 3, que se seguem.

Tabela 2 – Evolução demográfica do concelho de Alandroal

Ano	População Residente
1900	7240
1910	8391
1920	8888
1930	10157
1940	12421
1950	12416
1960	12089
1970	8860
1981	8124
1991	7292
2001	6585
2011	5843

Fonte: (Galhardas, 2012 e INE, 2012)

Figura 3 - Evolução demográfica do concelho de Alandroal



Fonte: (Galhardas, 2012 e INE, 2012)

Como se pode verificar, desde a década de 40 do século passado, que a população residente segue uma tendência de decréscimo, particularmente desde 1960. No ano de 2011, foi recenseado o menor número de indivíduos residentes no concelho (5843).

Tabela 3 - Demografia do concelho de Alandroal (2011)

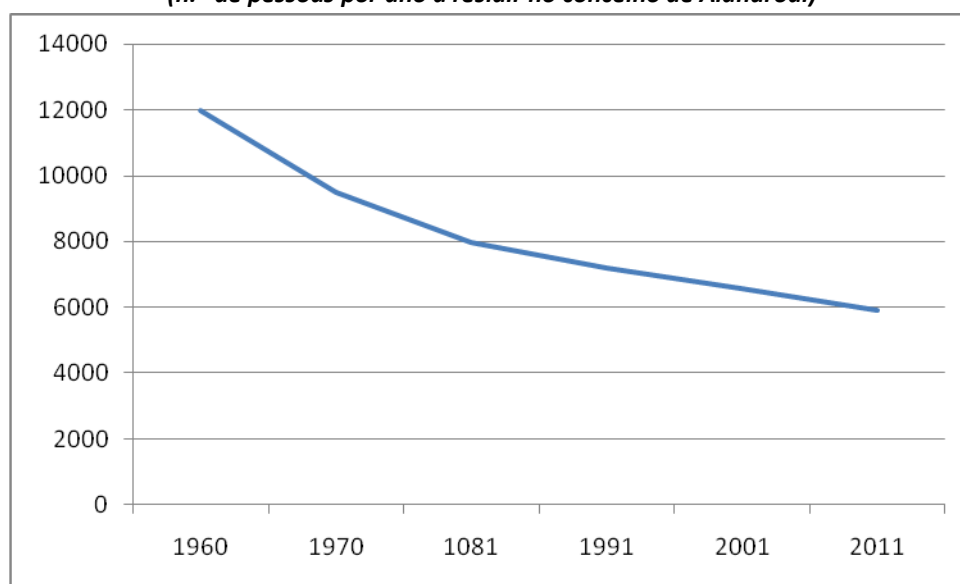
<i>Freguesia</i>	<i>Área</i>	<i>População (1981)</i>	<i>População (1991)</i>	<i>População (2001)</i>	<i>População (2011)</i>	<i>Densidade Populacional (hab/Km2) (2011)</i>
<i>Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)</i>	164.1	2058	2015	1938	1873	11,3
<i>Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)</i>	32.1	929*	173	146	107	3,3
<i>Santiago Maior</i>	113.4	2974	2784	2557	2205	20,2
<i>Capelins (Santo António)</i>	87.6	1044	817	673	527	6,0
<i>Terena (São Pedro)</i>	83.6	1119	1009	859	767	9,2
<i>Mina do Bugalho (S. Brás dos Matos)</i>	63.3	*	494	412	364	5,8
TOTAL DO CONCELHO	542.1	8124	7292	6585	5843	10,9
*	À época existia apenas 1 freguesia					

Fontes: (Galhardas, 2012; INE, 2012)

Da análise da tabela anterior é importante destacar a heterogeneidade da distribuição geográfica da densidade populacional, que, em 2011, encontra um valor máximo de 20,2 hab/Km2, na freguesia de Santiago Maior, e um valor mínimo de 3,3 hab/Km2, na freguesia de Juromenha.

A informação relativa à evolução demográfica do concelho de Alandroal encontra-se actualizada na Figura 4 e, como se pode verificar, mantém-se uma tendência de perda demográfica no concelho de Alandroal.

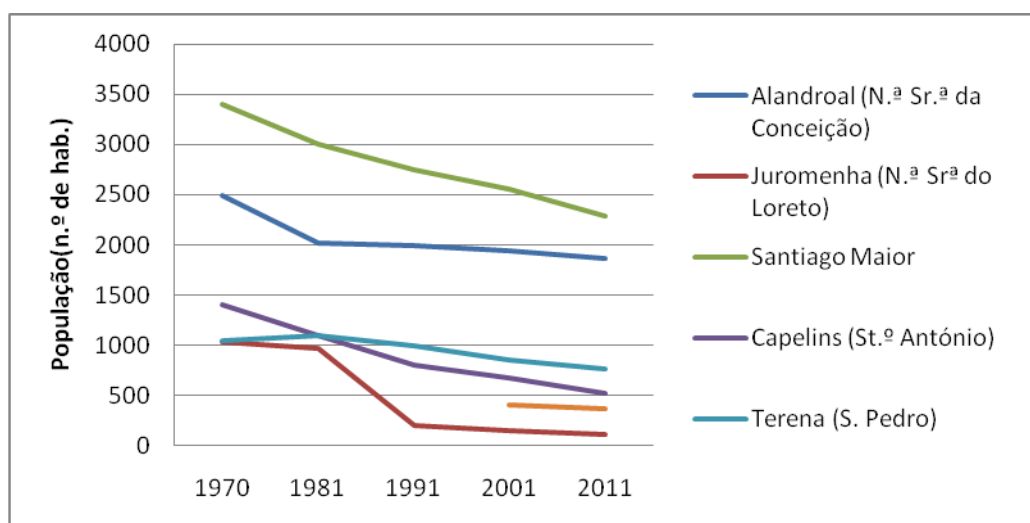
Figura 4 - Evolução demográfica de Alandroal
(n.º de pessoas por ano a residir no concelho de Alandroal)



Fonte: INE (2012)

A evolução demográfica em cada uma das freguesias do concelho de Alandroal (Figura R3) encontra-se evidenciada na figura seguinte:

Figura 5 - Evolução demográfica por freguesias do concelho de Alandroal



Fonte: INE (2012)

A variação da população do concelho de Alandroal encontra-se complementada com os recentes dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012).

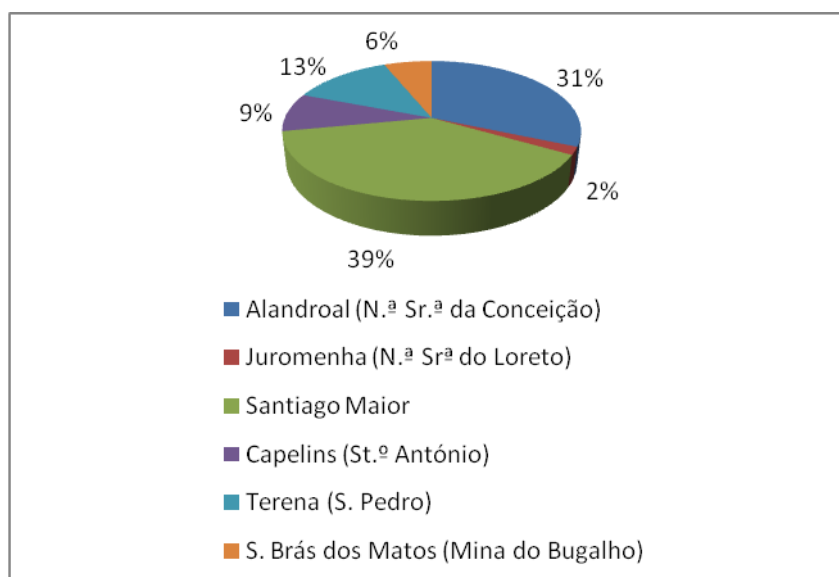
Tabela 4 - Variação da População entre 1981 e 2011

	1981-1991	1991-2001	2001-2011
Alandroal (N.ª Sr.ª da Conceição)	-2%	-4%	-4%
Juromenha (N.ª Sr.ª do Loreto)	*	-21%	-27%
Santiago Maior	-9%	-7%	-10%
Capelins (St.ª António)	-15%	-34%	-22%
Terena (S. Pedro)	-11%	-17%	-11%
S. Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	*	-21%	-11%
Total	-11%	-12%	-10%

Fonte: INE (2012)

Como se pode verificar, mantém-se uma tendência de perda demográfica em todas as freguesias existentes.

A distribuição geográfica da população, por freguesia encontra-se actualizada na figura seguinte. Da sua análise, pode verificar-se que se manteve o peso relativo das diferentes freguesias, em relação ao último recenseamento de 2001.

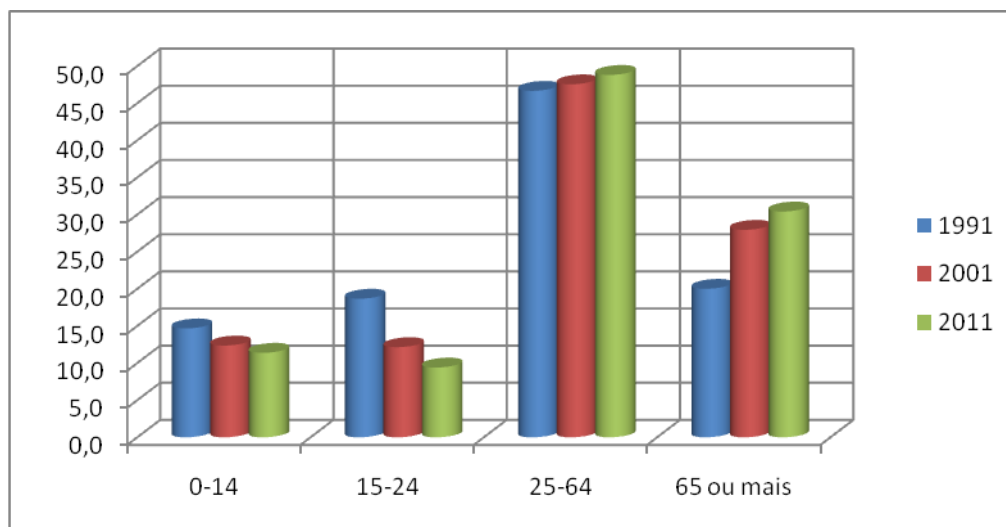
Figura 6 - Distribuição espacial da população por freguesia (2011)

Fonte: INE (2012)

A estrutura da população por grandes grupos etários encontra-se actualizada na figura que se segue. Pode verificar-se o decréscimo constante da proporção de população jovem, um movimento inversamente proporcional ao aumento da

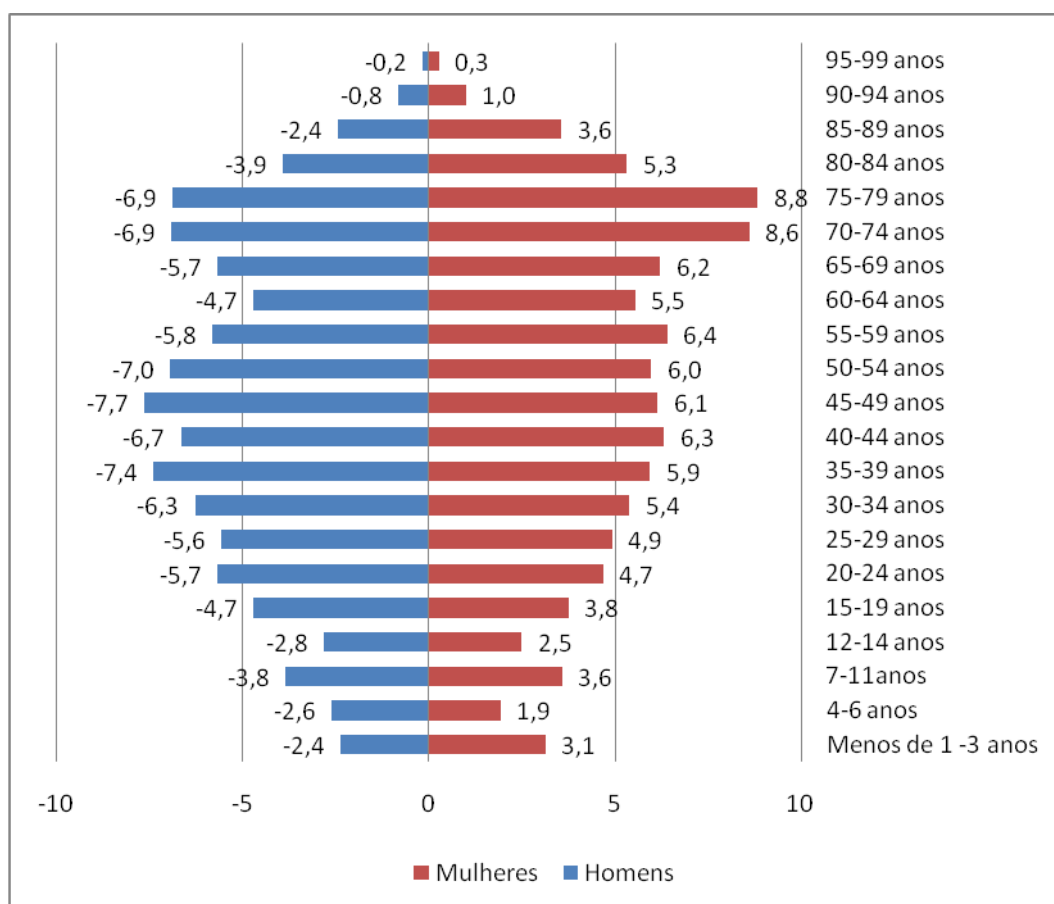
população idosa. Esta é mais uma evidência do aumento da taxa de envelhecimento da população alandroalense.

Figura 7 - Estrutura da população por grandes grupos etários ver 25-64



Fonte: INE (2012)

Figura 8 – Pirâmide Etária do Alandroal (%)



Fonte: INE (2012)

De acordo com os dados disponibilizados pelo último recenseamento da população (INE, 2012), a população masculina do concelho é menor que a do sexo feminino, com uma diferença de 3%. Existem 2833 pessoas do sexo masculino e 3010 do sexo feminino. Como se pode verificar, a partir da análise da figura anterior, a distribuição etária da população alandroalense evidencia um acentuado envelhecimento.

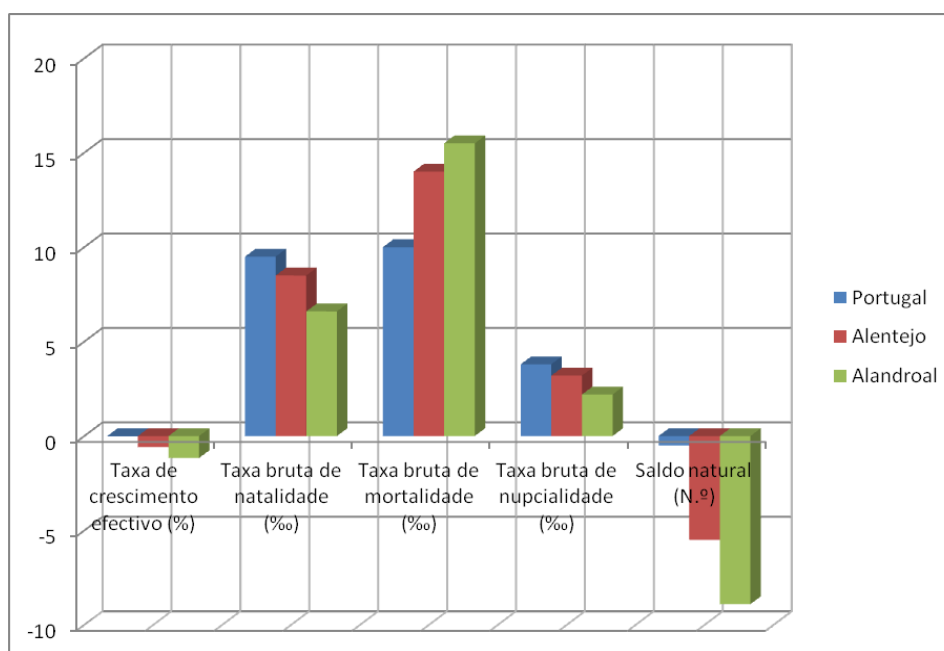
Os indicadores demográficos de Alandroal são tendencialmente negativos e, quando comparados com os parâmetros nacionais e regionais, deixam transparecer a tendência de envelhecimento e despovoamento já anteriormente evidenciada.

Tabela 5 - Indicadores demográficos de Alandroal e envolvente regional e nacional

Ano	Território	Taxa de crescimento efectivo (%)	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa bruta de nupcialidade (‰)	Saldo natural (‰)
2010	Portugal	-0,01	9,5	10	3,8	-0,5
	Alentejo	-0,58	8,5	14	3,2	-5,5
	<i>Alandroal</i>	<i>-1,16</i>	<i>6,6</i>	<i>15,5</i>	<i>2,2</i>	<i>-8,9</i>
2009	Portugal	0,1	9,4	9,8	3,8	-0,4
	Alentejo	-0,48	8,3	13,8	3,2	-5,5
	<i>Alandroal</i>	<i>-1,18</i>	<i>5,7</i>	<i>15,2</i>	<i>1,5</i>	<i>-9,5</i>
2008	Portugal	0,09	9,8	9,8	4,1	0,0
	Alentejo	-0,51	8,6	14	3,2	-5,4
	<i>Alandroal</i>	<i>-1,38</i>	<i>6,2</i>	<i>17,4</i>	<i>3,1</i>	<i>-11,2</i>

Fonte: INE (2012)

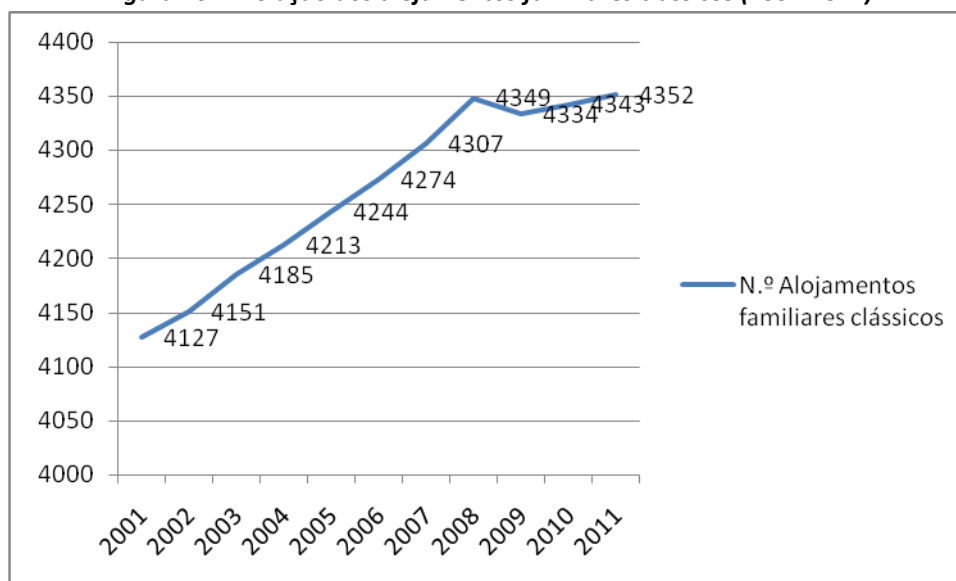
Figura 9 - Indicadores demográficos de Alandroal e envolvente regional e nacional



Fonte: INE (2012)

O concelho do Alandroal tem, em 2011 (INE, 2012), um total de 4352 alojamentos familiares clássicos dos quais 45,3% têm um uso sazonal ou secundário e os restantes são utilizados como residência habitual.

Figura 10 - Evolução dos alojamentos familiares clássicos (2001-2011)



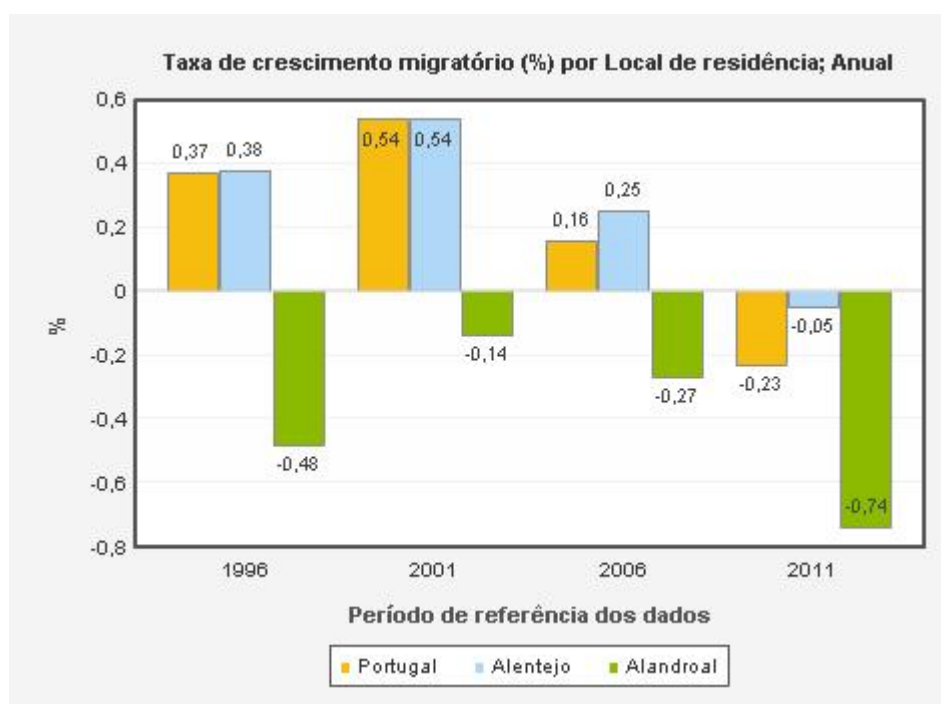
Fonte: INE (2012)

Tabela 6 - Localização geográfica dos alojamentos familiares de residência habitual

Localização geográfica	Alojamentos de residência habitual (N.º)	Alojamentos de residência habitual (%)
<i>Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)</i>	740	31,1
<i>Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)</i>	46	1,9
<i>Santiago Maior</i>	878	36,9
<i>Capelins (Santo António)</i>	244	10,3
<i>Terena (São Pedro)</i>	326	13,7
<i>São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)</i>	145	6,1
Concelho de Alandroal	2379	100

Fonte: INE (2012)

Figura 11 – Quadro de Crescimento Migratório (1996-2010)



Fonte: INE (2012)

As taxas de crescimento migratório de Alandroal têm sido sempre negativas, tendo-se intensificado esta tendência, no último registo censitário (INE, 2012).

Residem, no concelho do Alandroal, 1406 indivíduos com pelo menos uma dificuldade, o que corresponde a 23,7% da população total. Destacam-se as dificuldades visuais (24,7%) e motoras (24,2%).



Tabela 7 - Local de Residência da População com pelo menos uma dificuldade

Local de residência (2011)	População residente com pelo menos uma dificuldade (N)
<i>Alandroal</i> <i>(Nossa Senhora da Conceição)</i>	346
<i>Juromenha</i> <i>(Nossa Senhora do Loreto)</i>	21
<i>Santiago Maior</i>	614
<i>Capelins (Santo António)</i>	160
<i>Terena (São Pedro)</i>	181
<i>São Brás dos Matos</i> <i>(Mina do Bugalho)</i>	84
Alandroal (concelho)	1406

Fonte: INE (2012)

Tabela 8 - Tipologia e graus de dificuldades

Tipo de dificuldade												
Freguesias	Ver		Ouvir		Andar/subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**
<i>Alandroal</i> <i>(Nossa Senhora da Conceição)</i>	183	1	123	2	172	26	94	13	66	45	62	9
<i>Juromenha</i> <i>(Nossa Senhora do Loreto)</i>	13	0	5	0	11	1	3	1	6	2	1	0
<i>Santiago Maior</i>	363	7	245	6	307	22	202	17	146	25	112	12
<i>Capelins (Santo António)</i>	89	1	63	3	68	6	44	4	30	9	23	5
<i>Terena (São Pedro)</i>	92	1	63	5	91	5	41	6	32	6	26	4
<i>São Brás dos Matos</i> <i>(Mina do Bugalho)</i>	35	0	25	0	57	2	12	1	9	3	11	0
Alandroal (concelho)	775	10	524	16	706	62	396	42	289	90	235	30

Fonte: INE (2012)

* Concretiza com muita dificuldade a acção

** Não concretiza a acção

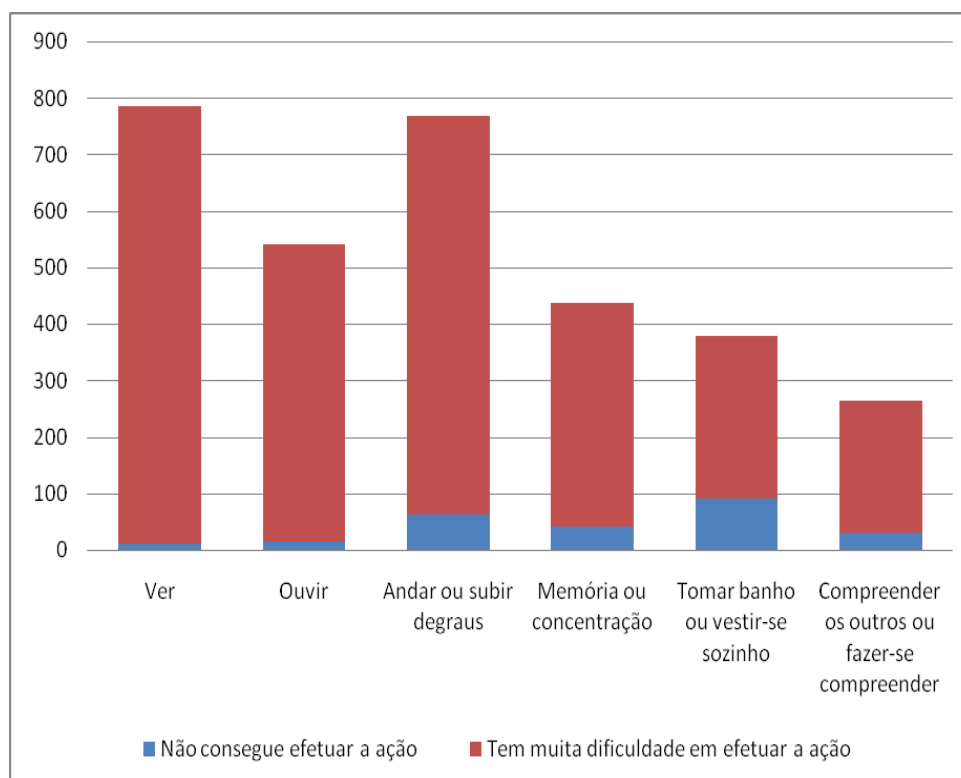
Tabela 9 – População com dificuldades, por grupos etários

Grupo etário													TOTAL
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender		
	Muita dificuldade	Não efectua a acção	Muita dificuldade	Não efectua a acção	Muita dificuldade	Não efectua a acção	Muita dificuldade	Não efectua a acção	Muita dificuldade	Não efectua a acção	Muita dificuldade	Não efectua a acção	
0 - 4 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - 9 anos	3	0	0	0	1	0	4	0	1	0	2	0	11
10 - 14 anos	11	0	2	0	2	1	8	2	2	1	7	0	36
15 - 19 anos	4	0	1	0	1	0	2	1	0	0	1	0	10
20 - 24 anos	6	1	3	0	2	0	2	1	0	3	2	0	20
25 - 29 anos	10	0	1	1	1	3	4	0	5	1	3	0	29
30 - 34 anos	13	0	9	0	7	2	7	0	4	1	4	0	47
35 - 39 anos	16	0	9	0	4	0	6	2	4	0	6	2	49
40 - 44 anos	25	0	9	1	6	1	5	1	0	2	5	1	56
45 - 49 anos	35	3	13	1	23	1	11	2	6	1	4	1	101
50 - 54 anos	39	0	11	1	22	1	14	3	6	2	9	1	109
55 - 59 anos	49	1	26	1	30	1	23	4	8	1	5	2	151
60 - 64 anos	44	0	22	0	29	0	19	1	7	0	6	1	129
65 - 69 anos	64	0	38	3	58	3	23	0	16	3	12	1	221
70 - 74 anos	110	3	80	0	124	7	57	3	31	10	27	4	456
75 - 79 anos	128	1	95	3	148	10	80	5	46	14	36	4	570
80 - 84 anos	100	0	82	2	124	12	64	8	70	13	48	2	525
85 - 89 anos	82	1	87	3	84	16	44	8	57	27	38	10	457
90 ou mais anos	36	0	36	0	40	4	23	1	26	11	20	1	198
Total	775	10	524	16	706	62	396	42	289	90	235	30	3175

Fonte: INE (2012)

O Concelho do Alandroal regista 57 cidadãos com menos de 20 anos de idade com dificuldades, onde se destaca a faixa etária dos 10 aos 14 anos com 36 indivíduos, sendo as limitações visuais (11 indivíduos) e cognitivas (17 indivíduos) as mais significativas. Estas pessoas encontram-se, neste momento, em idade de frequência da escolaridade obrigatória. Não será de excluir, neste contingente, os indivíduos portadores do Síndrome X-Frágil. Esta população portadora desta limitação, respectivos contextos clínicos, pessoais e comunitários, têm sido objecto de pesquisa intensiva, nos últimos anos, por parte de investigadores do CIEP/UE (Rocha, 2011; Franco, 2013).

A população com mais de 65 anos de idade é a que regista mais dificuldades, sendo frequente a partir desta idade casos de dificuldades múltiplas.

Figura 12 – Graus de Dificuldades

Fonte: INE (2012)

O Concelho do Alandroal apresenta um elevado número de habitantes sem qualquer nível de ensino completo (1499 pessoas, que correspondem a 25,7% da população).

Tabela 10 – Nível de escolaridade da população

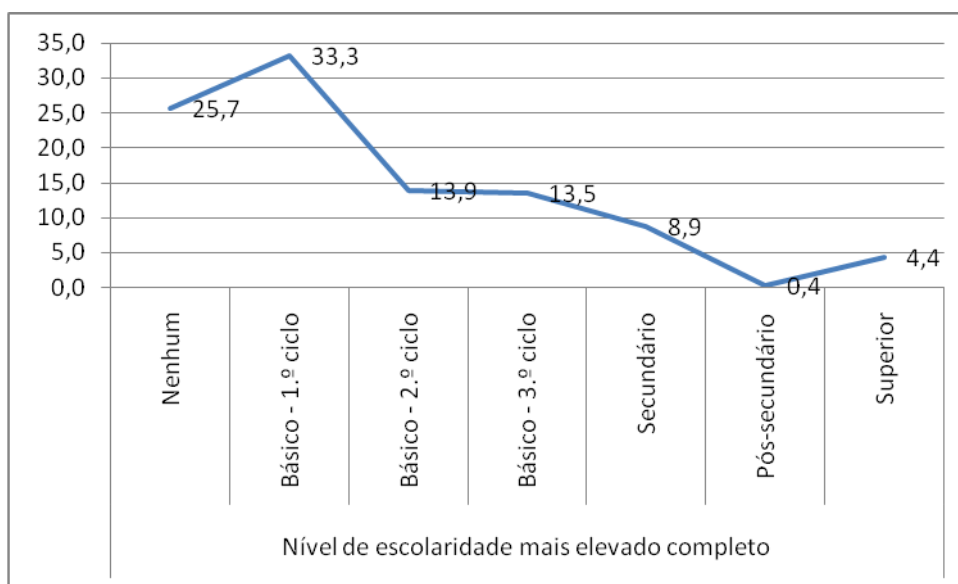
Local de residência	Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico 1.º Ciclo	Básico 2.º Ciclo	Básico 3.º Ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
<i>Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)</i>	428	554	269	289	194	8	131
<i>Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)</i>	27	47	12	14	5	1	1
<i>Santiago Maior</i>	582	747	322	299	182	8	65
<i>Capelins (Santo António)</i>	124	229	61	48	44	1	20
<i>Terena (São Pedro)</i>	217	255	95	95	68	3	34
<i>São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)</i>	121	111	55	45	25	0	7
Concelho de Alandroal	1499	1943	814	790	518	21	258

Fonte: INE (2012)

Da análise da Tabela 10, retiram-se as seguintes evidências:

1. Apenas 27,2% da população alandroalense (1587 indivíduos) possui o 3º Ciclo do Ensino Básico ou nível superior;
2. O número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade (1499) é 5,5 vezes superior ao número de indivíduos com uma formação superior;

Figura 13 – Habilitações Literárias da População Escolarizada



Fonte: INE (2012)

4. O CONTEXTO ECONÓMICO E O EMPREGO

4.1. O UNIVERSO INSTITUCIONAL EM ALANDROAL³

Uma das dimensões objecto de trabalho de investigação foi a dimensão institucional, em todo o território do concelho. Para a identificação de todas as instituições, recorreu-se, entre 2008 e 2011, a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Alandroal, Governo Civil do Distrito de Évora, Juntas de Freguesias do concelho e Instituto Português da Juventude (actual Instituto Português do Desporto e da Juventude/IPDJ).

No âmbito do estudo “*Arqueologia das Aprendizagens no Concelho de Alandroal*”, foram estudadas 294 instituições, 89,9% da totalidade (327) existente no concelho.

Tabela 11 - Instituições Inquiridas e Identificadas em cada freguesia

Freguesias	Instituições identificadas (N)	Instituições Inquiridas (N)	Frequência Relativa das Instituições Inquiridas, por freguesia (%)
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	119	105	88,2
Santiago Maior	101	89	88,1
Terena (São Pedro)	45	40	88,8
Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)	32	28	87,5
Capelins (Santo António)	18	17	94,4
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	12	12	100,0
Extra - Concelhias	3	3	100,0
Total de Instituições	327/330	291/294	89,9/89,1

Fonte: NICO (2011)

Um dos aspectos conhecidos, através do inquérito aplicado, prendeu-se com a distribuição, no tempo, do momento de fundação das instituições do concelho de Alandroal.

³ Elaborado com base em: **Nico (2011)**. *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 27-40).

Tabela 12 - Antiguidade das Instituições

Antiguidade das Instituições	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
< 1900	2	0,7
1901-1910	2	0,7
1911-1920	2	0,7
1921-1930	0	0,0
1931-1940	5	1,7
1941-1950	1	0,3
1951-1960	7	2,4
1961-1970	19	6,5
1971-1980	27	9,2
1981-1990	54	18,4
1991-2000	96	32,7
2001-2007	71	24,1
N/R	8	2,7
Totais	294	100,0

Fonte: NICO (2011)

Da análise da informação contida na tabela anterior, verifica-se o seguinte:

a) 221 instituições (correspondendo a 75,2 % do universo inquirido) foram criadas após 1980, sendo que 245 instituições (correspondendo a 83,3% desse universo) tiveram a sua fundação após o 25 de Abril de 1974;

b) **O período mais dinâmico na criação das instituições no concelho do Alandroal foi o que decorreu entre os anos de 2001 e 2007**, durante o qual foram criadas 10,1 instituições por cada ano (média aritmética);

d) O ano 2000 foi o ano com o maior número de criação de instituições (17);

e) Após a análise da antiguidade das instituições do concelho de Alandroal, evidencia-se o período pós 25 de Abril de 1974 como um período de grande empreendedorismo na criação de instituições. Na realidade, nas sete décadas anteriores, apenas tinham sido criadas 36 instituições. No entanto, convém referir que este registo de criação de 36 instituições, nas primeiras décadas do século XX, não nos permite concluir que apenas estas tenham existido nesse período. De facto, poderão ter existido outras instituições que, entretanto, tenham sido extintas.

Um dos aspectos importantes para o conhecimento da realidade institucional prende-se com o número de sócios das instituições. Nesta dimensão, a informação recolhida encontra-se disponível na Tabela 7 e no Gráfico 5 que se seguem.



Tabela 13 - Número de Sócios das instituições

Número de Sócios	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
[1-3]	204	69,4
[4-9]	8	2,7
[10-100]	15	5,1
[101-200]	11	3,7
[201-400]	6	2,0
[401-1000]	5	1,7
>1001	3	1,0
N/R	42	14,3
Totais	294	100,0

Fonte: NICO (2011)

Da análise do conteúdo da Tabela 13 podemos verificar o seguinte:

- a) **Mais de dois terços das instituições inquiridas** (69,4% do universo) **têm entre um e três sócios ou proprietários**, correspondendo a microempresas que, como anteriormente já foi verificado, dedicam a sua actividade ao comércio, pequena restauração e oficinas diversas;
- b) 40 instituições tinham mais de 10 sócios, incluindo-se, nesta categoria, as instituições empresariais que tinham mais do que um proprietário e as pequenas associações que tinham um número limitado de sócios;
- c) 3 instituições tinham mais de um milhar de sócios: a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Alandroal, a Biblioteca Municipal do Alandroal e a Cooperativa de Consumo. A existência destas 3 instituições, com mais de 1000 sócios, representa um potencial humano significativo num concelho que possui 5843 habitantes recenseados (INE, 2012).
- d) Predominavam as microempresas no universo inquirido, uma vez que 160 destas instituições revelavam possuir apenas 1 sócio, o que correspondia, na prática, ao respectivo proprietário.

Relativamente à natureza jurídica das instituições de Alandroal, a informação recolhida encontra-se disponibilizada na tabela seguinte.



Tabela 14 - Natureza Jurídica das instituições

Natureza Jurídica	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Empresa	229	77,9
Associação Cultural e/ou Desportiva	21	7,1
Instituição Particular de Solidariedade Social	8	2,7
Cooperativa	8	2,7
Autarquia	7	2,4
Instituição Pública	6	2,0
Associação de Desenvolvimento Local	5	1,7
Organismo autárquico	3	1,0
Associação Juvenil	2	0,7
Estabelecimento de Ensino	2	0,7
Instituição de Segurança	2	0,7
Outra	1	0,3

Fonte: NICO (2011)

Da leitura da informação inscrita na Tabela 14, verifica-se o seguinte:

- a) 229 instituições são empresas, o que corresponde a 77,9% dos casos identificados. Estas empresas, como anteriormente já foi referido, são empresas de pequena dimensão e correspondem a instituições que possuem entre 1 e 3 proprietários. Estamos, pois, perante situações de micro empresas;
- b) Foram identificadas 21 associações de âmbito cultural, recreativo e desportivo, o que corresponde a 7,1% do universo;
- c) Foram identificadas 8 Instituições Particulares de Solidariedade Social e 8 Cooperativas, correspondendo, cada um dos casos, a 2,7% do universo inquirido.

Relativamente à natureza estatutária das instituições inquiridas, a informação recolhida encontra-se inscrita na tabela seguinte.

Tabela 15 - Natureza Estatutária das instituições

Natureza Estatutária	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Privado	218	74,1
Público	61	20,7
Cooperativo	8	2,7
Outra	7	2,4
Totais	294	100,0

Fonte: NICO (2011)

Como se pode verificar a partir da Tabela 15, predominam as instituições pertencentes ao sector privado, totalizando um total de 218, que correspondem a 74,1% do universo das instituições inquiridas.

As instituições públicas, apesar de representarem uma minoria, são uma parcela significativa do universo institucional, uma vez que foram identificadas 61 instituições, correspondendo a cerca de um quinto do universo considerado.

O procedimento de inquérito à dimensão institucional do concelho de Alandroal tentou caracterizar, em primeiro lugar, o âmbito de actividade económica das 294 instituições que foi possível inquirir. As categorias identificadas para agrupar as referências à área de actividade económica das instituições inquiridas foram construídas com base na **Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro)**. A informação recolhida, no âmbito desta variável, encontra-se distribuída na tabela seguinte.

Tabela 16 - Área de Actividade Económica das instituições

Área de Actividade Económica	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos	73	24,8
Alojamento, restauração e similares	69	23,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	36	12,2
Indústrias transformadoras	30	10,2
Construção	19	6,5
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	16	5,4

Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	10	3,4
Actividades de saúde humana e apoio social	6	2,0
Actividades Financeiras e de Seguros	4	1,4
Actividades Administrativas e dos serviços de apoio	3	1,0
Actividades de Informação e de Comunicação	2	0,7
Educação	2	0,7
Indústria Extractiva	1	0,3
Actividades de Consultadoria, científicas, técnicas e similares	1	0,3
Outras actividades e serviços	15	5,1
Sem resposta	7	2,4
Totais	294	100,0

Fonte: NICO (2011)

De acordo com o conteúdo da Tabela 16, podemos verificamos o seguinte:

- 73 instituições (correspondendo a 24,8% do universo inquirido) dedicam-se ao comércio e às actividades relacionadas com a pequena reparação de veículos;
- 69 instituições (correspondendo a 23,5% do universo inquirido) dedicam a sua actividade ao alojamento e à restauração, num cluster que poderemos denominar como turismo local;
- 36 instituições (correspondendo a 12,2% do universo) são instituições relacionadas com a actividade no sector primário, nomeadamente com as actividades de agricultura, pecuária, floresta e pesca;
- 30 instituições (correspondendo a 10,2% do total) são pequenas indústrias transformadoras;
- Apenas 2 instituições se encontram directamente relacionadas com as actividades de educação e formação. De acordo com os inquéritos realizados, estas instituições são o Agrupamento de Escolas do Alandroal e a Escola de Condução Pêro Rodrigues.

Ainda de acordo com a informação contida na tabela anterior, podemos verificar que **cerca de metade das instituições são pequenas ou microempresas do sector comercial** (das áreas da restauração, pequenas oficinas e turismo).

No que respeita à área de actividade funcional indicada pelas instituições inquiridas, a informação recolhida encontra-se na tabela seguinte.



Tabela 17: Área de actividade funcional das instituições

Área de Actividade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Comercial/Restauração	180	42,5
Industrial	53	12,5
Agricultura e Pecuária	43	10,1
Recreativa/Lazer	35	8,3
Cultural	26	6,1
Social	21	5,0
Desportiva	21	5,0
Educacional	17	4,0
Religiosa	10	2,4
Cinegética	6	1,4
Serviços	5	1,2
Saúde	3	0,7
Segurança	2	0,5
Desenvolvimento Local	1	0,2
Associação Profissional	1	0,2

Fonte: NICO (2011)

Foram identificadas 424 referências às actividades desenvolvidas pelas instituições inquiridas. Sendo este um número superior ao número de instituições identificadas (294), tal significa que algumas instituições terão promovido mais do que uma actividade, no período em estudo. Verifica-se que há um índice de 1,4 actividades por instituição, no período considerado, sendo que:

- a) **As actividades predominantes são as que se relacionam com o comércio e a restauração**, como já tinha sido registado anteriormente. Na realidade, foram identificadas 180 referências nesta categoria, o que corresponde a 42,5% do universo de actividades identificadas;
- b) Foram identificadas 53 actividades relacionadas com a indústria, que correspondem a 12,5% dos casos;

- c) A terceira área de actividade mais referenciada, com 43 registos, foi a área da agricultura e pecuária, o que corresponde a 10,1% dos casos;
- d) As actividades relacionadas com a área recreativa e do lazer foram referidas 35 vezes, correspondendo a 8,3% dos casos;
- e) A área cultural, com um total de 26 actividades registadas (correspondendo a 6,1% do universo), foi a quinta área de actividade mais referida;
- f) **As actividades explicitamente direccionadas para a educação dos residentes no concelho do Alandroal foram referidas apenas 17 vezes, o que corresponde a 4% do universo de actividades identificadas nas instituições inquiridas.**

Verifica-se, através da informação contida na Tabela 17, que prevaleceu a actividade económica, no conjunto de actividades que o estudo identificou. Na realidade, se adicionarmos todos os registos de actividades da área comercial, restauração, indústria, agricultura e pecuária, existe um conjunto de 276 actividades de âmbito económico desenvolvidas pelas instituições do concelho do Alandroal, o que corresponde a 65,2% do universo de registo de actividades identificado.

O grupo de actividades relacionadas com as dimensões cultural e educacional, apresenta apenas 43 referências, o que corresponde a 10,1% do total de actividades identificadas.

Outro dos sectores de actividade com maior representatividade na população activa de Alandroal é a administração pública geral, económica e social (encontram-se, neste grupo, instituições como a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do concelho).

Uma área também importante, na dimensão do trabalho, é a actividade de apoio social para pessoas idosas. Para este facto concorre, naturalmente, o envelhecimento registado, a necessidade de apoio de uma parte significativa da população do concelho e a existência de instituições que asseguram este serviço à população (ex: Santa Casa

da Misericórdia de Alandroal, Lar Cantinho Amigo, APIT/Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena, entre outros).

De acordo com um estudo elaborado pela Universidade de Évora (Nico, 2011), tendo por finalidade conhecer e caracterizar o universo de aprendizagens existentes (disponíveis e concretizadas) no concelho do Alandroal, durante uma década (1997-2007) considerou-se que *“a actividade económica mais significativa, (...) no território, decorria em torno da Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pescas (com 24,3% das sociedades localizadas no Alandroal) logo seguida do sector (...) de Comércio por Grosso e a Retalho e pequenas oficinas de reparação de veículos”* (Nico, 2011:17). A terceira actividade económica mais representativa neste território, de acordo com o mesmo estudo, pertence ao sector do *Alojamento, Restauração similares*.

Verifica-se, assim, que ocorreu uma evolução na representatividade das diversas actividades económicas em Alandroal, sendo que a indústria transformadora perdeu a representatividade que tinha, há décadas atrás, dando lugar ao comércio.

Na realidade, a evolução que parece ter ocorrido no tecido económico e empresarial do concelho de Alandroal, na última década, poderá também ter concorrido para uma alteração significativa do perfil de qualificações académicas e, principalmente, profissionais necessárias para sustentar este novo padrão económico do território. De facto, a reorientação profissional ocorrida terá também promovido uma reorientação da qualificação da população activa.

Nos últimos dois anos (Janeiro de 2011 a Janeiro de 2013), foram constituídas 18 empresas no concelho de Alandroal, sendo a sua maioria da área de actividade económica da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguindo-se o alojamento, restauração e similares.

Tabela 18 - Profissões dominantes no concelho de Alandroal

Áreas profissionais	Local de residência						
	Alandroal	Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	Santiago Maior	Capelins (Santo António)	Terena (São Pedro)	São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	155	24	8	74	27	10	12
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	129	35	1	62	6	17	8
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	114	39	0	43	6	13	13
Vendedores em lojas	102	41	0	39	4	12	6
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	92	38	2	30	5	14	3
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	85	29	4	37	3	8	4
Operadores de equipamentos móveis	84	17	7	35	4	10	11
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	70	33	1	24	6	4	2
Empregado de escritório em geral	68	33	1	14	9	5	6
Operadores de instalações, da extracção mineira e de processamento de minerais	67	37	2	4	6	3	15
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	60	24	0	19	4	8	5
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	52	19	1	28	3	1	0
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva e construção	52	12	1	20	3	10	6
Outras profissões elementares	50	24	2	14	2	6	2
Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal	47	18	1	13	4	6	5

Fonte: INE (2012)

Nos últimos dois anos, foram constituídas 18 pessoas colectivas no concelho de Alandroal, com maior expressão na fileira da agro-pecuária, silvicultura e actividades cinegéticas (5 instituições). A distribuição das novas pessoas colectivas encontra-se inscrita na Tabela 19:

Tabela 19 – Constituição de pessoas colectivas e entidades equiparadas em Alandroal, por sector de actividade (Janeiro de 2011 a Janeiro de 2013)

CAE	Janeiro de 2011 a Janeiro de 2013
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5
Alojamento, restauração e similares	3
Construção	2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	2
Transportes e armazenagem	1
Actividades de informação e de comunicação	1
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1
Indústrias extractivas	0
Indústrias transformadoras	0
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0
Actividades financeiras e de seguros	0
Actividades imobiliárias	0
Educação	0
Actividades de saúde humana e apoio social	0
Outras actividades de serviços	0
Total	18

Fonte: INE (2012)

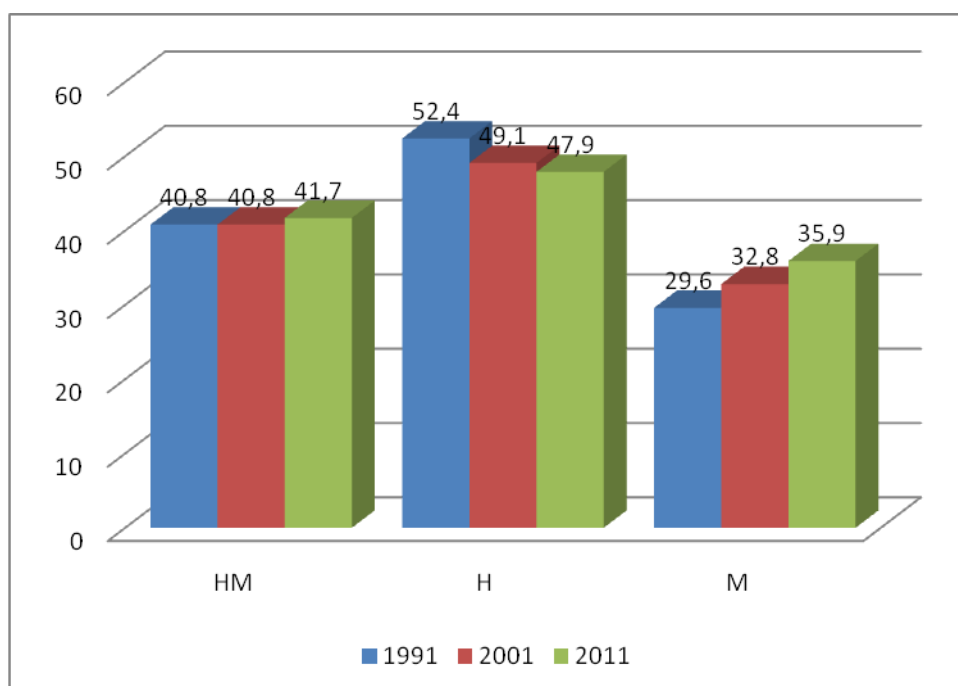
Tabela 20 – Pessoal ao serviço das Sociedades do Alandroal, por sector de actividade económica

Área de actividade económica	Local de residência						
	Alandroal	Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	Santiago Maior	Capelins (Santo António)	Terena (São Pedro)	São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)
Administração pública em geral, económica e social	206	100	3	55	10	31	7
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	161	40	2	83	7	19	10
Culturas temporárias	110	24	8	37	19	17	5
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e protecção civil	95	40	1	33	9	4	8
Culturas permanentes	77	10	8	39	9	6	5
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	77	44	0	7	6	10	10
Extracção de pedra,	64	35	0	3	3	5	18

areia e argila							
Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção	49	31	2	4	4	4	4
Actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento	49	23	1	22	1	2	0
Ensino Básico (1º e 2º Ciclos)	47	27	0	11	3	5	1
Ensinos Básico (3º Ciclo) e secundário	42	30	0	9	0	2	1
Produção animal	38	10	0	12	4	2	10
Agricultura e produção animal combinadas	37	14	0	11	3	4	5
Indústria de lacticínios	37	3	0	30	0	4	0
Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	28	3	0	20	0	4	1

Fonte: INE (2012)

Embora a taxa de actividade seja superior na população masculina, a evolução desta realidade tem aproximado ambos os géneros. A taxa de actividade dos homens sofreu uma diminuição, passando de 52,4% para 47,9%, enquanto a taxa de actividade das mulheres passou de 29,6% para 35,9%. Porém, a taxa de actividade das mulheres no concelho de Alandroal ainda difere muito da média nacional, que se situa nos 43,9% (INE, 2012). Em termos evolutivos a taxa de actividade de ambos os géneros registou um aumento de 40,8% para 41,7%, acompanhando a tendência nacional, que também subiu, entre 2001 e 2011, para 47,6%.

Figura 14 – Evolução das taxas de actividade, por género

Fonte: INE (2012)

Aquando da realização do último recenseamento populacional, em 2011, a taxa de desemprego, no concelho de Alandroal, é elevada (15,62%), à semelhança do que acontece a nível nacional (13,19%) e regional (12,83%).

Tabela 21 – Taxas de desemprego em 2011, por género

Local de residência	Taxa de desemprego em 2011 (%)		
	HM	H	M
Continente	13,19	12,51	13,92
Alentejo	12,83	11,92	13,86
Alentejo Central	11,19	10,41	12,05
Alandroal	15,62	13,32	18,52
<i>Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)</i>	12,43	10,78	14,29
<i>Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)</i>	14,58	6,90	26,32
<i>Santiago Maior</i>	18,81	16,37	21,99
<i>Capelins (Santo António)</i>	13,86	15,31	11,76
<i>Terena (São Pedro)</i>	14,81	12,58	17,65
<i>São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)</i>	18,39	10,58	30

Fonte: INE (2012)

A tendência de o desemprego masculino ser inferior ao feminino tem vindo a decrescer. No entanto, em Alandroal, ainda se verifica que as mulheres apresentam taxas mais elevadas de desemprego (18,52%) quando comparadas com os homens (13,32%).

5. OS CONTEXTOS URBANOS E SUAS DINÂMICAS

De acordo com a Agenda 21 do Concelho de Alandroal (TTerra, 2011), Alandroal encontra-se bem servido de vias de comunicação, uma vez que *“O concelho dispõe de boas condições de acesso a outras vias estruturantes, designadamente à A6/IP7, que estabelece a ligação entre Lisboa e Badajoz/Sevilha/Madrid, passando por Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz e Elvas”*.

Também o Plano Director Municipal refere que:

“são de salientar as satisfatórias características apresentadas pela quase totalidade das vias da Rede Nacional (com excepção de um curto troço da ER255), bem como de parte muito significativa das vias municipais (com 94% da rede pavimentada em bom estado de conservação), fruto de intervenções levadas a efeito por parte da autarquia” (CMA:2006).

Nestas circunstâncias, é muito importante a adequada articulação entre a rede de transportes no interior do concelho e a rede de oferta de educação e formação, nomeadamente acautelando o acesso fácil, seguro e rápido dos cidadãos a todas as modalidades de qualificação. Isso pressupõe a existência de oferta de educação e formação escolar nos três centros escolares existentes (Alandroal, Santiago Maior e Terena) com consequentes circuitos de transporte escolar devidamente orientados e coordenados com o funcionamento dessas instituições. Já no que respeita à oferta mais direccionada para os adultos (formal e não formal) será de considerar a possibilidade de recurso às infra-estruturas existentes em cada freguesia, nomeadamente as Instituições com Potencial Educativo e os edifícios das extintas Escolas Primárias que, em alguns casos, poderão ser adaptados para uma renovada missão educacional.

Fora dos períodos escolares, o número de circulações é reduzido e a mobilidade da população é mínima, sendo que mais de metade das deslocações é feita a pé e que o transporte colectivo é frequentemente preterido em favor do particular (CMA, 2006). Neste contexto, a existência do serviço de táxis não é desprezível e muitas vezes, dada a sua flexibilidade, esta oferta acaba por colmatar as falhas dos transportes públicos,

em termos de horários e da cobertura que presta a locais mais isolados do concelho, quer ainda em casos de urgência médica.



Atenta a esta realidade, a Câmara Municipal de Alandroal decidiu, muito recentemente (2013), criar a Linha do Alandroal – ALA, que se assume como:

“Circuito de transportes gratuito criado pelo Município para ajudar a combater o isolamento e facilitar o acesso dos munícipes, principalmente os jovens e os idosos, aos serviços da sede de concelho. A linha é composta por três circuitos diferentes, que funcionam todas as terças, quartas e quintas-feiras, com partidas às 08:30 horas e regresso à localidade de origem às 12:30 horas. A “Linha Branca”, que funciona às terças-feiras, faz a ligação entre Casas Novas de Mares, Aldeia de Pias, Marmelos, Orvalhos, Hortinhas, Terena e Alandroal. A “Linha Azul”, a operar às quartas-feiras, liga as localidades de Lages, Aldeia da Venda, Seixo, Cabeça de Carneiro, Montejuntos, Ferreira de Capelins, Faleiros, Monte Abaixo e Terena ao Alandroal. Já a “Linha Amarela” faz o transporte entre Juromenha, Mina do Bugalho, Rosário e Alandroal, nas quintas-feiras. Esta medida do Município de Alandroal destinada a facilitar a mobilidade dentro do concelho, pode ser alargada no futuro se tal necessidade se vier a justificar e o município está já a procurar articular a oferta da sede de concelho com a oferta da linha. Por exemplo, já foi solicitada à ARS Alentejo a alteração da “Consulta Aberta” do Centro de Saúde da tarde para a manhã para que os utentes da linha possam beneficiar deste serviço” (in <http://www.cm-alandroal.pt/pt/conteudos/noticias/Linha+Gratuita+de+Transporte+Vai+Entrar+em+Funcio.htm> acedido em 16 de Julho de 2013)

A distribuição dos transportes escolares está organizada da seguinte forma:

1º circuito: Juromenha; Mina do Bugalho e Rosário; Alandroal

2º circuito: Terena; Hortinhas

3º circuito: Faleiros, Ferreira de Capelins, Montejuntos, Cabeça de Carneiro; Pias

4º circuito: Orvalhos, Aldeia de Marmelos, Aldeia da Venda, Casas Novas e Pias.

Existe ainda um outro circuito interno, que funciona apenas dentro da Vila do Alandroal e transporta os alunos que vivem mais longe da escola (residentes na Rua das Eiras e no Bairro dos Andorinhos). Os 3º e 4º circuitos são complementados com transportes das respectivas juntas de freguesia.

A Câmara Municipal de Alandroal dispõe de uma frota recente, equipada de acordo com as normas de segurança e de transporte de crianças, incluindo as que se encontram sinalizadas com Necessidades Educativas Especiais.



No sentido de melhorar a rede viária do concelho, aumentando a qualidade das vias de comunicação e assumindo as acessibilidades como eixos promotores de desenvolvimento, a Câmara Municipal de Alandroal assumiu, em sede da Agenda 21 (TTerra, 2011), esta dimensão como uma das suas prioridades, nomeadamente através das seguintes acções:

- A melhoria das acessibilidades e tratamento da Envolvente aos Sítios ou Locais de Interesse Arqueológico;
- A criação de uma ligação entre Portugal e Espanha (Montejuntos – Cheles e Juromenha – Vila Real), envolvendo a Associação Transfronteiriça Terras do Grande Lago Alqueva e a empresa EDIA);
- Requalificação do CM1109, entre Aldeia do Rosário e Ferreira de Capelins;
- Execução do Projecto de Mobilidade Sustentável e Combate ao Isolamento (envolvendo a empresa EDP);
- Requalificação e Melhoramento de Caminhos Agrícolas;
- Criação de um parque para Autocaravanas (envolvendo a ASSERAL);
- Desenvolvimento do Plano Local de Acessibilidades.

De acordo com o compromisso estabelecido na Agenda 21, o município assumiu, como metas, algumas acções no sentido de melhorar a dimensão urbana do concelho:

- Plano de Acção Para Intervenção em Prédios Devolutos que Apresentem Risco Para a Segurança (em parceria com os Bombeiros Voluntários de Alandroal e Protecção Civil);

- Optimização da Rede Energética de Forma a Integrar a Reserva Dark Sky (em parceria com a empresa EDP e a Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo);
- Diagnóstico dos Consumos Energéticos dos Edifícios Públicos e Implementação de Tecnologias Para a Redução de Consumos Energéticos com Recurso a Energias Renováveis (em parceria com ARECBA/Agência Regional de Energia do Baixo Alentejo);
- Diagnóstico e Redução dos Consumos de Água;
- Reforço do Número de Ecopontos (em parceria com a empresa intermunicipal GESAMB/Gestão Ambiental e de Resíduos);
- Higiene Urbana.

Ao nível de reabilitação de edifícios sociais e espaços comunitários, as principais acções a concretizar relacionam-se com a:

- Reabilitação do Património Histórico e Construído de Terena (em parceria com a Direcção Regional da Cultura);
- Reabilitação do Património Histórico e Construído de Juromenha;
- Reabilitação das Antigas Escolas Primárias do Concelho (em parceria com associações locais e no âmbito da implantação do pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca);
- Recuperação de Fontes e Chafarizes;
- Reabilitação e Criação de Espaços Verdes e Parques Infantis;
- Criação de espaço de lazer nas “Águas Frias”.

6. OS CONTEXTOS DE QUALIFICAÇÃO⁴

As relações entre os sistemas de qualificação e os territórios são uma realidade complexa, dinâmica, variável e determinante para a adequada resolução da *equação qualificadora* em cada contexto territorial e respectivas consequências nas dimensões humanas, sociais, económicas e culturais.

Como já referimos anteriormente, cada contexto territorial, em cada momento histórico, social e político, assume-se como o resultado do encontro das diferentes dimensões que o determinam e que passam pela forma como, ali e naquele momento, se concretizam os seguintes aspectos da realidade: geografia, orografia, clima, recursos naturais geológicos e biológicos, perfil demográfico, tipo de ordenamento urbano, disponibilidade e acesso às vias de comunicação e aos sistemas de transportes, rede de instituições da sociedade civil e respectivas dinâmicas, património edificado e imaterial, culturas locais, tradições, rituais religiosos e pagãos, *ecossistemas* humanos e comunitários, rotinas de vida, actividades económicas e empresas, contextos formais e não formais de aprendizagem e, finalmente, as pessoas, suas famílias, seus quotidianos, suas trajetórias vitais e os seus projectos de futuro.

Observar, conhecer e, eventualmente, intervir nesta cartografia territorial, sistémica e dinâmica, em que se desenham, constroem e concretizam todas as modalidades de qualificação é um exercício de enorme complexidade e exigência, que requer uma leitura atenta, pormenorizada e integradora, do *universo educacional* de todas as dimensões da realidade territorial e uma latitude conceptual suficientemente

⁴ Elaborado com base em:

NICO, B. (2008). Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável. in Bravo Nico (Org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Edições Pedagogo. pp: 9-19.

NICO, B. (2012). Saberes, linguagens e práticas educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal). in Mairce Araújo & Jacqueline Moraes (Orgs.). *Vozes da Educação: formação de professores, narrativas, políticas e memórias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro (pp.99-109).

ampla e capaz de albergar a totalidade da diversidade de contributos qualificadores disponíveis e actuates em cada contexto.

Este pensamento, no caso de Alandroal, está presente num dos principais documentos orientadores da política local: a Agenda 21. Na realidade, aí é referido que o território, mais do que um espaço físico, *“é a entidade de suporte, de integração e de síntese de toda a actividade humana, com particular realce para as actividades produtivas, o habitat, os recursos naturais e ambientais, as identidades, bem como os agentes desses processos”* (Fonseca Ferreira, 2005, citado por TTerra, 2011: 92). Grosso (2012), em estudo realizado em Alandroal, refere que *“deve existir, entre os diversos sistemas de qualificação e os territórios, um objectivo comum na promoção de dinâmicas de desenvolvimento e de coesão social e, desse modo, apostar na valorização de toda a qualificação”*(p.141). Também Carvalho (2010: 43), noutro estudo aí realizado, afirma que *... multiplicam-se as possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à escola. Mais importante do que ter uma qualificação, é possuir competências e capacidade de adaptação. A Educação deve, assim, englobar todos os processos que levem as pessoas, em todas as fases da sua vida, à construção de um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas...*

O Alandroal oferece-nos, pois, uma coordenada de partida bastante interessante para a realização de uma reflexão em torno desta complexa relação que existe entre o território e a qualificação.

6.1. AS REDES DE QUALIFICAÇÃO

6.1.1. AS REDES FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

Em seguida, apresentar-se-á **o universo de redes territoriais de qualificação que foram identificadas no concelho de Alandroal**, no decurso dos trabalhos de investigação científica desenvolvidos, nos últimos anos [Barreiros (2012), Barrenho (2012), Carvalho (2010, 2011), Carvalho *et al* (2011), D’Orey (2008, 2011), Galhardas

(2012), Grosso (2012), Nico (2008, 2011, 2012), Nico & Nico (2009, 2011), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), Rocha (2011)].



No território do concelho de Alandroal, coexistem quatro **redes formais de qualificação**⁵, que, em seguida, indicaremos. De referir que, a nível municipal, estas redes formais de qualificação encontram-se representadas no Conselho Municipal de Educação.

1. A rede formal de educação

Nesta primeira rede territorial, encontramos as seguintes realidades:

- a) **a Intervenção Precoce** – modalidade de intervenção que se destina a crianças até à idade escolar que estejam em risco de atraso de desenvolvimento, manifestem deficiência ou necessidades educativas especiais. Consiste na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais a estas crianças e às suas famílias com o objectivo de minimizar os factores negativos existentes nas suas vidas e que podem provocar problemas ao seu desenvolvimento. A tutela deste programa é repartida entre os Ministérios da *Saúde*, da *Educação e Ciência* e da *Solidariedade e da Segurança Social*, contando, localmente, com parcerias entre as estruturas destes três sectores e contando com o apoio do município e de algumas instituições da sociedade civil;
- b) **os estabelecimentos de Educação de Infância** – constituem uma rede onde coexistem instituições públicas e não públicas. Estes estabelecimentos são tutelados pelas respectivas instituições proprietárias e encontram-se enquadrados por normativos dos Ministérios da *Educação e Ciência* da *Solidariedade e Segurança Social*;

⁵ Entendam-se **redes formais, não formais ou informais de qualificação** como o conjunto, organizado ou não, de **contextos formais, não formais ou informais, de aprendizagem**, respectivamente.

- c) **a Escola Pública**, no território do município do Alandroal e em municípios adjacentes, constituída pelos estabelecimentos de ensino públicos (três Centros Escolares) que disponibilizam a oferta educativa, ao nível do ensino básico e secundário (neste nível, uma oferta muito limitada e não regular). A tutela desta rede compete ao *Ministério da Educação e Ciência*, sendo que a Câmara Municipal do Alandroal possui competências no âmbito do ensino básico, nomeadamente no que se refere aos edifícios, funcionários não-docentes, actividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, alimentação e outro tipo de apoios de natureza social escolar (CMA, s/d; TTERRA, 2011: 65);
- d) **as escolas privadas**, rede constituída pelos estabelecimentos de ensino privados e cooperativos que disponibilizam oferta educativa, ao nível do ensino secundário, em localidades mais ou menos próximas de Alandroal. De referir a Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL), com sede em Évora e um pólo em Estremoz. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e pelo *Ministério da Educação e Ciência*;
- e) **os Centros Novas Oportunidades (CNO)** – constituída pelos CNO públicos e privados que operaram no município e em territórios próximos e que disponibilizaram oferta educativa a adultos, nomeadamente através do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação académica e/ou profissional dos adquiridos experienciais (níveis básico e secundário) e do encaminhamento dos indivíduos para percursos de formação. A rede de CNO, extinta em 2013, era, até 2011, tutelada pelos Ministérios da *Educação* e do *Trabalho e Solidariedade Social*. Em Alandroal, existiu um CNO no Agrupamento de Escolas e operaram outros localizados no exterior do concelho, nomeadamente o CNO do Instituto do Emprego e Formação Profissional (Évora), o CNO da *Partner Hotel* (Reguengos de Monsaraz) e o CNO do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama (Estremoz). À data de elaboração deste

documento, encontrava-se aberta, pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) a candidatura à instalação dos CQEP (Centros de Qualificação e Ensino Profissional).



2. A rede formal de formação

Nesta segunda rede de qualificação, encontramos os dispositivos de formação profissional disponibilizados pelos Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) que operam no território e que são tutelados pelo *Ministério da Economia e do Emprego*. No caso de Alandroal, são relevantes as influências do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora e dos pólos do IEFP de Estremoz, Évora, Elvas e Reguengos de Monsaraz.

3. A rede formal do ensino superior

Nesta terceira rede, apesar de, fisicamente, não existir qualquer instituição de ensino superior, encontramos a presença, activa, da acção de instituições públicas de ensino superior localizadas na região (Universidade de Évora e os Institutos Superiores Politécnicos de Beja e de Portalegre) e da Universidade Aberta (instituição pública de ensino superior a distância, com Centro de Apoio no concelho vizinho de Reguengos de Monsaraz). O vasto património arqueológico, edificado e imaterial de Alandroal tornou este território num local de presença frequente de investigadores e de realização de trabalho com instituições de ensino superior de outros locais do país. Estas instituições, com a sua autonomia, são tuteladas pelo *Ministério da Educação e Ciência*. Por último, será de referir que a Universidade da Extremadura, com importante pólo localizado em Badajoz (a uma distância de, aproximadamente, 40 Km) é uma realidade importante a ter em conta, nesta rede de ensino superior.

No ano lectivo 2012/2013, a Câmara Municipal de Alandroal atribuiu 38 Bolsas de Estudo a estudantes que frequentam estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico.

4. A rede formal de aprendizagem

A rede formal de aprendizagem é constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que, tendo celebrado protocolos com instituições

públicas financiadoras, disponibilizam oferta qualificante certificada. É o caso de fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, associações juvenis, empresas e outras. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos associados e pelas organizações públicas financiadoras. No caso do concelho de Alandroal, poderão ser referidas, pela presença e trabalho desenvolvido, instituições como a Casa do Povo de Santiago Maior, a Choupana – Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho de Alandroal, a Santa Casa da Misericórdia de Alandroal ou o Centro Social e Paroquial de Alandroal, entre outras.

6.1.2. AS REDES NÃO-FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

No território do concelho do Alandroal, verifica-se a coexistência de sete redes não-formais de qualificação, que, em seguida, se indicam.

5. A rede não-formal de aprendizagem

Constituída pelo universo de organizações não governamentais da sociedade civil que disponibilizam oferta qualificante não certificada. Para lá das instituições já indicadas anteriormente, poderão ainda incluir-se as associações de natureza desportiva, cultural e recreativa existentes em cada uma das freguesias do concelho. Este universo de instituições tem uma presença bastante activa no território, conta com uma participação significativa dos cidadãos e é tutelado pelos respectivos associados. Mais à frente, neste documento, apresentam-se as instituições que foram consideradas como exibindo maior potencial educativo e que serviram de base para a construção deste Atlas Educativo de Alandroal.

6. A rede não-formal de formação profissional

Nesta dimensão, encontramos o universo de micro, pequenas e médias empresas locais, no seio das quais vão ocorrendo micro episódios de aprendizagem que proprietários e colaboradores vão concretizando. A aquisição de novos equipamentos, a adopção de novas estratégias de funcionamento, a contratação de novos colaboradores, a necessidade de cumprimento de novas regras contabilísticas ou organizacionais ou a necessidade de certificação dos produtos ou serviços

disponibilizados são momentos em que ocorrem aprendizagens, a maioria das vezes não certificadas. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e, em determinadas circunstâncias, observam as indicações dos Ministérios da *Economia e do Emprego, da Solidariedade e Segurança Social* e das *Finanças*.

7. A rede não-formal das instituições sociais

Neste âmbito, encontramos as organizações não-governamentais que desenvolvem actividades de apoio às comunidades locais, respectivas famílias e indivíduos. Este universo de instituições, com forte presença no território e importante acção social, é tutelado pelos respectivos associados e cumpre, em determinadas circunstâncias, as indicações do *Ministério da Solidariedade e da Segurança Social* e do município. Esta rede encontra-se relativamente organizada, através do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e a Rede Social de Alandroal, que possuem trabalho realizado e publicações de qualidade inquestionável, de que se destaca o *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal* (CMA, 2007).

8. A rede não-formal das instituições culturais, desportivas e recreativas

Nesta rede, desenvolvem actividade as instituições que promovem, divulgam e concretizam a actividade cultural, desportiva e recreativa. Estas organizações são tuteladas pelos respectivos associados e, em determinados casos, poderão celebrar protocolos com a Secretaria de Estado da Cultura, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, a Fundação INATEL, o Instituto Português do Desporto e da Juventude ou com as autarquias locais do concelho.

9. A rede não-formal das instituições de saúde

Encontramos, neste plano, o Centro de Saúde de Alandroal e as 11 Extensões de Saúde existentes no território (Cabeça de Carneiro, Ferreira de Capelins, Hortinhas, Juromenha, Mina do Bugalho, Montejuntos, Orvalhos, Rosário, Santiago Maior e Terena), a Farmácia e todas as organizações que, de forma directa ou indirecta, promovem actividades de aprendizagem não-formal, na área da saúde. Algumas destas instituições são tuteladas pelo *Ministério da Saúde*.

10. A rede não-formal das instituições de segurança



No território em causa, encontramos a presença da Guarda Nacional Republicana que desenvolve acções de educação destinadas aos mais jovens, através do *Programa Escola Segura*, e aos mais idosos, através do *Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança*. A Guarda Nacional Republicana é tutelada pelo *Ministério da Administração Interna*.

11. A rede não-formal da comunicação social

Constituída pelos órgãos de comunicação social locais e regionais, com actividade no território. Encontram-se nestas condições alguns jornais e rádios locais e regionais localizados em concelhos próximos (Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Évora). Estas empresas são tuteladas pelos respectivos proprietários.

6.1.3. AS REDES INFORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

No território do concelho do Alandroal, existem, ainda, as redes informais que, em seguida, se apresentam e caracterizam:

12. As redes informais da convivialidade

As redes informais, que se constroem e alimentam das redes comunitárias de convívio e de vizinhança, são, na região do Alentejo – caracterizadas pelo povoamento concentrado, grande frequência de contactos sociais e força dos laços sociais e familiares – uma realidade muito importante no quotidiano de cada indivíduo. No Alandroal, esta é uma realidade com traços muito específicos, em consequência do povoamento existente no território e que é, de acordo com a Agenda 21 do concelho, um “*povoamento tipo disperso não muito comum no Alentejo*, provocando isolamento humano e cultural que *afasta as pessoas da vivência global das convivialidades e sociabilidades inerentes a espaços densamente concentrados, criando estereótipos e demarcações entre a população do concelho*” (TERRA, 2011: 54). Este perfil de povoamento foi um dos aspectos que determinou a investigação de Carvalho (2010), relativamente aos estilos de aprendizagem de indivíduos iletrados de seis localidades de quatro freguesias do concelho de Alandroal, pois, na realidade, “*parece, assim,*

colocar-se em evidência a existência de estilos locais de aprendizagem, nos inquiridos das seis localidades em estudo, pelas suas circunstâncias pessoais/motivacionais, territoriais (geográficas), sociais, convívias e institucionais (Carvalho, 2010: 757).



13. As redes informais dos espaços digitais e electrónicos

O Alandroal está nas redes digitais, através de um número significativo de espaços de divulgação e debate (blogues) e de páginas pessoais, nomeadamente da rede social Facebook. Esta realidade digital está a crescer e constitui uma importante oportunidade de encontro, diálogo e partilha entre os alandroalenses.

6.2. ALGUMAS COORDENADAS DO MAPA DA QUALIFICAÇÃO EM ALANDROAL

Deste exercício de *cartografia educacional*, ficamos perante uma realidade bem mais rica e interessante do que aquela que nos é proporcionada quando a nossa observação é filtrada, exclusivamente, pelas lentes da educação formal.

De facto, podemos concluir da **existência de 13 redes de aprendizagem no território em estudo** e de, pelo menos, outras tantas tutelas. Esta realidade, heterogénea, diversa e inorgânica, remete-nos para a existência de vários pensamentos, diferentes saberes, distintas linguagens e múltiplas práticas educacionais, sendo certo que a maioria dos indivíduos frequenta, em simultâneo, muitos destes contextos de qualificação.

Na tentativa de organizar, de forma simples, a informação anteriormente indicada, apresentamos, em seguida, uma categorização das principais características dos saberes, linguagens e práticas educativas que se encontram presentes nas redes formais, não-formais e informais de educação existentes no território do município de Alandroal.

Tabela 22. Características dos saberes, linguagens e práticas educativas

	Redes Formais	Redes não-Formais	Redes Informais
Saberes	-Académicos -Padronizados -Legitimados -Escritos -Hegemónicos - Acesso condicionado	-Não académicos -Pouco formalizados -Locais -Pouco ou nada escritos -Em “perigo de extinção” - Acesso livre	-Não académicos -Escritos -Vídeo e Imagem -Apelam a competências tecnológicas -Participados e evolutivo - Acesso livre
Linguagens	-Científica -Escritas	-Empíricas -Pouco escritas ou orais	-Escritas -Públicas
Práticas Educativas	-Intrageracionais -Mais verticalizadas -Formalizadas -Monodimensionais	-Intra e intergeracionais -Menos verticalizadas -Conviviais -Multidimensionais	- Horizontais - Conviviais - Politizadas - Dinâmicas

Fonte: Nico (2012:106)

Outro aspecto a considerar, nesta cartografia dos contextos de qualificação de Alandroal, decorre da existência de, eventuais, segmentações dos contextos de aprendizagem (Nico, 2008, 2011, 2012; Nico *et al*, 2013):

- a) A **segmentação geracional dos contextos de aprendizagem**: decorre do predomínio dos indivíduos mais jovens nos contextos mais formais de qualificação, enquanto se verifica o inverso com os indivíduos menos jovens que frequentam mais os contextos não-formais e informais de convivialidade e vizinhança. Esta segmentação promove um predomínio do contacto intrageracional e uma rarefacção dos contactos intergeracionais, facto que ainda é mais reforçado pelos diferentes espaços e tempos das rotinas pessoais e profissionais que os indivíduos adoptam, ao longo dos respectivos ciclos vitais;
- b) A **segmentação geracional na exposição aos saberes**: o aumento dos percursos formais de aprendizagem, por parte das gerações mais jovens, tem sido acompanhado por uma maior exposição a saberes, linguagens e práticas educativas mais escolares e padronizadas. Ao contrário, as gerações menos jovens estão mais expostas aos saberes, linguagens e

práticas educativas menos escolares e menos padronizadas, mais localizadas nos contextos familiares e comunitários;



- c) **A ausência de diálogo entre os saberes e linguagens que coexistem no território:** esta realidade decorre da ausência dos saberes, linguagens e práticas educativas nos contextos formais e escolares de aprendizagem e do aumento, constante e progressivo, da distância entre as *culturas locais e escolares*;
- d) **Um relacionamento interinstitucional casuístico e incoerente:** que resulta do carácter atomizado e descoordenado da acção educacional de cada instituição, em cada uma e no conjunto de todas as redes de qualificação.

Os resultados da cartografia que foi realizada no território do município do Alandroal (e que não será muito diferente do que existirá em todos os municípios portugueses) remetem-nos para um novo horizonte da realidade da qualificação nos territórios, onde identificamos novas coordenadas que determinam novas latitudes nos conceitos, nos pensamentos, nas práticas e nas decisões:

- i) **Alargamento do *perímetro* do conceito de instituição educativa**, no sentido de, nessa nova *geometria*, se incluir a totalidade do universo institucional de cada território, nomeadamente aquelas instituições em que se verifica a presença de **potencial educativo**⁶, no qual ocorre um conjunto diverso e rico de oportunidades de aprendizagem;
- ii) Assumir a **geometria, sistémica, dinâmica e variável da rede territorial de aprendizagem**;

⁶ Entende-se **potencial educativo institucional** como o atributo das instituições não escolares em que se promovem, regularmente, oportunidades de aprendizagem em contextos não formais, com evidente organização, sequencialidade, intencionalidade e efeitos na educação e formação dos indivíduos que nelas participam.

- iii) Instituir um **pensamento não-hegemónico que permita o diálogo e uma relação mutual entre a aprendizagem formal e as práticas educativas próprias dos contextos não-formais e informais** e a convivência e complementaridade entre as instituições das redes públicas de qualificação e as organizações da sociedade civil das comunidades locais;
- iv) **Não perder a memória das comunidades e dos territórios, a qual, muitas vezes, só existe em plataformas culturais pouco organizadas,** pouco escolarizadas e pouco escritas e muito afastadas dos sistemas formais e legitimados de expressão. Neste âmbito, as redes informais digitais podem desempenhar um relevante papel de patrimonialização e divulgação dessa cultura local;
- v) **Não excluir as comunidades e os respectivos territórios** dos processos de desenho, construção e operacionalização dos sistemas formais de qualificação.

O diálogo entre os sistemas de qualificação e os territórios deve ter, como principal farol, a promoção de dinâmicas de desenvolvimento e de coesão social. Nestas condições, pensar a qualificação, num determinado território, convida-nos a um diálogo entre múltiplos aspectos de uma realidade complexa, diversa e heterogénea. Um diálogo entre saberes, linguagens e práticas educativas de diferentes origens, diversas modalidades de divulgação, distintas formas de legitimação e representações peculiares, por parte dos indivíduos, famílias, instituições e comunidades. Mas, também, um diálogo activo no âmbito de uma plêiade de actores locais que coexistem e se relacionam nos mesmos espaço e tempo.

É nesta nova latitude conceptual que devemos observar, estudar e intervir na realidade da qualificação em cada território, em concreto. Considerar todas as manifestações e episódios de aprendizagem, incluir todos os seus promotores e

atribuir a mesma dignidade e valor a toda a qualificação, independentemente da sua origem ou características, é um novo exercício territorial que se torna necessário promover (Nico, 2008, 2011, 2012; Nico *et al*, 2013). Esta necessidade foi comprovada por Galhardas (2012), quando esta indica que, no resultado do seu trabalho de investigação realizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal:



“... o universo de instituições existentes superou, em grande medida, as expectativas iniciais e o conjunto de aprendizagens identificadas está, claramente, para lá do que seria imaginável, num território tão pequeno e com uma demografia tão baixa. Temos, hoje, a clara percepção de que a análise das aprendizagens identificadas nos revelará um universo, ainda pouco conhecido, de contextos não formais e informais de educação, mas decisivo e significativo no processo de qualificação dos indivíduos residentes no concelho de Alandroal.” (Galhardas, 2012: 2)

Cada alandroalense transporta, no seu portefólio pessoal de aprendizagem e de vida, o complexo contributo deste universo. Nenhum desses fragmentos é dispensável e todos têm o seu valor intrínseco. Se assim é, na vida de cada pessoa, assim deverá ser na realidade de cada território (Nico, 2011, 2012, 2013).

7. AS REDES FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO EM ALANDROAL

O número de alunos matriculados por níveis de ensino ministrados no concelho de Alandroal encontra-se actualizado, de acordo com os dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Alandroal.

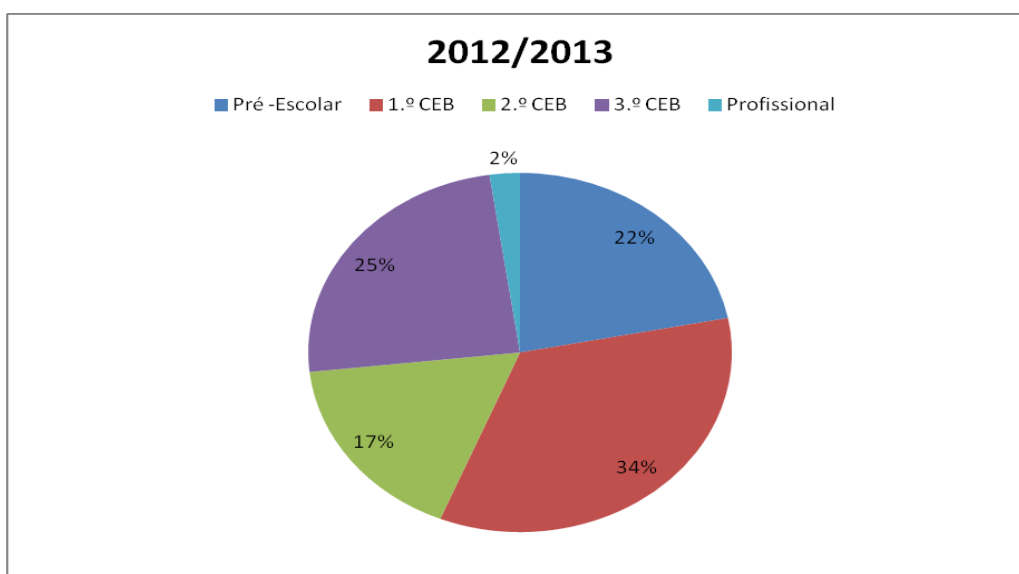
Tabela 23 – Número de alunos matriculados nos níveis de ensino ministrados no Concelho do Alandroal (2011/2012 e 2012/2013)

Nível de Ensino		Tipo de rede	Alunos	
			2011/2012	2012/2013
Educação de Infância		Pública	121	114
Ensino Básico	1.º Ciclo	Pública	165	178
	2.º + 3.º Ciclos	Pública	81+148	89+127
Ensino Profissional		Pública	12	12
Total		Pública	527	520

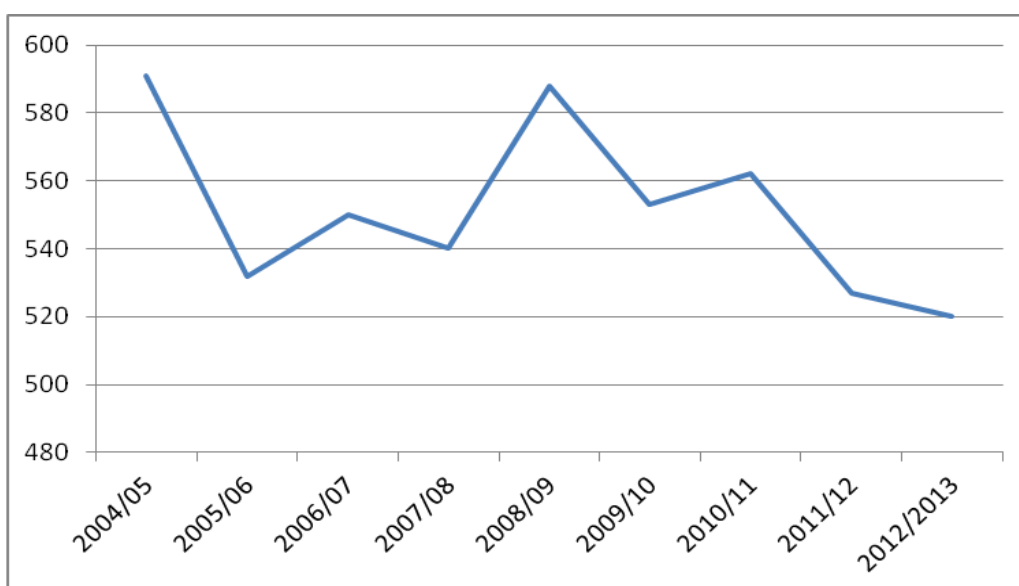
Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Face à população do concelho em 2012 (5843 habitantes), a população escolar matriculada em estabelecimentos de ensino localizados no concelho, no ano lectivo 2012/2013, corresponde a 8,9% da população total do concelho. A população escolar quando distribuída por níveis de ensino indica-nos que a maioria dos alunos frequenta o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (41,5%). A população do 1.º Ciclo do Ensino Básico representa 34,2% dos alunos e o pré-escolar acolhe 21,9% da população escolar. O Ensino Profissional tem uma expressividade residual, correspondendo apenas a 2,3%.

A distribuição dos alunos por níveis de ensino, em 2012/2013, e a informação respeitante à evolução da população escolar apresentam-se, em seguida, de acordo com os dados do Agrupamento Vertical de Escolas do Alandroal.

Figura 15 - Distribuição dos alunos por níveis de ensino (2012/2013)

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Figura 16 - Evolução da população escolar do Alandroal

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

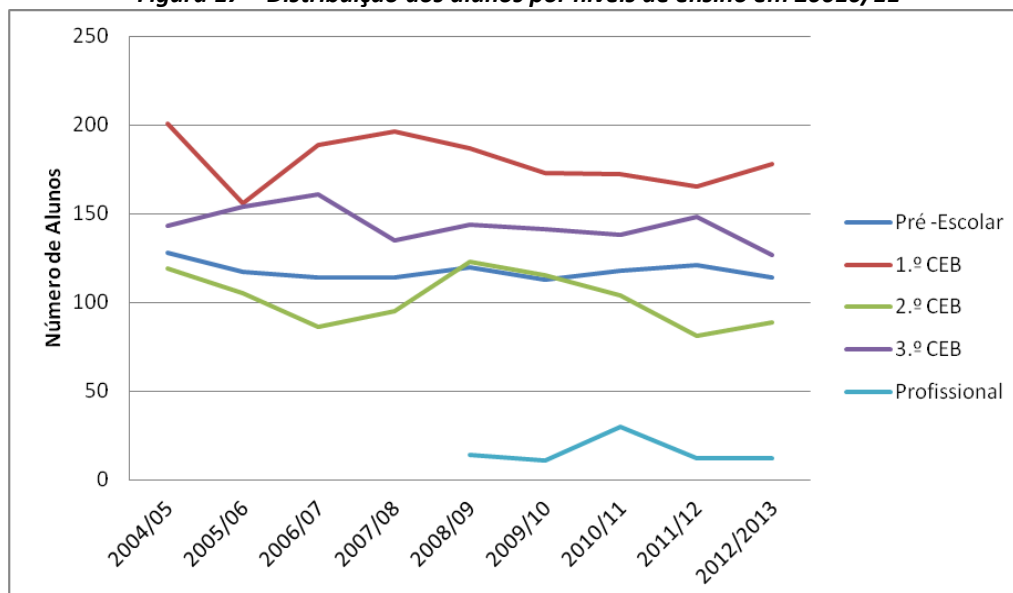
À semelhança da tendência verificada nos indicadores demográficos do concelho, verifica-se uma tendência geral para a diminuição da população escolar, apesar das oscilações ocorridas, ao longo da última década.

A evolução da população escolar e a distribuição de alunos por níveis de ensino apresentam-se, em seguida:

Tabela 24 - Evolução da população escolar de Alandroal

Ano lectivo	Pré - Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Profissional	Total
2012/13	114	178	89	127	12	520
2011/12	121	165	81	148	12	527
2010/11	118	172	104	138	30	562
2009/10	113	173	115	141	11	553
2008/09	120	187	123	144	14	588
2007/08	114	196	95	135	-	540
2006/07	114	189	86	161	-	550
2005/06	117	156	105	154	-	532
2004/05	128	201	119	143	-	591

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Figura 17 – Distribuição dos alunos por níveis de ensino em 20010/11

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Actualmente, no concelho do Alandroal existem, em funcionamento, 5 estabelecimentos de ensino da rede pública (administrativamente, autónomos, entre si):

- JI de Alandroal;
- JI de Montes Juntos;
- Centro Escolar de Alandroal (EBI Diogo Lopes Sequeira);
- Centro Escolar de Santiago Maior (localizado em Pias);
- Centro Escolar de Terena (em fase de construção).

adequação dos espaços escolares, realidade que tem vindo a alterar a *geografia* da Carta Educativa de Alandroal.

A aposta no redimensionamento da rede, assente no conceito de Centro Escolar, permitiu renovar todo o parque escolar do 1.º ciclo, evoluindo para espaços renovados e adaptados para integrarem o 1.º Ciclo do Ensino Básico e a Educação de Infância. Estes espaços estão, hoje, localizados nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição (Alandroal) e de Santiago Maior (Pias) e, proximamente, em Terena (São Pedro). No Anexo 2, incluem-se alguns documentos técnicos destes três equipamentos.

Estes, novos e polivalentes, Centros Escolares estão apetrechados com espaços destinados à instalação de biblioteca, polivalente/refeitório, sala de professores, para além de um conjunto de áreas multifuncionais que contribuem para a melhoria da qualidade do espaço educativo e que poderão e deverão ser, igualmente, usufruídos pelas comunidades locais.

As novas centralidades escolares – pela natureza do papel que cumprem, pela qualificação dos recursos que possuem e pelo efeito centrípeto que promovem no território – são, naturalmente, pólos de fixação urbana, de desenvolvimento local e de irradiação da oferta de qualificação, em estreita relação com as Instituições com Potencial Educativo localizadas na comunidade em que se encontram.

A população escolar e a distribuição de alunos por níveis de ensino encontram-se disponíveis na tabela seguinte.

Tabela 25 – Distribuição Geográfica da população escolar do Concelho de Alandroal (2011/2012 e 2012/2013)

Freguesia	Escola	População Escolar									
		JI		1.º CEB		2.º/3.º CEB		Ensino Profissional		Total	
		2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013
Nossa Senhora da Conceição (Alandroal) (Centro Escolar)	JI de Alandroal	50	50							50	50
	EBI Diogo Lopes Sequeira			74	74	229	216	12	12	315	302
Santiago Maior (Centro Escolar)	JI /EB1 de Pias	46	40	32	79					78	119
	EB1 da Venda	0		20						20	
Capelins (Santo António)	JI de Montes Juntos	7	4	11						18	4
Terena (São Pedro)	Centro Escolar de Terena	18	20	28	25					46	45
Total		121	114	165	178	229	216	12	12	527	520

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

O Agrupamento de Escolas de Alandroal localiza-se na Escola Diogo Lopes Sequeira. Nele, é gerido e administrado o parque escolar composto actualmente por 4 estabelecimentos de ensino. Prevê-se que, aquando da inauguração do Centro Escolar de Terena (segundo homologação da Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares - Direcção de Serviços da Região do Alentejo, no âmbito da monitorização do processo formal de Monitorização da Carta Educativa), seja desactivado o Jardim de Infância de Montes Juntos, sendo o respectivo serviço transferido para o novo Centro Escolar de Terena, muito em breve.

Tabela 26 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar, por freguesia

Freguesia	Escola	Tipo de Rede
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	Jl de Alandroal	Pública
Capelins (Santo António)	Jl de Montes Juntos	Pública
Santiago Maior	Jl/EB1 de Pias	Pública
Terena (São Pedro)	EB1/Jl de Terena	Pública

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

7.1. A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

A taxa de escolarização na Educação de Infância encontra-se actualizada e complementada de acordo com os dados do Agrupamento Vertical de Escolas do Alandroal e do último recenseamento geral da população (INE, 2012):

Tabela 27 – Taxas de escolarização da educação de infância

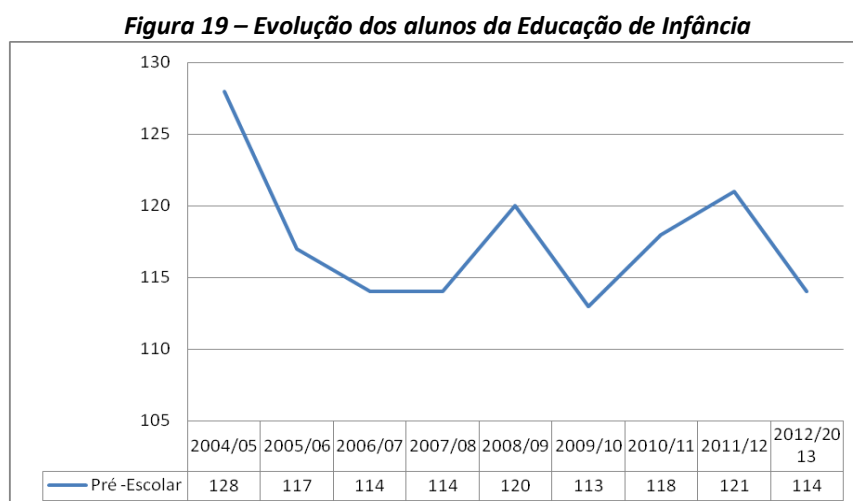
Escola	Público			Crianças Escolarizadas			População (Censos 2011)*			Taxa de Escolarização (%)		
	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013
Jl de Alandroal	31	50	50	31	50	50	52	50	52	60	98*	98*
Jl de Montes Juntos	8	7	4	8	7	4	20	7	7	40	100	57,1*
Jl/EB1 de Pias	31	40	41	31	46	40	54	47	47	57	97,9*	85,1*
EB1/Jl de Terena	10	20	22	10	18	20	13	28	28	77	64,3*	71,4*
Total	83	114	117	83	121	114	146	133	133	57	90,2*	85,7*

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

No concelho de Alandroal não existem mais estabelecimentos de educação pré-escolar – Jardins-de-infância – para além dos equipamentos de ensino público

disponíveis. A única oferta privada é uma Creche que se situa em Nossa Senhora da Conceição e pertence ao Centro Social e Paroquial do Alandroal.

Em obra, encontram-se, actualmente, duas creches: Santiago Maior e Alandroal (Nossa Senhora da Conceição).



Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Ocorreu um aumento do número de alunos, nos anos lectivos de 2008/2009 e 2011/2012. Porém, verificam-se oscilações cíclicas, com variações não muito significativas.

A relação entre os recursos humanos e a população escolar dos equipamentos de educação de infância encontra-se na tabela seguinte:

Tabela 28 – Relação entre os recursos humanos e a população escolar da educação de infância (2011/2012 e 2012/2013)

Ano Lectivo	Total de Alunos	Educadores	Animadores	Auxiliares
2011/2012	121	6	6	6
2012/2013	114	6	4	6

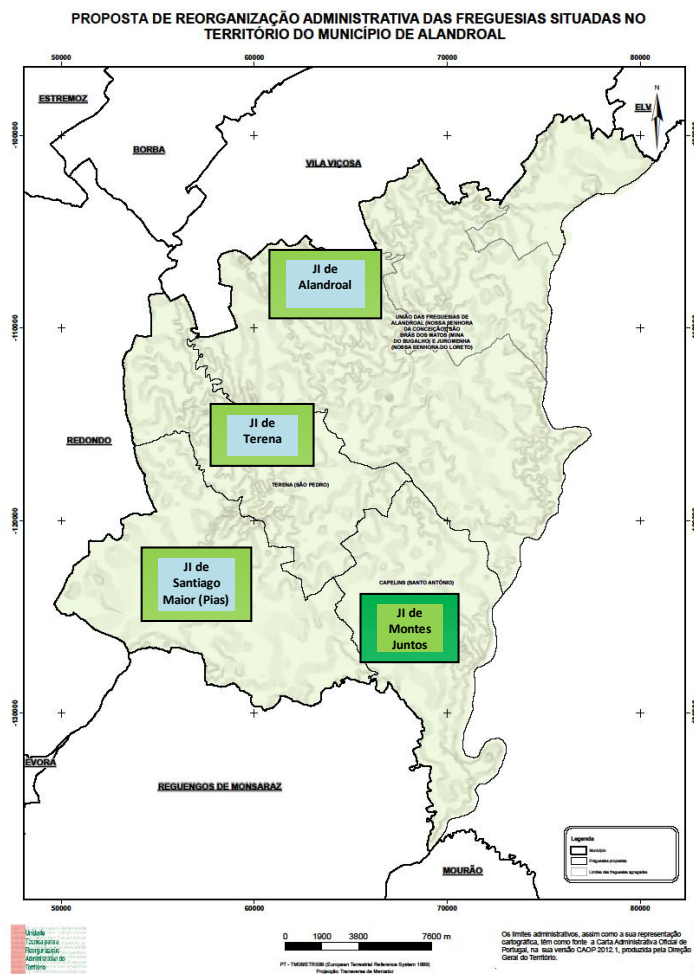
Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 29 – Relação entre os recursos físicos e a população escolar dos equipamentos na Educação de Infância

	Total de Crianças			Salas de actividades			Sala Polivalente			Sala de informática			Sala ATL			Outras Salas		
Ano Lectivo	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013
JI de Alandroal	45	50	50	2	2	2	1	1	1									
JI Itinerante de Cabeça de Carneiro e Montes Juntos	17			1									1					
JI de Montejustos		7	4		1	1												
JI/EB1 de Pias	29	46	40	1	2	2		1	1					1	1	1		
JI Itinerante Orvalhos e Hortinhas	8			1														
JI Itinerante Mina do Bagulho e Rosário	8			2														
JI/EB1 de Terena	10	18	20	1	1	1												
TOTAL	117	121	112	8	6	6	1	2	2	0	0	0	1	1	1	1	0	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Figura 20 – Localização de Jardins-de-Infância do Concelho do Alandroal (2012/2013)



Adaptado de <http://app.parlamento.pt/> (acedido em 16 de Julho de 2013)

Tabela 30 – Taxas de ocupação das escolas do ensino pré-escolar (2012/2013)

Escola	Crianças	Taxa de Ocupação (%)	Refeições Escolares Servidas	Alunos transportados	Prolongamento de Horário
JI de Alandroal	50	100	42	6	27
JI de Montes Juntos	4	16	4	4	0
JI/EB1 de Pias	40	80	15	5	6
EB1/JI de Terena	20	80	37	32	8

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Nos últimos anos, ocorreu uma concentração das crianças nos estabelecimentos de educação de infância de Alandroal, Santiago Maior e Terena. Este movimento traduziu-se numa taxa de ocupação destes estabelecimentos igual ou superior a 80%, sendo que, na sede do concelho, a taxa atingiu já os 100%.

Relativamente ao JI de Montes Juntos, este é frequentado apenas por 4 crianças, o que poderá determinar a desactivação desta infra-estrutura e a colocação das crianças no novo Centro Escolar de Terena.

Tabela 31 – Listas de espera e beneficiários de transporte escolar (2012/2013)

	Lista de Espera	Beneficiários de transporte escolar
2012/2013	2	46

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

7.2. O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O Concelho do Alandroal possui, actualmente, 3 estabelecimentos públicos do 1º Ciclo do Ensino Básico localizados nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição (Alandroal), Santiago Maior e Terena (São Pedro).

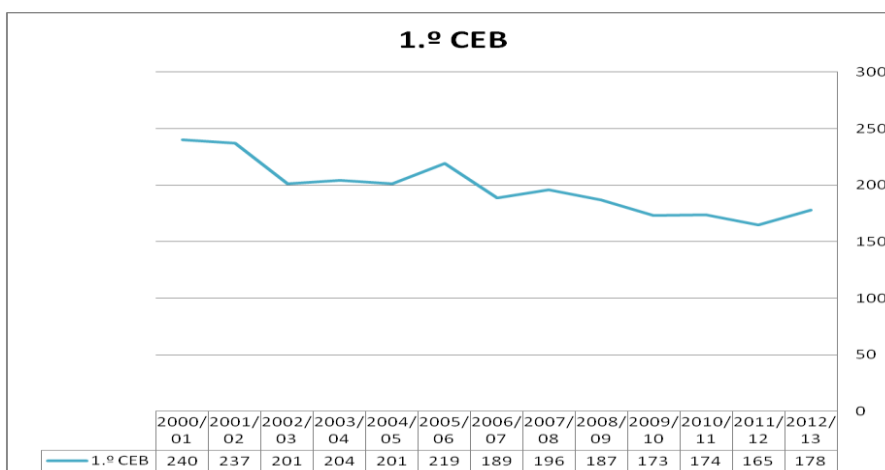
Tabela 32 – Estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico por freguesia

Freguesia	Escola	Tipo de Rede	Estado
Nossa Senhora da Conceição (Alandroal)	EB1 de Rosário	Público	Desactivada
	EBI Diogo Lopes Sequeira	Público	Em actividade
Capelins (Santo António)	EB1 Ferreira	Público	Desactivada
	JI de Montes Juntos	Público	Desactivada
Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)	EB1 de Mina do Bugalho	Público	Desactivada
Santiago Maior	EB 1 de Orvalhos	Público	Desactivada

	JI/EB1 de Pias	Público	Em actividade
	EB1 de Casas Novas de Mares	Público	Desactivada
	EB1 de Aldeia da Venda	Público	Desactivada
	EB 1 de Cabeça de Carneiro	Público	Desactivada
Terena (São Pedro)	EB1 de Hortinhas	Público	Desactivada
	EB1/JI de Terena	Público	Em actividade

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Figura 21 – Evolução dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico



Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 33 – Taxas de escolarização no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Público (N)		Crianças Escolarizadas (N)		População (N)		Taxa de Escolarização (%)		Refeições Escolares Servidas (dia)	Alunos transportados (dia)	Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) (dia)
	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013			
Nossa Senhora da Conceição (Alandroal)	74	74	74	74	74	74	100	100	55	31	73
Capelins (Santo António)	11		11		11		100				

Santiago Maior	52	79	52	79	52	79	100	100	78	74	80
Terena (São Pedro)	28	25	28	25	28	25	100	100	24	8	25
TOTAL	165	178	165	178	165	178	100	100	157	113	178

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

De acordo com os dados disponibilizados pelo Agrupamento Vertical de Escolas do Alandroal, no ano lectivo 2012/2013, a taxa de escolarização é de 100%. Todos os alunos frequentam Actividades de Enriquecimento Curricular e a maioria faz as suas refeições em refeitório escolar (88,2%). Todos os alunos que necessitam de transporte beneficiam deste serviço (63,5% da população escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico).

O município do Alandroal oferece os manuais escolares a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo, no ano lectivo 2012/2013, contemplado os 178 alunos que frequentam este nível de ensino com este recurso didáctico.

Tabela 34 – Relação entre os recursos humanos e a população escolar dos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola	Total de Alunos		Professores		Funcionários	
	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013
EBI Diogo Lopes Sequeira (Centro Escolar de Alandroal)	74	74	5	5	2	2
Jl de Montes Juntos	11		1		1	
Jl /EB1 de Pias (Centro Escolar de Santiago Maior)	32	79	3	5	2	2
EB1 de Aldeia da Venda	20		1		1	
Centro Escolar de Terena	28	25	3	2	1	1
Total	165	178	13	12	6	5

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 35 – Relação entre os recursos físicos e a população escolar dos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola	Total de alunos		Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas ATL		Biblioteca		Outras salas	
	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013	2011/2012	2012/2013
EBI Diogo Lopes Sequeira	74	74	4	4	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0
JI de Montes Juntos	11		1		0		0		0		0		1	
JI/EB1 de Pias	32	79	2	4	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0
EB1 de Aldeia da Venda	20		1		0		0		0		0		0	
EB1/JI de Terena	28	25	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	165	178	10	9	1	2	1	1	0	1	2	2	1	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 36 – Taxas de ocupação do 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Escola	Estudantes (N)	Taxa de Ocupação (%)
Nossa Senhora da Conceição (Alandroal)	EBI Diogo Lopes Sequeira	74	71,2
Terena (São Pedro)	JI/EB1 de Terena	25	48,1
Santiago Maior	JI/EB1 de Pias	79	76

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 37 – Condições infra-estruturais das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

ESCOLA	Recreio						Rede Pública						Aquecimento			Cantina			Biblioteca		
	Coberto			Descoberto			Água			Esgotos			Eléctrico/Gás								
	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013	2005/2006	2011/2012	2012/2013
Centro Escolar de Alandroal/EBI Diogo Lopes Sequeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
JB1 de Monte Juntos	-	-		x	x		x	x		x	x		x	x		x	x		-	-	
Centro Escolar de Santiago Maior	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	x	-	x	x
EB1 de Aldeia da Venda	-	-		x	x		x	x		x	x		x	x		-	x		-	-	
Centro Escolar de Terena	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	x	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

As condições infra-estruturais das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Alandroal podem considerar-se boas, pois os alunos frequentam Centros Escolares equipados de forma adequada.

Uma lacuna existente resulta das deficientes condições do espaço desportivo coberto existente na EBI Diogo Lopes Sequeira, que limita as aprendizagens na área da Educação Física e das Actividades de Expressão Motora. Esta lacuna afecta, simultaneamente, a população alandroalense, que não dispõe de um espaço com estas características, para a prática desportiva em recinto coberto.

Tabela 38 – Necessidades Educativas Especiais e transporte escolar (2012/2013)

Crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1.º CEB	Crianças Beneficiárias de Transporte Escolar 1.º CEB
8	5

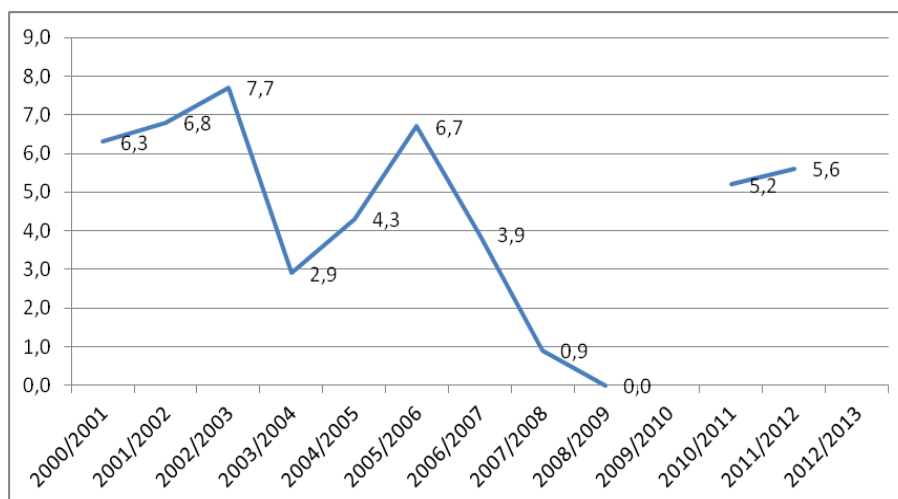
Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

No âmbito do 1º Ciclo do Ensino Básico, existem, em 2012/2013, 8 crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), o que corresponde a 5% da população a frequentar este nível de ensino.

De acordo com informação recolhida, no âmbito do processo de revisão da presente Carta Educativa, estão universalmente asseguradas as necessidades de transportes de todas as crianças que frequentam este nível de ensino.



Figura 22 – Evolução da Taxa de Retenção no 1º Ciclo do Ensino Básico



Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013) e GEPE (2012)

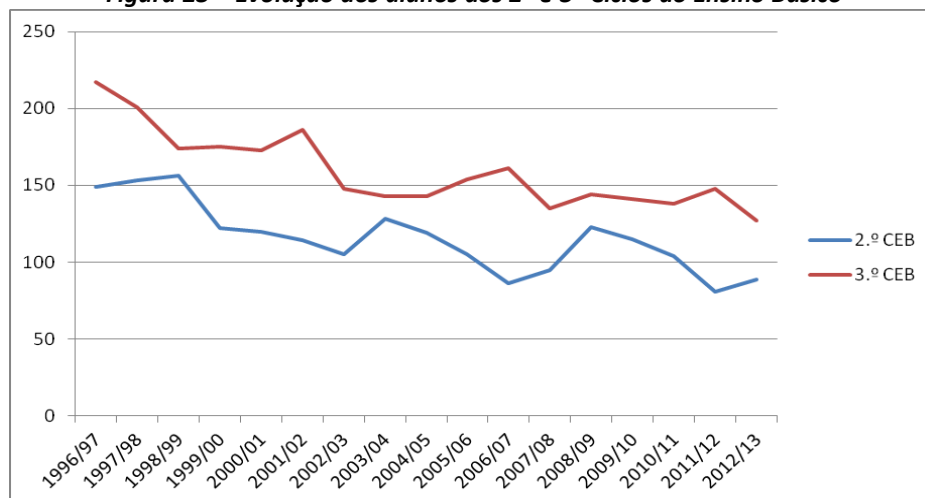
A evolução da Taxa de Retenção, entre 2000/01 e 2012/13, tem conhecido grandes oscilações que atingiram um máximo de 7,7%, no ano lectivo de 2003/2004, e um mínimo de 0%, no ano lectivo de 2008/2009. No ano lectivo 2011/2012, este indicador voltou a subir para 5,6%.

7.3. OS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Tabela 39 – Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Escola	Freguesia
EBI Diogo Lopes Sequeira (Centro Escolar)	Alandroal

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Figura 23 – Evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Tabela 40 – Recursos humanos afectos aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Ano Lectivo	Total de Alunos	Professores	Auxiliar de Acção Educativa	Psicólogo	Funcionários
2011/2012	225	42	11	1	3
2012/2013	216	42	11	1	3

Fontes: CMA/Mapa de Pessoal para o ano de 2011 e Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

A EBI Diogo Lopes Sequeira, única escola do concelho a leccionar o 2º e 3º CEB, possuindo 42 professores e 15 funcionários não docentes.

Tabela 41 – Recursos físicos da Escola EBI Diogo Lopes Sequeira

Freguesia	Escola	Total de alunos		Salas de aula		Salas Polivalentes		Salas de Informática		Sala de Música		Sala de Educação Visual		Laboratórios de Física e Química		Laboratórios de Ciências		Biblioteca		Outras salas*	
		2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013

Alandroal	EBI Diogo Lopes Sequeira	262	216	15	9	1	0	1	2	1	1	3	3	1	1	1	1	2	1	-	3
* Sala do Centro de Novas Oportunidades; Sala adaptada a multideficiência; Sala para ensino profissional.																					

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Em termos de recursos físicos, a EBI Diogo Lopes Sequeira é um edifício recente e possui praticamente todas as tipologias de espaços de aprendizagem, dos quais se destaca a existência de três salas de Educação Visual e Biblioteca. Conforme referido anteriormente, estes recursos são usufruídos pelo conjunto dos alunos dos diferentes níveis de ensino leccionados na EBI Diogo Lopes Sequeira (1º CEB e 2º e 3º CEB).

A principal lacuna (já referida) decorre das deficientes condições do espaço desportivo coberto, facto que prejudica as aprendizagens no âmbito da Educação Física e das Actividades de Expressão Físico-Motora.

Tabela 42 – Taxas de ocupação nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Escola	Taxa Alunos/professor		Taxa Alunos/Sala		Taxa Professores/sala		Taxa de ocupação	
	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013
EBI Diogo Lopes Sequeira	6,7	5,1	17,5	19,6	2,6	3,8	72,7	81,8

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Desde o reordenamento da rede escolar de Alandroal, com a desactivação das antigas Escolas Primárias, a EBI Diogo Lopes Sequeira alargou a sua população escolar. Contudo, a sua capacidade ainda não se encontra esgotada.

**Tabela 43 – Infra-estruturas desportivas escolares
nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico**

Escola	Campo de Jogos		Polidesportivo		Salas de desporto		Pavilhão desportivo		Balneários	
	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013
EBI Diogo Lopes Sequeira	1	1	0	0	0	0	1	1	2	2

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

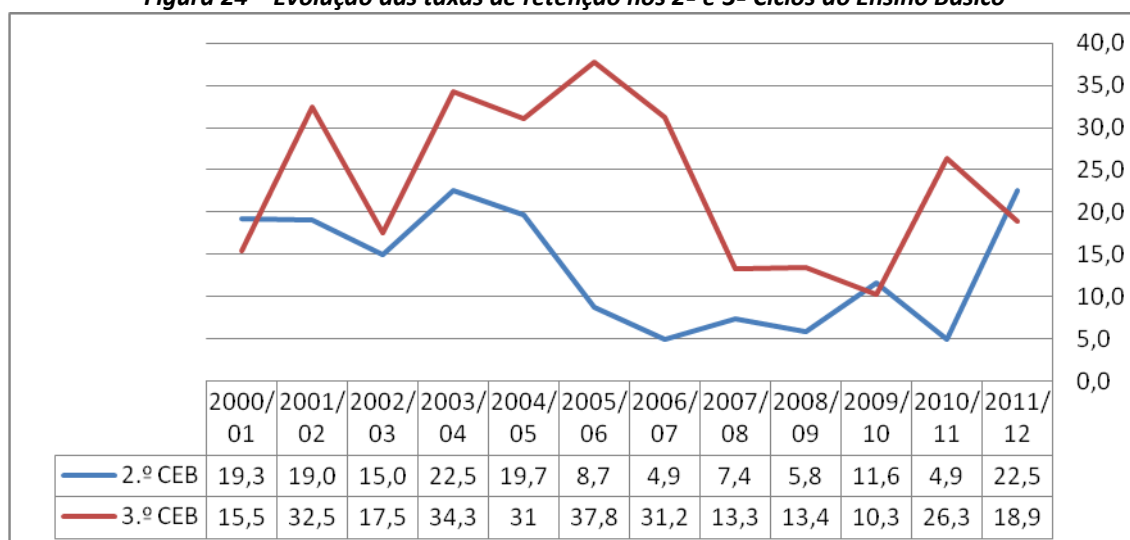
Tabela 44 – Necessidades educativas especiais e transportes escolares

Escola	Necessidades Educativas Especiais		Beneficiários de Transporte Escolar	
	2005/2006	2012/2013	2005/2006	2012/2013
EBI Diogo Lopes Sequeira	25	26	164	154

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

Todos os alunos do 2º e 3º CEB (154 alunos) beneficiam do serviço de transporte serviço escolar.

Figura 24 – Evolução das taxas de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico



Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

No 2º Ciclo de Ensino Básico, as taxas de retenção variaram, no período considerado, entre o mínimo de 4,9% (2006/2007 e 2010/2011) e o máximo de 22,5% (2003/2004 e 2011/2012). No 3º Ciclo de Ensino Básico, as taxas de retenção variaram no mesmo período entre o mínimo de 10,3% (2009/2010) e um máximo de 37,8% (2005/2006).



7.4. O ENSINO SECUNDÁRIO

O Concelho de Alandroal não possui estabelecimentos de ensino secundário. Neste contexto, os alunos residentes no município, que frequentam este nível de ensino, deslocam-se, diariamente, para as escolas de ensino secundário dos concelhos limítrofes, nomeadamente Vila Viçosa (Escola Secundária Públia Hortênsia de Castro) e Reguengos de Monsaraz (Escola Secundária Conde Monsaraz). O ensino secundário recorrente não é ministrado na escola EBI Diogo Lopes Sequeira, desde 2007.

Existe uma oferta formativa (certificada e com equivalência académica) que, actualmente, é disponibilizada à população: os cursos profissionais de Turismo Ambiental e Rural e Restaurante/Bar. Os cursos profissionais que, actualmente, estão em curso, como oferta certificada, registam menos adesão por parte da população, sendo apenas 12 os inscritos, em cada um dos dois anteriores anos lectivos.

Tabela 45 - Total de Matrículas no Ensino Profissional

Ano lectivo	N.º de matrículas
2008/2009	14
2009/2010	11
2010/2011	29
2011/2012	12
2012/2013	12

Fonte: Agrupamento de Escolas de Alandroal (2013)

7.5. A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS



Até ao ano lectivo 2007/2008, através da EBI Diogo Lopes Sequeira, foram promovidos diferentes cursos de educação extra-escolar. Estes cursos destinavam-se, predominantemente, a indivíduos com baixos níveis de escolaridade que já não se encontravam em idade normal de frequência do ensino regular. No Concelho de Alandroal, foram desenvolvidos cursos de Alfabetização e cursos sócio-educativos e de actualização (Português 2.ª Língua), regulados pelo Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro, entretanto revogado pela publicação da Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro, que cria o Programa de Formação em Competências Básicas.

Em 2006, foi criado o Centro Novas Oportunidades (CNO), com sede na EBI Diogo Lopes Sequeira. A criação do CNO foi preponderante na concretização do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas pelos adultos do Concelho de Alandroal. O CNO esteve em actividade entre os anos lectivos de 2006/2007 e de 2011/2012 e tinha, na sua missão, o encaminhamento de adultos para ofertas formativas externas ao CNO ou para a realização de um processo de RVCC. A certificação escolar disponibilizada pelo CNO dirigia-se aos níveis B1, B2, B3 e Nível Secundário.

Neste contexto, ocorreram algumas modalidades destes dispositivos promovidos por outras instituições (CNO do IEPF de Évora, CNO da *Partner Hotel*, de Reguengos de Monsaraz) em espaço comunitário, nomeadamente através de parcerias que envolveram algumas Juntas de Freguesia do concelho, a Casa do Povo de Santiago Maior (em Aldeia de Pias), a Aliende (Associação para o Desenvolvimento Local) e a Choupana (Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho de Alandroal).

Durante os seis anos de funcionamento do CNO da EBI Diogo Lopes Sequeira (2006-2012), o número de adultos inscritos foi registando um aumento gradual, tendo-se certificado 340 indivíduos. Durante o mesmo período, o CNO registou teve 641 adultos matriculados, o que representou 12,4% da população do concelho (com idade superior a 24 anos).



O **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**, com tutela repartida entre a Câmara Municipal de Alandroal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Estremoz, tem cooperado na promoção de Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e de Formações Modulares Certificadas no Concelho de Alandroal.

Entre 2008 e 2013, no âmbito das respostas formativas/certificadas para adultos, desenvolveram-se 13 acções, sendo 85% das mesmas promovidas por entidades localizadas no Concelho de Alandroal. De entre essas entidades, destacam-se: o Centro de Cultura e Recreio da Aldeia da Venda, o Agrupamento de Escolas de Alandroal (EBI Diogo Lopes Sequeira) e a Casa do Povo de Santiago Maior.

Tabela 46 – Oferta formativa/certificada de adultos no concelho de Alandroal (2008-2013)

Oferta formativa/certificada de adultos	Acções (N)	Adultos certificados (N)
Formação Modular Certificada	4	63
Cursos de Educação e Formação de Adultos	9	142
Total	13	205

De acordo com a informação da tabela anterior:

- De um total de 13 acções, 4 foram Formações Modulares Certificadas (acções de curta duração, de 25 ou 50 horas) e as restantes 9 foram Cursos de Educação e Formação de Adultos, de nível básico (4 cursos) e de nível secundário (5 cursos);
- Dos 9 cursos EFA indicados, 7 conferiram dupla certificação (escolar e profissional) e 2 apenas a certificação escolar;
- No total, das 13 acções, foram certificados parcial e/ou totalmente 205 adultos.

Relativamente ao ano lectivo 2012/2013, verificou-se que estiveram em curso as ofertas formativas promovidas por entidades, com sede fora do concelho, nomeadamente:

a) Cursos **EFA/Educação e Formação de Adultos:**

- a. Curso em Acção Educativa, que decorreu na Casa do Povo de Santiago Maior;
- b. Curso de Jardinagem que ocorreu na antiga Escola Primária de Alandroal;
- c. Curso de Construção Civil/Alvenarias e Revestimentos, que decorreu na sede dos Bombeiros Voluntários de Alandroal.

b) **Formações Modulares Certificadas:**

- Promovidas pela **Inovinter/Centro de Formação e Inovação Tecnológica:**

- a. TIC/Tecnologias de Informação e Comunicação (em Alandroal e em Rosário);
- b. Acção Educativa (em Alandroal);

- Promovidas pela empresa **Idade Virtual:**

- c. TIC/ Tecnologias de Informação e Comunicação (em Mina do Bugalho, Rosário, Santiago Maior, Montes Juntos, Cabeça de Carneiro, Pias e Terena).

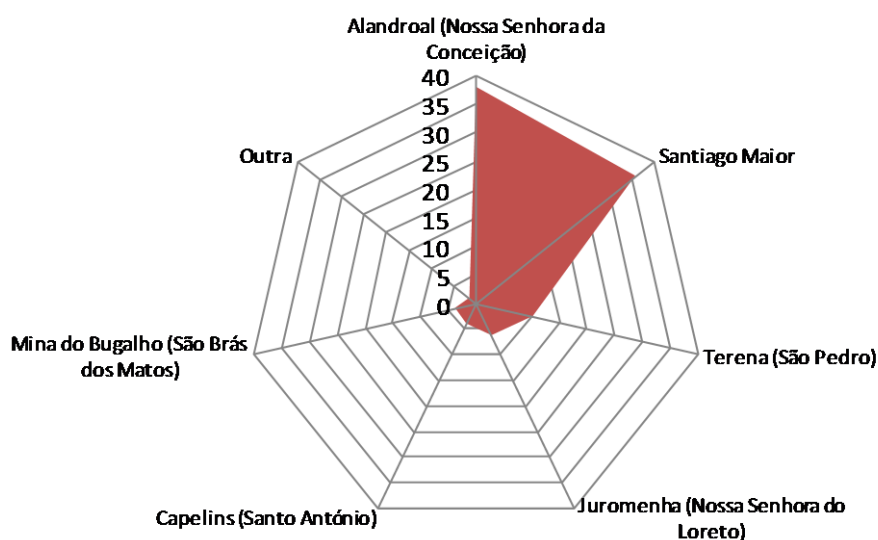
8.1. A QUALIFICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES

No universo institucional, foram identificados 745 episódios de aprendizagem no estudo realizado entre 2008 e 2011 (Nico, 2011). Este conjunto de aprendizagens encontra-se distribuído, pelas seis freguesias do concelho de Alandroal, da seguinte forma:

Tabela 47 – O universo das aprendizagens institucionais

Freguesias	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	284	38,1
Santiago Maior	268	36,0
Terena (São Pedro)	77	10,3
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	47	6,3
Capelins (Santo António)	30	4,0
Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)	28	3,8
Outra	11	1,5
Totais	745	100,0

Figura 25 - O universo das aprendizagens institucionais

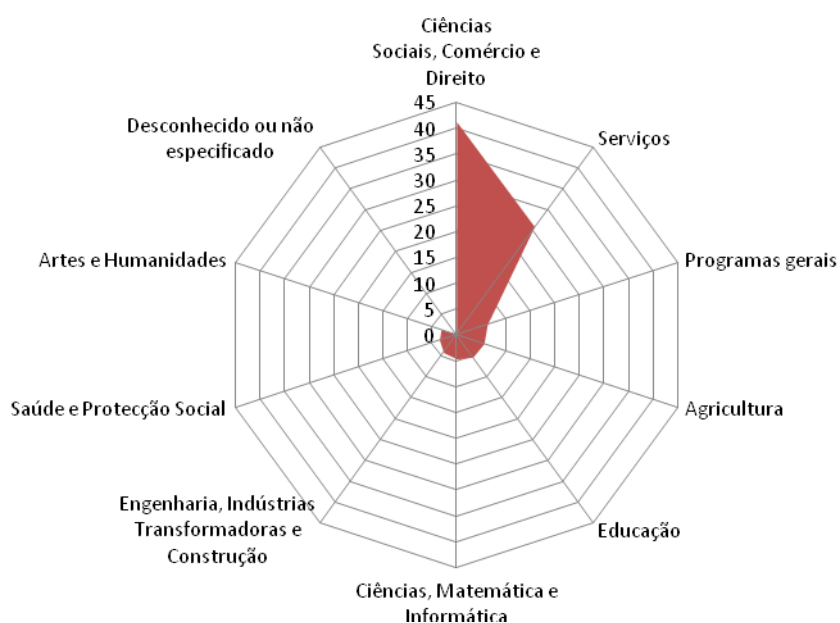


⁷ Elaborado com base em **NICO (2011)**. *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo

8.1.1. A área das aprendizagens nas instituições não escolares

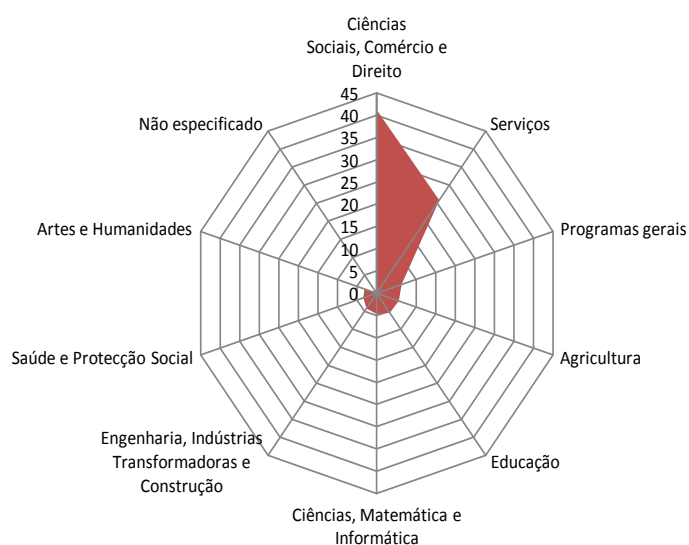
No sentido de classificar e organizar o universo de aprendizagens institucionais identificadas, recorreu-se à **Classificação Nacional de Área de Formação (CNAF), de acordo com o estabelecido na Portaria nº 265/2005, de 16 de Março**. A CNAF encontra-se estruturada em três categorias hierarquicamente organizadas (grandes grupos, áreas de estudo e áreas de educação e formação) e é esse o critério adoptado neste documento. O primeiro critério de classificação (Grandes Grupos) determinou a seguinte distribuição:

Figura 26 – As áreas da aprendizagem (CNAF/Grandes Grupos)



Quando se classificaram os episódios de aprendizagem, pelas áreas de estudo da CNAF, resultou a distribuição evidenciada pela figura seguinte:

Figura 27 - As áreas das aprendizagens institucionais (CNAF/Áreas de Estudo)



A distribuição dos 745 episódios de aprendizagem identificados pelas áreas de educação e formação da CNAF resultou na tabela seguinte:

Tabela 48 – As áreas das aprendizagens institucionais (CNAF/Áreas de Educação e Formação)

CNAF - Áreas de Educação e Formação	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Enquadramento na organização/empresa	124	16,6
Segurança e higiene no trabalho	88	11,8
Comércio	72	9,7
Turismo e Lazer	48	6,4
Ciências da Educação	39	5,2
Gestão e Administração	39	5,2
Produção agrícola e animal	37	5,0
Informática na óptica do utilizador	30	4,0
Secretariado e trabalho administrativo	29	3,9
Desenvolvimento pessoal	28	3,8
Contabilidade e Fiscalidade	19	2,6
Hotelaria e Restauração	19	2,6
Desporto	16	2,1
Programas de base	13	1,7
Indústrias alimentares	13	1,7
Serviços de apoio a crianças e jovens	9	1,2

Artes do espectáculo	8	1,1
Artesanato	8	1,1
Construção civil e Engenharia Civil	8	1,1
Enfermagem	7	0,9
Serviços de transporte	7	0,9
Alfabetização	6	0,8
Marketing e publicidade	6	0,8
Finanças, Banca e Seguros	6	0,8
Ciências informáticas	4	0,5
Serviços sociais	4	0,5
Trabalho social e orientação	4	0,5
Serviços domésticos	4	0,5
Protecção de pessoas e bens	4	0,5
Línguas e Literaturas Estrangeiras	3	0,4
Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	3	0,4
Direito	3	0,4
Metalurgia e Metalomecânica	3	0,4
Electricidade e Energia	3	0,4
Silvicultura e Caça	3	0,4
Cuidados de beleza	3	0,4
Audiovisuais e produção dos media	2	0,3
Informação e jornalismo	2	0,3
Tecnologia e processos químicos	2	0,3
Pescas	2	0,3
Serviços de saúde pública	2	0,3
Formação de professores e ciências da educação	1	0,1
Belas-artes	1	0,1
Design	1	0,1
Religião e Teologia	1	0,1
Sociologia e outros estudos	1	0,1
Ciências sociais e do comportamento	1	0,1
Ciências empresariais	1	0,1
Informática	1	0,1
Electrónica e Automação	1	0,1
Materiais (indústrias de madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	1	0,1
Arquitectura e urbanismo	1	0,1
Saúde	1	0,1
Medicina	1	0,1
Serviços de segurança	1	0,1
Desconhecido ou não classificado	1	0,1
Totais	745	100,0

Da análise da informação organizada nas tabelas anteriores, verifica-se o seguinte:



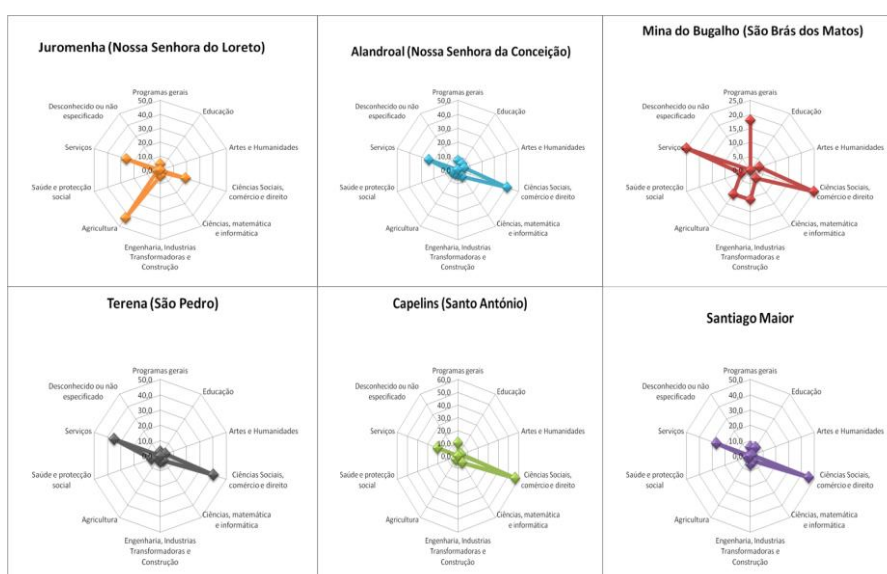
- a) **Predominavam as aprendizagens relacionadas com os contextos organizacionais das empresas** (296 referências, correspondendo a 39,7% do total). Dentro deste grupo, são de destacar as aprendizagens decorrentes de actividades profissionais dos empresários e colaboradores das empresas (124 referências) e as que resultavam da necessidade de formação para garantir o licenciamento formal de funcionamento (classificada, na área da educação e formação da CNAF, como “*Segurança e Higiene no Trabalho*”), com 88 referências (11,8% do total). Estas últimas aprendizagens (88 registos) fazem parte da área de estudo “*Serviços de Segurança*”, o que fez com que esta seja a segunda área, em termos de ocorrência (93 registos);
- b) Outra importante área de estudo foi a denominada “*Serviços Pessoais*”, com 90 registos (12,1% do universo). Nesta área, encontram-se as aprendizagens relacionadas com as actividades de lazer, turismo, hotelaria e restauração;
- c) Uma área pouco referenciada foi a designada como *Programas de Base* (apenas 13 referências, correspondendo a 1,7% do total), na qual se inscrevem as actividades de aprendizagem no âmbito da construção e desenvolvimento de competências básicas em diferentes domínios da literacia.

No sentido de se avaliarem os grandes grupos de acordo com a CNAF, ao nível da freguesia, e dada a natureza dos dados, o teste mais adequado seria o **Qui-quadrado de Pearson**. Porém, recorreu-se ao método de **Monte-Carlo** na determinação da significância do Qui-quadrado, ignorando os resultados assintóticos do teste. O resultado do método de Monte-Carlo, aplicado ao teste do Qui-quadrado (Chi-square test), foi altamente significativo ($p < 0,001$). Consideram-se **significativas as diferenças encontradas entre freguesias**. Contudo, o teste é simétrico e global e não aponta as diferenças particulares, pelo que apresentamos na Figura 3, as distribuições gráficas por freguesia. Desta análise, resultou o seguinte:

- a) **Juromenha apresentou maior incidência nas áreas de Agricultura** (42,6%), *Serviços* (25,5%) e *Ciências Sociais, Comércio e Direito* (19,1%);

- b) **Alandroal (Nossa Senhora Conceição)** apresentou maior incidência nas áreas de **Ciências Sociais, Comércio e Direito** (40,5%) e **Serviços** (23,5%);
- c) **Santiago Maior** apresentou maior incidência nas áreas de **Ciências Sociais, Comércio e Direito** (45,9%) e **Serviços** (26,5%);
- d) **Capelins (Santo António)** apresentou maior incidência nas áreas de **Ciências Sociais, Comércio e Direito** (56,7%), **Serviços** (20,0%) e **Programas Gerais** (10,0%);
- e) **Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)** apresentou maior incidência nas áreas de **Ciências Sociais, Comércio e Direito** (25,0%), **Serviços** (25,0%), **Programas Gerais** (17,9%), **Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção** (10,7%) e **Agricultura** (10,7%);
- f) **Terena (São Pedro)** apresentou maior incidência nas áreas de **Ciências Sociais, Comércio e Direito** (40,3%) e **Serviços** (35,1%).

Figura 28 - As áreas das aprendizagens, por freguesia (CNAF/Grandes Grupos)



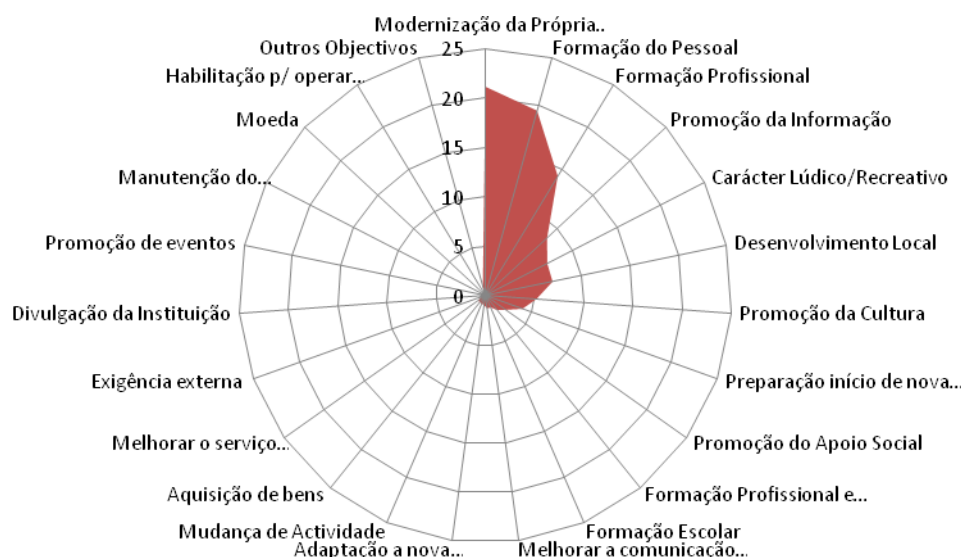
8.1.2. Os objectivos das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Um dos aspectos mais importantes e que caracterizam a essência das aprendizagens promovidas pelas instituições do concelho de Alandroal, no período estudado, prendeu-se com os objectivos assumidos para esses momentos de formação. Quando inquiridas sobre os verdadeiros objectivos promovidos pelas aprendizagens organizadas e disponibilizadas à população Alandroalense, as instituições inquiridas indicaram o seguinte:

Tabela 49 - Objectivos de Aprendizagem

Objectivos de Aprendizagem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa%
Modernização da Própria Instituição	263	21,2
Formação do Pessoal	242	19,5
Formação Profissional	177	14,2
Promoção da Informação	107	8,6
Carácter Lúdico/Recreativo	88	7,1
Desenvolvimento Local	87	7,0
Promoção da Cultura	65	5,2
Preparação início de nova actividade	50	4,0
Promoção do Apoio Social	31	2,5
Formação Profissional e Escolar	24	1,9
Formação Escolar	16	1,3
Melhorar a comunicação e os contactos	16	1,3
Adaptação a nova legislação	13	1,0
Mudança de Actividade	11	0,9
Aquisição de bens	11	0,9
Melhorar o serviço prestado	11	0,9
Exigência externa	8	0,6
Divulgação da Instituição	3	0,2
Promoção de eventos	2	0,2
Manutenção do estabelecimento	2	0,2
Moeda	2	0,2
Habilitação p/ operar novos equipamentos	1	0,1
Outros Objectivos	13	1,0
Totais	1243	100,0

Figura 29 - Objectivos de Aprendizagem



Através da análise da Tabela 49, podemos constatar que foram apresentadas 1243 referências a objectivos nas aprendizagens identificadas. Deste total, destacam-se três grandes categorias de objectivos:

- a) **A modernização da própria instituição**, com 263 referências, correspondendo a 21,2% do universo de objectivos indicados;
- b) **A formação do pessoal das instituições**, com 242 referências, equivalendo a 19,5% do total;
- c) **A formação profissional**, com 177 referências, que corresponde a 14,2% do total do universo considerado;

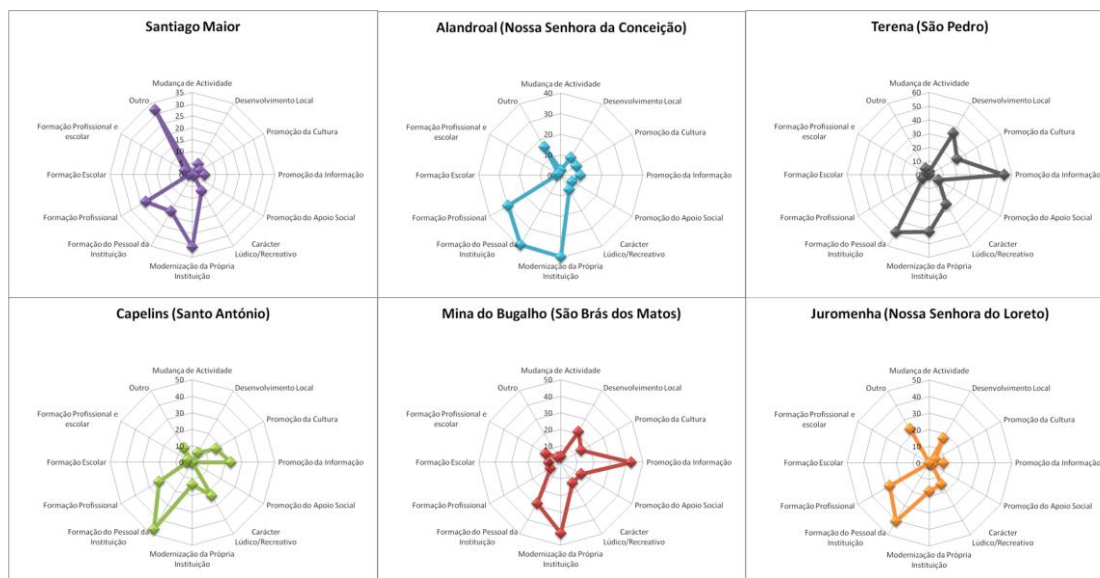
No sentido de se avaliarem os objectivos das aprendizagens institucionais, ao nível da freguesia, e dada a natureza dos dados, recorreu-se ao método de **Monte-Carlo** na determinação da significância do Qui-quadrado, ignorando os resultados

assimptóticos do teste. Do resultado do método de Monte-Carlo, aplicado ao teste do Qui-quadrado (Chi-square test), verifica-se o seguinte:

- I. no **Objectivo de Aprendizagem Mudança de Actividade**, consideram-se não significativas ($p > 0,05$) as diferenças encontradas entre freguesias;
- II. no **Objectivo da Aprendizagem Desenvolvimento Local**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi bastante considerado em Terena (São Pedro), Mina do Bugalho (São Brás dos Matos) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto) e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- III. no **Objectivo da Aprendizagem Promoção da Cultura**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi bastante considerado em Terena (São Pedro), Capelins (Santo António) e Mina do Bugalho (São Brás dos Matos) e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- IV. no **Objectivo da Aprendizagem Promoção da Informação**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$), as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi bastante considerado em Terena (São Pedro), Mina do Bugalho (São Brás dos Matos) e Capelins (Santo António) e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- V. no **Objectivo da Aprendizagem Promoção do Apoio Social**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi considerado em Mina do Bugalho (São Brás dos Matos), Terena (São Pedro) e Alandroal (Nossa Senhora da Conceição) e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- VI. no **Objectivo da Aprendizagem Carácter Lúdico/Recreativo**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi considerado em Mina do Bugalho (São Brás dos Matos), Terena (São Pedro) e Alandroal (Nossa Senhora da Conceição) e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- VII. no **Objectivo da Aprendizagem Modernização da Própria Instituição**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi considerado em Mina do Bugalho (São Brás dos Matos), Terena (São Pedro) e Alandroal (Nossa Senhora da Conceição) e pouco considerado nas restantes freguesias**.
- VIII. no **Objectivo da Aprendizagem Formação do Pessoal da Instituição**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi bastante considerado em todas as freguesias, com a excepção de Santiago Maior, em que foi menos considerado**;
- IX. no **Objectivo da Aprendizagem Formação Profissional**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,01$) as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi considerado em Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), Capelins (Santo António) e Santiago Maior e pouco considerado nas restantes freguesias**;
- X. no **Objectivo da Aprendizagem Formação Escolar**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$), as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi muito pouco considerado em todas as freguesias**. Só Mina do Bugalho (São Brás dos Matos) apresenta uma percentagem superior a 5%;

- XI. no **Objectivo da Aprendizagem Formação Profissional e Escolar**, consideram-se altamente significativas ($p < 0,001$), as diferenças encontradas entre freguesias. Dessa análise, constata-se que **este objectivo foi muito pouco considerado em todas as freguesias**. Só Mina do Bugalho (São Brás dos Matos) apresenta uma percentagem superior a 5%;

Figura 30 - Objectivos das aprendizagens institucionais, por freguesia



8.1.3. Os formadores das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Tabela 50 - Concretização das aprendizagens:

Responsabilidade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Exterior ao concelho	385	51,7
Formadores da Instituição	162	21,7
Formadores de outra Instituição da freguesia do concelho	147	19,7
Formadores de outra Instituição da freguesia	51	6,8
Totais	745	100,0

A partir da informação constante na tabela anterior, a principal evidência que se pode retirar é que a **maioria dos formadores que participaram nas aprendizagens institucionais** identificadas no concelho de Alandroal, no período em estudo, **foram**

originários do exterior do concelho (385 referências, correspondendo a 51,7% do total).

Ao analisar-se a origem geográfica dos formadores mais presentes na concretização das aprendizagens institucionais identificadas no concelho de Alandroal, no período de 1997 a 2007, verificamos o seguinte:

- a) **33% dos formadores sinalizados** (que corresponde a 127 referências) **foram originários do concelho de Évora**;
- b) O segundo concelho com maior contributo de formadores para a concretização das aprendizagens institucionais do concelho do Alandroal foi **Lisboa** com 46 referências (correspondendo a 11,9% dos casos);
- c) O terceiro concelho mais referido foi o **Redondo**, com 18 referências (correspondendo a 4,7% dos casos);
- d) Os concelhos de **Reguengos de Monsaraz e de Elvas** (ambos com 17 referências, correspondendo a 4,4% dos casos) foram também relevantes na origem dos formadores.

8.1.4. Os destinatários das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Relativamente ao público-alvo das 745 aprendizagens sinalizadas durante o processo de inquérito, podemos verificar, através da observação da Tabela 34, que se segue, diferentes destinatários:

Tabela 51 - Público-alvo das aprendizagens institucionais: a dimensão do género

Género	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Ambos	629	84,4
Masculino	71	9,5
Feminino	45	6,0
Totais	745	100,0

A esmagadora maioria das aprendizagens foi destinada a ambos os géneros (629 referências, que correspondem a 84,4% do total). Em segundo lugar, surgiram as aprendizagens destinadas especificamente à população masculina (identificadas 71 referências, correspondendo a 9,5% do total). Finalmente, sinalizaram-se 45 aprendizagens destinadas exclusivamente à população feminina, que corresponderam a 6% do total identificado.

Tabela 52 - Público-alvo das aprendizagens institucionais: a dimensão empresarial

Grupos Profissionais	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Proprietário	450	67,4
Funcionário	218	32,6
Totais	668	100,0

Na dimensão empresarial, área em que foram identificadas 668 aprendizagens, a maioria destas (450, correspondendo a 67,4% do total) foram dirigidas para os proprietários das empresas. As restantes aprendizagens (218, correspondendo a 32,6% do total) foram aprendizagens destinadas aos funcionários dessas empresas.

Tabela 53 - Público-alvo das aprendizagens institucionais: a dimensão etária

Grupos etários	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Adultos	191	72,6
Jovens	57	21,7
Idosos	15	5,7
Totais	263	100,0

Quando considerado um grupo populacional específico, a maioria das aprendizagens referenciadas (191, correspondendo a 72,6% do universo) foram destinadas a adultos no activo, enquanto, em 57% dos casos (correspondendo a 21,7% do total), foram dirigidas a jovens. Em último lugar, foram identificadas 15 aprendizagens (correspondendo a 5,7%), destinadas especificamente à população idosa.

**Tabela 54- Público-alvo das aprendizagens institucionais:
grupos específicos da população**

Grupos populacionais	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Toda a Comunidade	94	56,0
Sector Profissional	32	19,0
Desempregados	14	8,3
Famílias	7	4,2
Outros	21	12,5
Totais	168	100,0

Quando considerados grupos específicos da população, foram identificadas as seguintes aprendizagens:

- i) 94 aprendizagens (correspondendo a 56% do total identificado nesta dimensão) foram abertas a toda a comunidade;
- ii) 32 aprendizagens (correspondendo a 19% do total nesta dimensão) foram dirigidas a um sector profissional em concreto.

Da análise deste conjunto de informações relativas ao público-alvo das aprendizagens institucionais, podemos concluir que **predominaram as aprendizagens dirigidas à dimensão empresarial** (proprietários e funcionários das micro e pequenas empresas existentes no concelho de Alandroal). É, ainda, evidente um outro conjunto significativo de aprendizagens que se distinguem pelo facto de se dirigirem a todos os habitantes do concelho de Alandroal, independentemente da sua circunstância.

Relativamente ao número de participantes envolvidos nas 745 aprendizagens identificadas, verifica-se o seguinte:

Tabela 55 - Número de Participantes

N.º de participantes	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Até 10	604	81,1
11 - 20	60	8,1
21 - 30	12	1,6
Mais de 30	53	7,1
Sem resposta	16	2,1
Totais	745	100,0

Como se pode depreender da análise da tabela anterior, **prevaleceram as actividades de aprendizagem que envolveram até 10 participantes** (604 referências, correspondendo a 81,1% do total). As actividades de aprendizagem com maior escala humana (mais de 30 participantes) foram apenas 53 (que corresponderam a 7,1% do total das situações de aprendizagem identificadas).

No que se refere à natureza da participação, as instituições foram inquiridas no que dizia respeito à obrigatoriedade dos indivíduos participarem nas aprendizagens por elas promovidas. O resultado dessa informação encontra-se na tabela seguinte.

Tabela 56 - Natureza da Participação

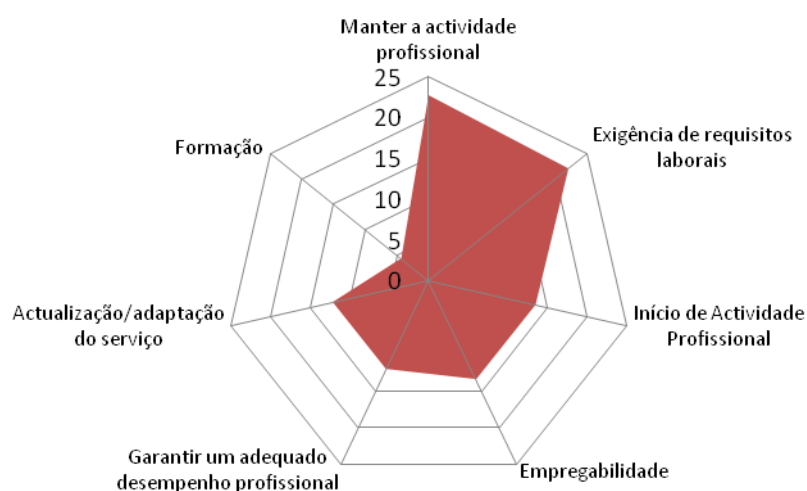
Natureza da participação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa%
Não obrigatoriedade da participação	379	50,9
Obrigatoriedade da participação	340	45,6
Sem resposta	26	3,5
Totais	745	100,0

Verifica-se uma certa equivalência entre as aprendizagens que não requereram obrigatoriedade na participação (379, correspondendo a 50,9% do universo considerado) e as aprendizagens que requereram obrigatoriedade de participação (340, correspondendo a 45,6% do total).

Tabela 57 - Natureza da obrigatoriedade de participação nas aprendizagens institucionais

Natureza da participação - Condição de obrigatoriedade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Manter a actividade profissional	32	22,7
Exigência de requisitos laborais	31	22,0
Início de Actividade Profissional	19	13,5
Empregabilidade	19	13,5
Garantir um adequado desempenho profissional	17	12,1
Actualização/adaptação do serviço	17	12,1
Formação	6	4,3
Totais	141	100,0

Figura 31 - Natureza da obrigatoriedade de participação nas aprendizagens institucionais



Da informação anterior, retira-se que a razão mais relevante da obrigatoriedade de participação nas aprendizagens foi a **manutenção da actividade profissional** (32 referências, correspondendo a 22,7% do universo). Logo em seguida, com 31 referências (correspondendo a 22% do total), foi indicada a **exigência de requisitos laborais**. Em terceiro lugar, com o mesmo número de referências, (19, correspondendo a 13,5% do universo), **foram identificadas aprendizagens que foram consideradas obrigatórias porque se destinavam a indivíduos cujo objectivo consistia em manter a sua capacidade de emprego** (encontrando-se desempregado) **ou iniciar a respectiva actividade profissional**.

8.1.5. Os espaços das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Quando inquiridas sobre o local onde promoveram as aprendizagens que disponibilizaram à população do concelho de Alandroal, as instituições referiram o que se encontra inscrito na Tabela 41, que se segue:

Tabela 58 - Local de realização das aprendizagens institucionais

Local da Realização		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Na Freguesia	Instituição	491	65,9
	Outro local	44	5,9
	Envolvendo dois ou mais locais	21	2,8
Noutra Freguesia		113	15,2
Múltiplos locais	Na instituição e noutra freguesia	48	6,4
	Noutro local da freguesia e noutra freguesia	4	0,5
	Na Instituição, noutro local da freguesia e noutra freguesia	8	1,1
Sem resposta		16	2,1
Totais		745	100,0

- a) **A maioria das aprendizagens disponibilizadas pelas instituições do concelho de Alandroal ocorreram na própria instituição** (491 referências, correspondendo a 65,9% do total);
- b) 113 das aprendizagens disponibilizadas pelas instituições do concelho de Alandroal foram concretizadas em freguesia distinta daquela em que se localiza a instituição promotora.

8.1.6. Os recursos das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Relativamente aos recursos convocados para a concretização das aprendizagens institucionais, verificou-se o seguinte:

Tabela 59 - Recursos utilizados nas aprendizagens institucionais

Recursos	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Humanos	586	78,7
Materiais	9	1,2
Ambos	104	14,0
Sem resposta	46	6,1
Total	745	100,0

No que se refere aos recursos mobilizados na concretização das aprendizagens institucionais, verificamos que os mais referenciados (586 referências, correspondendo a 78,7% do universo considerado) foram os recursos humanos. Em seguida, verificou-se a mobilização, em simultâneo, de recursos humanos e materiais (com 104 referências correspondendo a 14% das aprendizagens identificadas. O recurso exclusivo a meios materiais como suporte para a aprendizagem foi referenciado em apenas 9 situações, o que corresponde a 1,2% do universo de aprendizagens considerado.

Tabela 60 – Meios materiais utilizados nas aprendizagens institucionais

Recursos Tecnológicos	Frequências Relativas (%)
Computador	35,0
Maquinaria de diversa funcionalidade	21,8
Leitor de Vídeo	6,6
Projector de Vídeo	5,6
Internet	4,1
Máquina Registadora	4,1
Impressora	3,6
Balança Digital	2,5
Caixa multibanco	2,0
Máquina de café	2,0
Telefone	1,5
Fotocopiadora	1,0
Outra(s)	10,2
Total	100,0

Da análise da informação, podemos verificar que **o computador foi o recurso tecnológico mais referenciado no conjunto das aprendizagens que recorreram a recursos tecnológicos** (35% dos recursos tecnológicos identificados foram referências feitas ao computador). Seguiu-se a maquinaria de diversa funcionalidade (normalmente máquinas relacionadas com o exercício profissional dos indivíduos) e, com frequência relativa bastante mais baixa, outras maquinarias de utilização mais doméstica (leitores e projectores de vídeo).

De referir, com algum significado, as referências a algum equipamento presente em estabelecimentos comerciais (balança digital, máquina de café, máquina registadora, etc.).

8.1.7. O financiamento das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

No que se refere ao financiamento necessário para a organização e concretização das aprendizagens institucionais, verifica-se o seguinte:

Tabela 61 - Financiamento

Financiamento			Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não			441	58,4
Sim	Exterior	Institucional	55	7,3
		Particular	8	1,1
		Contrato resultante de Candidatura	20	2,6
		Subsidio	4	0,5
	Próprio e Exterior		25	3,3
	Próprio		188	24,9
Sem resposta			14	1,9
Totais			755	100,0

Da leitura da informação anterior, retiram-se os seguintes factos:

- A maioria das aprendizagens (441, correspondendo a 58,4% do total) não envolveu qualquer financiamento;**
- 300 aprendizagens (correspondendo a 39,7% do total) que envolveram financiamento, 188 (24,9%) foram financiadas pela própria instituição, enquanto que 88 foram financiadas com recurso exterior à instituição;
- Apenas 25 aprendizagens (correspondendo a 3,3%) foram financiadas através do estabelecimento de parcerias.**

8.1.8. Os tempos das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Relativamente ao período de tempo em que decorreram as aprendizagens, verificou-se o seguinte:

Tabela 62 - Duração das Aprendizagens

Duração das aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
1 Dia	283	38,0
2-7 Dias	109	14,6
8-14 Dias	21	2,8
Mais de 14 Dias	274	36,8
Sem Resposta	58	7,8
Totais	745	100,0

As aprendizagens mais frequentes tiveram durações muito distintas:

- a) 283 aprendizagens (correspondendo a 38% do total) duraram apenas um dia;
- b) 274 aprendizagens (correspondendo a 36, 8% do total) duraram mais de duas semanas;
- c) 109 aprendizagens (14, 6% do total) tiveram uma duração entre 2 e 7 dias.

Estas evidências levam-nos a concluir **da coexistência de aprendizagens de curta e longa duração, com valores de frequência muito semelhantes.**

No que se refere à frequência de ocorrência das aprendizagens institucionais, a informação recolhida encontra-se distribuída na tabela seguinte.

Tabela 63 - Frequência das aprendizagens institucionais

Frequência das aprendizagens		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Episódica		284	38,1
Periódica	Mensal	18	2,4
	Bimensal	16	2,1
	Trimensal	29	3,9
	Semestral	9	1,2
	Anual	46	6,2
Permanente		241	32,3
Outra		15	2,0
Sem resposta		87	11,7
Totais		745	100,0

Da análise da tabela anterior, verifica-se o seguinte:

- a) 284 aprendizagens (correspondendo a 38,1% do universo) apresentaram carácter pontual ou episódico;
- b) 241 aprendizagens (correspondendo a 32,3% das situações identificadas) ocorreram permanentemente;
- c) 121 aprendizagens identificadas (correspondendo a 16,3% do total) concretizaram-se com determinada periodicidade, sendo que, mais frequente foi a anual;
- d) **Coexistem, de forma concomitante, aprendizagens pontuais/episódicas** (normalmente de curta duração) **com aprendizagens de carácter permanente e de longa duração**, o que é um indicador interessante pelos extremos que se manifestam.

O horário das aprendizagens foi um dos aspectos acerca do qual foi recolhida informação, que se inscreveu nos gráficos seguintes:

Tabela 64 - Horário das aprendizagens

Horário das aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Laboral	572	71,8
Extra Laboral	174	21,8
Outro Horário	51	6,4
Totais	797	100,0

Algumas das aprendizagens ocorreram em múltiplos horários, pelo que o total de referências neste item (797) ultrapassa o total de aprendizagens sinalizadas (745). Da análise da informação, é evidente o seguinte:

- a) **Predominam as aprendizagens que ocorreram em horário laboral.** Foram aqui identificadas 572 aprendizagens, correspondendo a 71,8% das situações que foram disponibilizadas pelas instituições do concelho;

- b) As aprendizagens que ocorreram em horário extra laboral foram referenciadas 174 vezes, o que correspondeu a 21,8% do total sinalizado.
- c) Os dados anteriores reforçam a dimensão profissional das aprendizagens disponibilizadas pelas instituições do concelho do Alandroal, o que já havia sido identificado e referido, aquando da descrição dos objectivos das aprendizagens, do local da sua realização e também do público-alvo a quem elas foram destinadas.

8.1.9. A avaliação e a certificação das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Um dos aspectos mais importantes que caracterizam as aprendizagens disponibilizadas pelo conjunto de instituições do concelho do Alandroal refere-se à natureza da sua avaliação. Relativamente a este aspecto, relevam-se as características principais dos processos de avaliação mobilizados pelas aprendizagens identificadas.

Tabela 65 – Avaliação das aprendizagens institucionais

Avaliação das aprendizagens institucionais		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa %
Sim	Após a conclusão da aprendizagem	244	25,1
	Ao longo da aprendizagem	203	20,9
	No final da aprendizagem	71	7,3
Não		213	21,9
Sem resposta		241	24,8
Totais		972	100,0

No que respeita à avaliação das aprendizagens institucionais, podemos verificar que existem respostas múltiplas:

- a) 518 Referências (correspondendo a 53,3% do total) confirmam que **foi feita uma avaliação das aprendizagens, maioritariamente, de forma prática, após a conclusão ou ao longo das mesmas** (239 referências, correspondendo a 24,6% do total, e 203 referências, referentes a 20,9% do total, respectivamente);

- b) Com um valor significativo (213 referências correspondendo a 21,9% do total), verificou-se a ausência de qualquer tipo de avaliação. O número de “não respostas” (241), também foi significativo e poderá, eventualmente, indicar a ausência de qualquer processo de avaliação neste conjunto de aprendizagens.

Um dos aspectos relevantes na caracterização do procedimento de avaliação, prende-se com a identificação do responsável por esse mesmo processo de avaliação. Desta dimensão, apresentamos, em seguida, a informação recolhida.

Tabela 66 - Responsável pela Avaliação das aprendizagens institucionais

Responsáveis na avaliação	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Auto e Hetero-avaliação	322	43,2
Hetero-Avaliação	86	11,5
Auto-Avaliação	78	10,5
Sem Resposta	259	34,8
Totais	745	100,0

No conjunto das 745 aprendizagens institucionais identificadas, **prevaleceu a simultaneidade da auto e hetero-avaliação**. Foram referenciadas 322 aprendizagens em que foi promovida simultaneamente auto e hetero-avaliação, o que correspondeu a 43, 2 % do total de aprendizagens consideradas. Em seguida, foram referidas 86 aprendizagens (correspondendo a 11,5% do total), nas quais predominou a hetero - avaliação. A auto-avaliação foi referenciada em apenas 76 aprendizagens (correspondendo a 10,5% do total). Em 259 aprendizagens, não foi possível caracterizar o tipo de avaliação efectuado, o que pode indicar a sua, eventual, ausência.

Um último aspecto, relativo ao procedimento de avaliação, refere-se à certificação proporcionada pelas aprendizagens disponibilizadas pelas instituições.

Tabela 67 – Certificação das aprendizagens institucionais

Certificação			Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Não			423	56,3
Sim	Formal	Profissional	99	13,2
		Acadêmica	18	2,4
	Não Formal		88	11,7
	Informal	Laboral	86	11,5
		Comunidade Local	23	3,1
		Amigos	14	1,9
Totais			751	100,0

No que respeita à certificação, podemos verificar o seguinte:

- A maioria das aprendizagens não foi certificada** (423 referências, correspondendo a 56,3% do universo);
- 123 aprendizagens foram certificadas formalmente, sendo que 99 conferiram certificação profissional (13,2% do total) e só 18 determinaram certificação académica (2,4% do total);
- A certificação de natureza não formal (sem equivalência académica ou profissional) caracterizou 211 aprendizagens (28% do universo considerado).

8.1.10. Os parceiros nas aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Uma das dimensões presentes no processo de inquérito referia-se à identificação e caracterização de eventuais parcerias na concretização das aprendizagens institucionais. A informação recolhida nesta dimensão encontra-se estruturada na tabela seguinte.

Tabela 68 – Parcerias nas aprendizagens institucionais

Parcerias	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Sim	423	56,8
Não	309	41,5
Sem resposta	13	1,7
Totais	745	100,0

Verificou-se que 423 aprendizagens envolveram o estabelecimento de parcerias (56,8% do universo considerado), enquanto 309 aprendizagens (41,5% do total) não envolveram o estabelecimento de parcerias.

Prevaleceram as parcerias com instituições privadas, que se verificaram em 345 aprendizagens (que correspondem a 72,6% do universo de aprendizagens considerado).

Tabela 69 - Natureza das Parcerias

Natureza das parcerias	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Privado	345	72,6
Público	130	27,4
Sem resposta	3	0,6
Totais	478	100

Relativamente às instituições com quem se concretizaram as parcerias, verificou-se o seguinte:

Tabela 70 – Parceiros (instituições privadas)

Instituições Privadas		
	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Delta – Cafés	11	30,6
Associações Locais concelhias	10	27,8
Ajasul	8	22,2
Fundação Calouste Gulbenkian	3	8,2
CTT	2	5,6
HACCP (Empresas)	2	5,6
Totais	36	100,0

Tabela 71 – Parceiros (instituições públicas)

Instituições Públicas		
	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	12	33,3
Câmara Municipal de Alandroal	11	30,6
Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ)	6	16,7
Juntas de Freguesia	4	11,1
Instituições do Estado	3	8,3
Totais	36	100,0

A leitura da informação anterior, permite-nos concluir que:

- a) **No âmbito das parcerias com instituições privadas, a empresa Delta - Cafés foi a mais referida** (com 11 referências, que corresponderam a 30,6% do total). Seguiram-se as Associações de desenvolvimento do concelho, com 10 referências (27,8% do universo).
- b) **No que respeita às parcerias com instituições públicas, a instituição mais referida foi a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com 12 referências (correspondendo a um terço das situações).** A Câmara Municipal de Alandroal e o Instituto Português da Juventude são outras instituições referidas.

Tabela 72: Localização dos parceiros

Localização dos parceiros	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Exterior ao Concelho	402	84,1
Freguesia	46	9,6
Outra Freguesia	30	6,3
Totais	478	100,0

A **maioria dos parceiros** referenciados **localizou-se no exterior do concelho de Alandroal** (foi o caso de 402 das parcerias consideradas, o que corresponde a 84,1% do

universo). Apenas foram sinalizados 46 casos de aprendizagens (correspondendo a 9,6% do total) em que os parceiros envolvidos foram da própria freguesia.

Tabela 73 - Localização dos parceiros exteriores ao concelho

Localização dos parceiros exteriores ao concelho	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Évora	106	35,7
Lisboa	54	18,2
Reguengos	25	8,4
Elvas	23	7,7
Campo Maior	17	5,7
Vila Viçosa	15	5,1
Estremoz	15	5,1
Borba	9	3,0
Espanha	8	2,7
Beja	8	2,7
Sousel	7	2,4
Portalegre	5	1,7
Cantanhede	5	1,7
Totais	297	100,0

Os parceiros exteriores ao concelho de Alandroal localizavam-se preferencialmente em Évora (com 106 referências, correspondendo a 35,7% do universo), seguindo-se Lisboa (54 referências, 18,2% do total) e Reguengos de Monsaraz (25 referências, 8,4% do total). De referir a existência de 8 parcerias com instituições localizadas em Espanha (2,7% dos casos).

Tabela 74 - Natureza da Parceria

Natureza da parceria		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Formal	Com protocolo	163	34,1
	Sem protocolo	160	33,5
Informal		80	16,7
Outro		1	0,2
Sem resposta		74	15,5
Totais		478	100,0

Das 404 aprendizagens em que se estabeleceram parcerias, a maioria envolveu algum grau de formalidade:

- a) 163 aprendizagens (correspondendo a 34,1%) envolveram a celebração de protocolos;
- b) 160 das aprendizagens consideradas (33,5%) não envolveram a celebração de protocolos;
- c) 80 aprendizagens envolveram parcerias de âmbito informal.

8.1.11. Os impactos das aprendizagens institucionais nas instituições não escolares

Uma última dimensão questionada, no âmbito das aprendizagens organizadas pelas instituições do concelho de Alandroal, foi a relevância das aprendizagens, na perspectiva dessas instituições.

Tabela 75 – Relevância das aprendizagens na perspectiva das instituições

Dimensões	Frequências Absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Profissionais	617	59,1
Pessoais	227	21,7
Sociais	161	15,4
Familiares	39	0,7
Escolares/Académicas	33	3,2
Totais	1044	100,0

- a) **A dimensão profissional das aprendizagens foi considerada a mais relevante** pelas instituições. Esta dimensão foi indicada 617 vezes (correspondendo a 59,1% do total);
- b) A dimensão pessoal foi a segunda considerada mais relevante nas aprendizagens disponibilizadas pelas instituições (227 registos, correspondendo a 21,7% do total considerado).
- c) A dimensão social (com 161 referências, correspondendo a 15,4% das situações identificadas) foi a dimensão considerada em terceiro lugar.

8.2. A QUALIFICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE)

Atendendo ao manifesto interesse pelas IPE (Instituições com Potencial Educativo), dado o seu contributo para o universo da qualificação no território, irão apresentar-se, em seguida, o perfil das instituições e das aprendizagens nelas disponíveis. O procedimento considerará duas dimensões:

- i) **dimensão ilustrativa**, que considerou aspectos como a origem institucional, área de actividade, ano de fundação, localização, recursos humanos envolvidos, quotidiano da entidade, trabalho administrativo;
- ii) **dimensão activa** (Verdasca, 2002), que procurou conhecer as práticas de formação na organização, a partir da opinião dos dirigentes.

8.2.1. A Identificação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A identificação de instituições da sociedade civil com potencial educativo foi feita, com recurso ao conceito anteriormente indicado⁸ e utilizando os elementos disponibilizados por estudo realizado anteriormente (Nico, 2011).

As instituições estudadas (consideradas Instituições com Potencial Educativo/IPE) foram seleccionadas tendo em conta alguns critérios, nomeadamente:

- a) Considerando os resultados dos inquéritos aplicados no âmbito do projecto de investigação **“Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal”**, promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref^a

⁸ Entende-se **potencial educativo institucional** como o atributo das instituições não escolares em que se promovem, regularmente, oportunidades de aprendizagem em contextos não formais, com evidente organização, sequencialidade, intencionalidade e efeitos na educação e formação dos indivíduos que nelas participam

PTDC/CED/81388/2006). Neste primeiro critério, foram consideradas as seguintes dimensões:

- i) Número de episódios de aprendizagem certificada (critério A);
- ii) Número de episódios de aprendizagem informal (critério B);
- iii) Número de parcerias estabelecidas (critério C);
- iv) Reconhecimento social das instituições estudadas (critério D).

- b) Instituições participantes no **Conselho Municipal de Educação e no Conselho Local de Acção Social** (Critério E);
- c) Instituições consideradas como sendo **relevantes nos contextos educativo e/ou de intervenção social** (Critério F).

Este processo de identificação resultou numa amostra de 84 instituições respondentes, que se apresentam, em seguida. De referir que o Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca, atendendo à sua natureza, especificidade e escala, foi objecto de análise individualizada (cf. ponto 10 deste documento).

Tabela 76 – Instituições com Potencial Educativo de Alandroal

INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO DE ALANDROAL*	
(INQUIRIDAS EM 2013)	
Agropecuária Bovifrísea Lda. (SM)	
Agrupamento de Escolas de Alandroal (NSC)	
Alandal - Sociedade Agropecuária do Alandroal, SA. (NSC)	
Alandroal United - Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Alandroal (NSC)	
Alandroffice - Comércio de equipamentos informáticos, Unipessoal Lda. (NSC)	
Aldrabar (NSC)	
APIT - Associação de Protecção aos Idosos de Terena (T)	
ASSERAL - Associação Empresarial da Região do Alandroal (NSC)	
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Aldeia dos Marmelos (SM)	
Associação de Beneficiários de Lucefecit (T)	

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Alandroal (NSC)
Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior (SM)
Associação Jovem de Santiago Maior (SM)
Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas (T)
Biblioteca Municipal (CMA) (NSC)
Bombeiros Voluntários de Alandroal (NSC)
Café e Merceria Central (SM)
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (NSC) (SM)
Casa da Mala - Café Gelataria (NSC)
Casa da São (SM)
Casa do Povo de Santiago Maior (SM)
Casa Roques (Comércio Alimentar e Distribuição de Produtos Agrícolas e derivados) SM)
Centro de Cultural e Desporto de Terena (T)
Centro Cultural de Alandroal (Escola de Música e Banda Filarmónica) (NSC)
Centro de Cultura e Recreio de Aldeia da Venda (SM)
Centro de Saúde de Alandroal (NSC)
Centro Social e Paroquial do Alandroal (NSC)
Choupana: Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho de Alandroal (NSC)
Clube de Caçadores do Alandroal (NSC)
Combustíveis do Guadiana (NSC)
Construções Andresio, Lda. (SM)
Cooperativa Agrícola de Alandroal (NSC)
Creche do Centro Social e Paroquial de Alandroal (NSC)
Delegação da Cruz Vermelha de Santiago Maior (SM)
Delegação de Fuzileiros de Juromenha/Elvas (J)
Electropadilha – Instalações Eléctricas Unipessoal, Lda. (SM)
Emídio Pisco Lda. (SM)
Empresa Comércio de Móveis (SM)

Escola de Condução Pêro Rodrigues (NSC)
Esteves e Claré Lda. (NSC)
Farmácia Alandroalense (NSC)
Fátima e Filhos Lda. (SM)
Fidelidade Mundial (Agência do Alandroal) (NSC)
Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal (CMA) (NSC)
Gabinete de Inserção Profissional do Município de Alandroal (CMA) (NSC)
GNR (Alandroal e Santiago Maior)/Destacamento Territorial de Reguengos de Monsaraz (NSC) (SM)
Grupo de Amigos de Juromenha (J)
Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário (NSC)
Herdade da Rendeira - AgroPecuária, SA (SM)
Hilário António Almeida Herds. Lda. (NSC)
Junta de Freguesia de Capelins (C)
Junta de Freguesia de Juromenha (J)
Junta de Freguesia de Santiago Maior (SM)
Junta de Freguesia de São Pedro/Terena (T)
Junta de Freguesia São Brás dos Matos (SBM)
Junta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal (NSC)
Jurofrutas Lda. (J)
Landroal Residencial Lda. (NSC)
Lar " Cantinho Amigo " (SM)
Maneiras e Raínho Lda./ Construção Civil (SM)
Manuel Melão- Café Restaurante, Sociedade Unipessoal, Lda. (NSC)
Mini Mercado Maria Angélica (SM)
MotorKlub Alandroal (NSC)
Mundo dos Papéis - João Joaquim Passadinhas Ginja (NSC)
Ourivesaria Magnólia, Unipessoal Lda. (NSC)
Padaria Cardoso (NSC)

Padaria de Terena (T)
Pateiro e Pateiro Construções Lda. (T)
Pirâmides de S. Pedro - Empreendimento de Turismo de Animação, Lda. (NSC)
PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação (NSC)
Queijaria Inácio Carraça (SM)
Queijaria José Rodrigues Calisto (SM)
Restaurante "A Maria" (NSC)
Salão Guerra (NSC)
Santa Casa da Misericórdia de Alandroal (NSC)
Secção de Pesca do Juventude Sport Alandroalense (NSC)
Sociedade Agrícola da Herdade do Pigeiro e Empresas Associadas (NSC)
Sociedade Agrícola Roncanito, SA (C)
Sociedade Agropecuária João António Zorreta Alves e Filho Lda. (SM)
Sociedade Columbófila Alandroalense (NSC)
SOMARCIL, LDA. (NSC)
Turismo de Alandroal (CMA) (NSC)
Wadnature - Animação Turística Unipessoal Lda. (J)
<i>Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal (NSC) (SM) (T) SBM) (C) (J)</i>

** a estas instituições juntaram-se as informações recolhidas junto do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional/Serviços de Estremoz), do Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social e da Câmara Municipal de Alandroal (através de diversas entrevistas cedidas pelo seu Presidente, Mestre João Maria Aranha Grilo).*

8.2.2. A Área de Actividade das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

De acordo com a natureza da actividade institucional, segundo a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE), as organizações estudadas distribuem-se da seguinte forma (salientando apenas as três categorias mais representadas):

1. As instituições pertencentes à categoria de **Actividades Artísticas, de Espectáculos, Desportivas e Recreativas** correspondem a **19,3%** da amostra, ou seja, 14 organizações;

2. Dez entidades pertencem à secção **Outras Actividades e Serviços** (12% do total de instituições consideradas);
3. As organizações da área do **Comércio e Restauração** estão representadas por 16 organizações, 8 associadas à área comercial (9,6%) e as restantes 8 à restauração.

De merecer atenção a tabela que se segue ao agrupar as organizações pelas várias secções da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, porém esta leitura deve ser prudente, atendendo à realidade que reportam as organizações em estudo, por exemplo, a categoria *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* é representada na amostra estudada apenas por entidades de comércio a retalho.

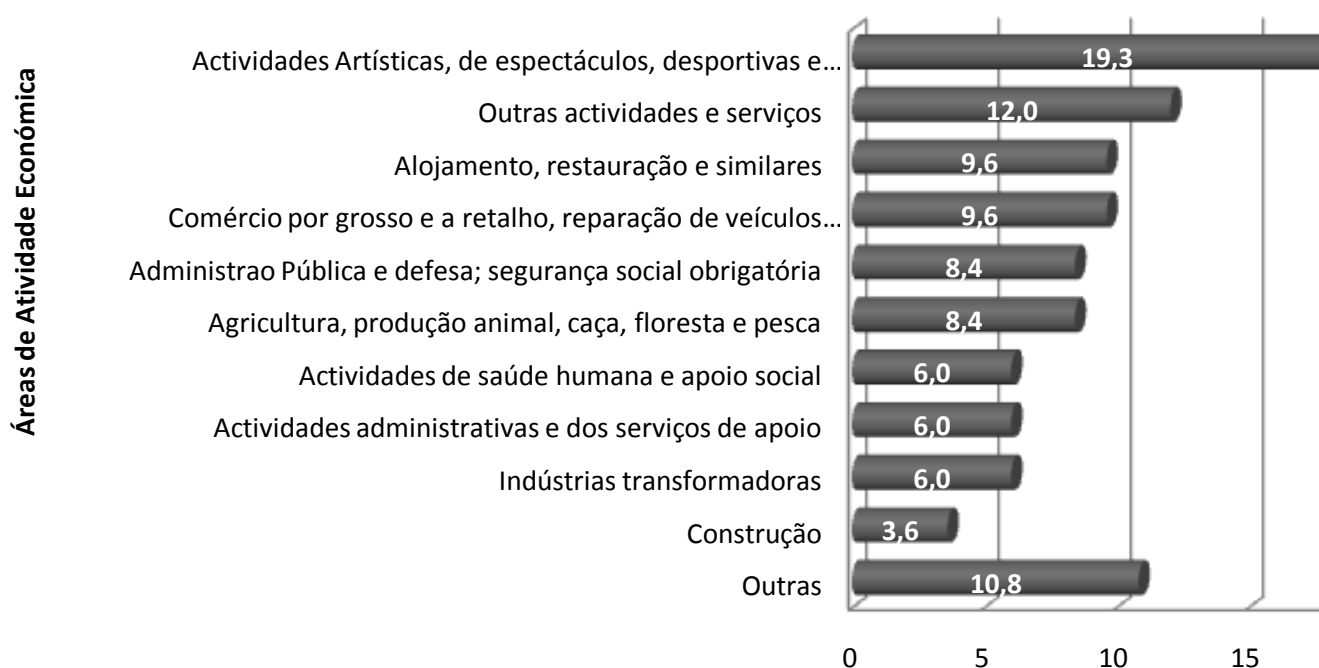
Tabela 77 - Área de Actividade das Instituições
(Classificação Portuguesa de Actividades Económicas*)

CAE	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Actividades Artísticas, de Espectáculos, Desportivas e Recreativas	16	19,3
Comércio Por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos.	8	9,6
Alojamento, Restauração e Similares	8	9,6
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta E Pesca	7	8,4
Administração Pública e Defesa	7	8,4
Indústrias Transformadoras	5	6,0
Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	5	6,0
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	5	6,0
Construção	3	3,6
Actividades Financeiras e de Seguros	2	2,4
Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	2	2,4
Educação	2	2,4
Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	1	1,2
Transportes e Armazenagem	1	1,2
Actividades de Informação e de Comunicação	1	1,2
Outras Actividades e Serviços	10	12,0
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013
*de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro
(Classificação Portuguesa de Actividades Económicas)

A categoria “Outras actividades e serviços” com algum peso nas organizações estudadas, é representativa de actividades de organizações associativas de natureza cultural e recreativa, reparação de computadores de uso doméstico e serviços pessoais, como a actividade dos salões de cabeleireiro.

**Figura 32 - Área de Actividade das Instituições
(Classificação Portuguesa de Actividades Económicas)**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Foi solicitado aos responsáveis das 83 instituições que classificassem o contexto organizacional das suas instituições, de acordo com a respectiva natureza jurídica e funcional. De seguida, apresentam-se os resultados obtidos e depreende-se da sua leitura que:

- A maioria das instituições que participaram no estudo pertence ao grupo das empresas, correspondendo a 47,0% das entidades;
- As associações participantes representam 21,7% da amostra;

c) 10,8% das entidades respondentes pertence ao grupo das autarquias ou das instituições delas directamente dependentes (Juntas de Freguesia, Biblioteca Municipal, Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal, Posto de Turismo).

Tabela 78 - Natureza Jurídica e funcional das Organizações

Natureza jurídica e funcional	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Empresa	39	47,0
Associação	18	21,7
Autarquia	9	10,8
Instituição particular de solidariedade social	8	9,6
Cooperativa	2	2,4
Estabelecimento de ensino	1	1,2
Outra	6	7,2
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.3. A Localização das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As organizações estudadas no concelho não estão equitativamente distribuídas pelas várias freguesias do município, nem a distribuição espacial das organizações se considerou como critério do respectivo potencial educativo. As instituições consideradas encontram-se distribuídas da seguinte forma:

- A **freguesia de Alandroal reúne 55,5%** das IPE. A presença de serviços da administração pública local, bem como a indústria mais estruturada se localizar nesta freguesia de natureza mais urbana;
- Santiago Maior reúne 27,7%** destas organizações. O associativismo e as pequenas empresas têm algum peso na ponderação das organizações com potencial educativo;
- Na terceira posição, surge a **freguesia de Terena**, localizada no eixo central do município, apresentando 8,4% das organizações em estudo.

Tabela 79 - Localização das IPE no concelho de Alandroal

Freguesia	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	46	55,5
Santiago Maior	21	27,7
Terena (São Pedro)	7	8,4
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	5	6,0
Capelins (Santo António)	1	1,2
Mina do Bugalho (São Brás Dos Matos)	1	1,2
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Em Anexo, apresentam-se os mapas de localização das Instituições com Potencial Educativo de Alandroal, distribuídas por freguesia (cf. Anexo 1).

8.2.4. O Funcionamento das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Algumas das organizações estudadas são relativamente recentes. Como ilustra a tabela seguinte, 60,9% das instituições surgiu nas últimas décadas (entre os anos de 1988 e 2012). As quatro entidades mais recentes são:

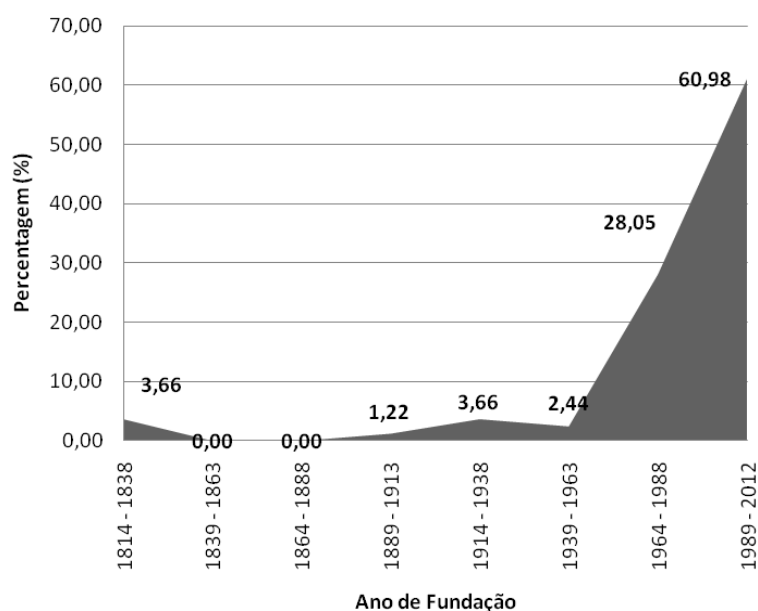
- a) Grupo de Amigos de Juromenha;
- b) Associação Empresarial da Região do Alandroal (ASSERAL);
- c) PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação
- d) Wadnature - Animação Turística Unipessoal Lda.

Parece de relevar o facto de duas destas instituições pertencerem à freguesia mais pequena do concelho, demograficamente considerada (Juromenha). Efectivamente, foram feitos investimentos recentes na freguesia, ao nível do turismo e verifica-se uma dinâmica de recuperação do património naquela zona, ao nível da relação com o rio e no património edificado.

Tabela 80 - Ano de fundação das IPE

Ano de fundação	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
1814 – 1838	3	3,6
1839 – 1863	0	0,0
1864 – 1888	0	0,0
1889 – 1913	1	1,2
1914 – 1938	3	3,7
1939 – 1963	2	2,4
1964 – 1988	23	28,2
1989 – 2012	50	60,9
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Figura 33 - Ano de fundação das IPE

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Apenas 8 das instituições interromperam a actividade (9,6%) por períodos relativamente curtos. As restantes mantiveram-se activas desde o momento da sua constituição.

8.2.5. Os Recursos Humanos das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os recursos humanos envolvidos nas organizações assumem diferentes perfis. A qualidade de sócio é o perfil mais expressivo nestes contextos organizacionais, seguindo-se o de trabalhador e de utente.

Existem 3 empresas na categoria de IPE com mais de 30 trabalhadores: Alandal-Sociedade Agropecuária do Alandroal, SA. (137 trabalhadores), Sociedade Agrícola da Herdade do Pigeiro e Empresas Associadas (50 trabalhadores) e a Jurofrutas, Lda. (39 trabalhadores) localizada na freguesia de Juromenha. A Santa Casa da Misericórdia de Alandroal e o Agrupamento de Escolas do Alandroal também contribuíram para uma elevada média de trabalhadores, com 38 e 117 trabalhadores, respectivamente.

Tabela 81 - Recursos Humanos que integram as IPE

Categoria	Média	Máximo (N)	Entidades		Pessoas (n)
			N	%	
Utentes	521	521	1	1,2	521
Sócios	280,4	2000	25	30,1	7012
Outra	18,7	150	8	9,6	291
Voluntários/Colaboradores	11,6	43	12	14,5	139
Trabalhadores	11,1	136	62	74,7	597
Sócios Gerentes	4,1	15	38	45,8	154

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Relativamente aos grupos profissionais existentes nas IPE, no que respeita às 62 organizações que referiram ter trabalhadores, pode-se considerar o seguinte:

- a) a maioria das organizações tem colaboradores remunerados (95,1%);
- b) Em 41 entidades, há 63 pessoas com ensino superior concluído.

Tabela 82 - Grupo profissional dos colaboradores

Grupo Profissional	Entidades		Trabalhadores	Média
	N=62	%		
Operários (1.º E 2º Ciclos Do Ensino Básico)	59	95,1	424	7,2

Quadros Intermédios (3.º Ciclo Do Ensino Básico)	46	74,2	105	2,3
Quadros Médios (Ensino Secundário e pós-secundário)	42	67,7	19	0,4
Dirigentes	42	67,7	77	1,8
Quadros Superiores (licenciatura, mestrado ou doutoramento)	41	66,1	63	1,5
Outro(s)	34	54,9	2028	59,7

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

No que respeita à distribuição dos colaboradores da IPE, na maioria das IPE participam indivíduos de ambos os sexos. Existem 17 IPE em que participam apenas indivíduos do sexo masculino. Destas, destacam-se o Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário (157 homens), a Sociedade Columbófila Alandroalense (47 homens), a Delegação Fuzileiros de Juromenha/Elvas (33 homens) e o Clube de Caçadores do Alandroal (30 homens). O associativismo movimenta mais os habitantes masculinos e é precisamente no associativismo onde o maior número absoluto de homens participa, embora, nestas IPE, também participem algumas mulheres.

Tabela 83 - Género nas IPE

Género	Entidade (N=83)	Frequência Relativa (%)
Ambos	53	63,9
Só masculine	17	20,5
Só feminino	9	10,8
Não responde	4	4,8
TOTAL	83	100,00

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.6. A Certificação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

No que se refere a IPE com algum tipo de certificação institucional, verifica-se o seguinte:

Tabela 84 - A Certificação nas IPE

Entidade	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)	Certificações
Certificada	47	56,6	74
Não certificada	36	43,4	0
Total	83	100,0	74

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

De acordo com a informação da tabela anterior, verifica-se que 56,6% das IPE possuem algum tipo de certificação, enquanto 43,4% refere não possuir qualquer tipo de certificação. Porém, com alguma reflexão somos levados a querer que o respondente por questões de confidencialidade, preservação de informações administrativas e/ou desconhecimento referiu, algumas das vezes, não possuir qualquer tipo de certificação. Das IPE certificadas, 47 têm uma média de 1,6 certificados. Destacam-se as certificações decorrentes da necessidade de possuírem HACCP (*Hazard analysis and critical control points*), outras promovidas pela *Associação Comercial do Distrito de Évora* (ACDE) ou pelo *Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas*. As entidades anteriores certificam a actividade de 14 IPE e são as que manifestamente têm uma maior expressão na actividade do concelho. De referir que algumas destas certificações decorrem de imposição legal e são necessárias ao funcionamento da instituição.

Tabela 85 - Entidades Certificadoras das IPE

Entidade certificadora	Frequência absoluta (N=74)	Frequência relativa (%)
Hazard Analysis and Critical Control Points (HACCP)	8	10,7
Associação Comercial do Distrito de Évora (ACDE)	3	4,1
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	3	4,1
<i>Alvará</i>	2	2,7
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)	2	2,7
Federação Portuguesa de Pesca Desportiva	2	2,7
Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)	2	2,7

Tribunal de Contas	2	2,7
Outras⁹	50	67,6
TOTAIS	74	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.7. O Quotidiano das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os contextos organizacionais das IPE estudados no concelho de Alandroal foram analisados relativamente ao seu calendário, horário e modalidades de acesso às instalações. Assim, verificou-se que:

- a) Apenas 4 contextos organizacionais (4,8% do total) não funcionam ao longo de todo o ano civil. Neste regime, encontra-se a Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior e a Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas. O calendário de actividades destas IPE concentra-se nos fins-de-semana comemorativos;
- b) À semelhança do calendário de funcionamento das IPE, também o horário reduzido é referido por algumas das instituições, designadamente: a

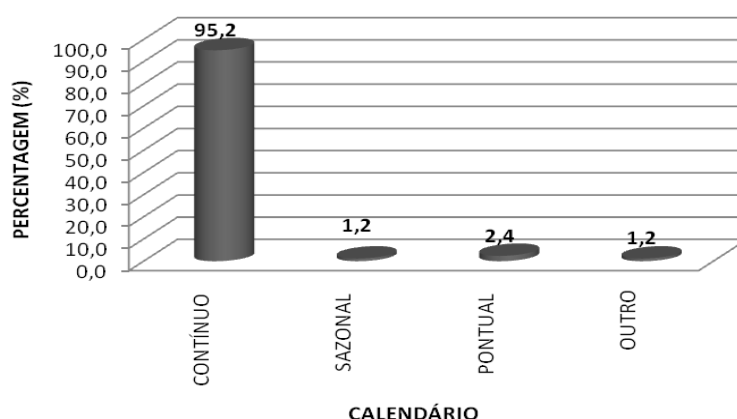
⁹AGRICERT - Certificação de Produtos Alimentares, Lda., AGRIS - Programa Operacional do Alentejo; Alvará de Construção Civil; Alvará de Construção, Electricidade; Alvará de exploração; Alvará emitido pela Câmara Municipal de Alandroal; Aquimisa, Lda. (Soluções em Segurança Alimentar, Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (ARESP); Administração Regional de Saúde do Alentejo; Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS); Associação Futebol Évora; Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (ANCIPA); Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR); Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED); Câmara Municipal de Alandroal; Certificação de Comércio e Transformação; CERTIS - Controlo e Certificação, Lda.; Cruz Vermelha (órgãos centrais); Desinferul (Higiene e segurança no trabalho); Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB); Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR); Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL); Direcção de Serviços Veterinários da Região Alentejo; ECC - Engenharia, Segurança e Qualidade; Governo da República Portuguesa; Guarda Nacional Republicana (GNR); Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM); Inspecção-Geral das Actividades Culturais (IGAC); Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres (IMTT); Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI); Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP I.P.); Instituto Nacional de Estatística (INE); Instituto Português da Juventude e do Desporto (IPJD); Interprev- Segurança e Higiene no Trabalho; ISA 9001 (Candidaturas manuais de segurança social); ISO 14400; Ministério da Administração Interna; Ministério da Educação e Ciência; Licenciamento de caça turística; Ministério da Saúde; Programa Operacional da Educação (Prodep); Registo Nacional de Associações; Santa Casa da Misericórdia; Segurança Social; União Europeia.

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical do Alandroal, Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior, Associação Jovem de Santiago Maior, Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas, Centro Cultural do Alandroal (Banda Filarmónica), Secção de Pesca do Clube Sport Juventude, Os Marujos e uma recente empresa que é gerida a tempo parcial (PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação);

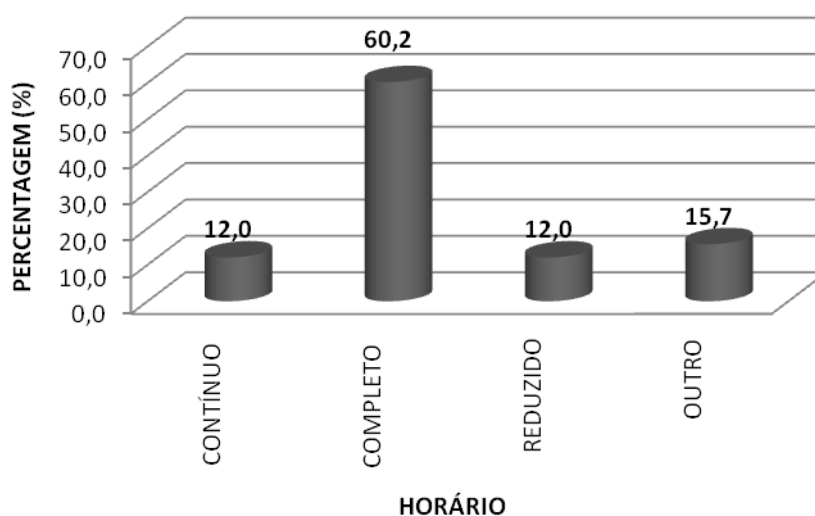
c) 12% das entidades tem um horário contínuo (10 IPE), nomeadamente:

- i) os Lares de Idosos, que prestam um serviço permanente, assim como duas entidades do sector da Hotelaria (Landroal Residencial, Lda. e a Casa da São/Turismo Rural);
- ii) as entidades de segurança e protecção civil, como a GNR, os Bombeiros Voluntários de Alandroal e a Delegação da Cruz Vermelha de Santiago Maior permanecem em actividade 24 horas por dia.

Figura 34 - Calendário de funcionamento IPE



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Figura 35 - Horário de funcionamento das organizações

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.8. A Dimensão administrativa das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A maioria das entidades organiza a sua contabilidade. Porém 20,5% não o faz ou não se pronunciou sobre essa dimensão.

Tabela 86 - Organização da Contabilidade das IPE

Trabalho administrativo	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Contabilidade organizada	66	79,5
Contabilidade não organizada	17	20,5
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Ainda relativamente ao trabalho administrativo das IPE consideradas no estudo, como se pode observar na Tabela 15, aferiu-se da regularidade de realização de reuniões de direcção, assembleia e de trabalho interinstitucional. As reuniões de Direcção (61,4%) e de Assembleia-Geral (50,6%) são as mais praticadas. Estas podem ser obrigatórias em algumas entidades, havendo assim um calendário e periodicidade associados à concretização das mesmas.

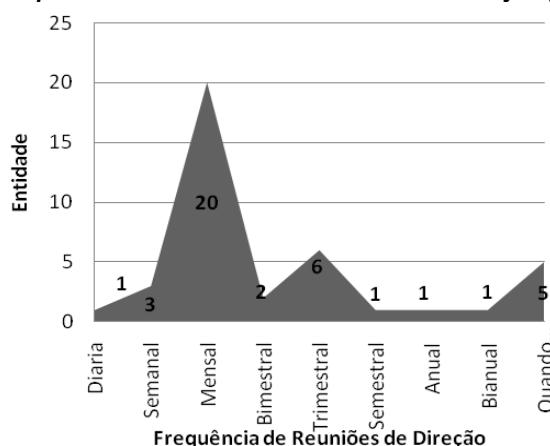
Tabela 87 - Atividades administrativas desenvolvidas nas entidades

Atividades desenvolvidas na entidade	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Reuniões de Direcção	51	61,4
Reuniões de Assembleia-Geral	42	50,6
Reuniões de trabalho	37	44,6
Reuniões interinstitucionais	28	33,7
Outras reuniões	8	9,6

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

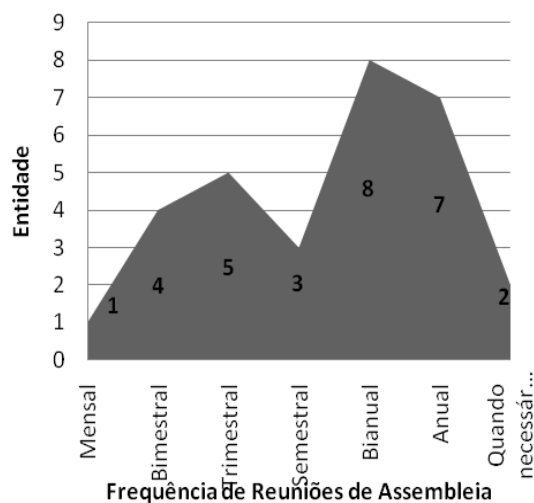
Como se depreende da leitura do gráfico seguinte, relativamente à frequência de realização de reuniões, verifica-se o seguinte:

- As reuniões de Direcção são as que se realizam com maior frequência. A regularidade mensal prevalece sobre qualquer outra;
- As reuniões de Assembleia-Geral realizam-se, de forma maioritária, anual ou bianualmente;
- As reuniões de trabalho acontecem, na sua maioria, sempre que seja necessário.

Figura 36 - Frequência de ocorrência de reuniões de Direcção (n=41)

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Figura 37 - Frequência de ocorrência de reuniões de Assembleia-Geral (n=33)



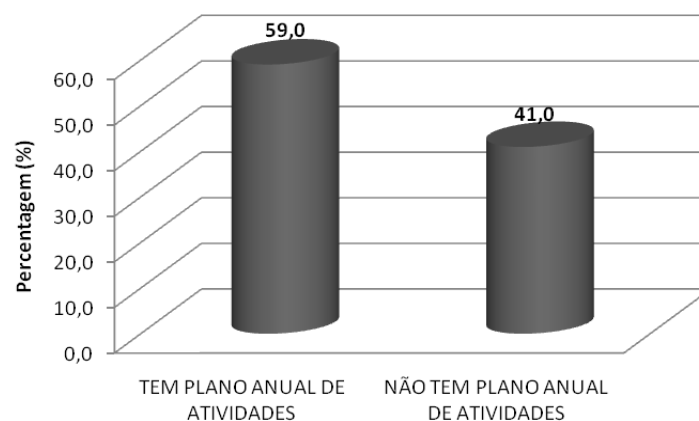
Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.9. O Plano Anual de Actividades das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os responsáveis dos contextos organizacionais, quando questionados acerca da elaboração de um Plano Anual de Actividades, indicaram que:

- a) a maioria dos contextos organizacionais (59%) tem elaborado um plano prevendo as actividades para o ano civil seguinte e respectivo orçamento.

Figura 38 - Plano Anual de Actividades

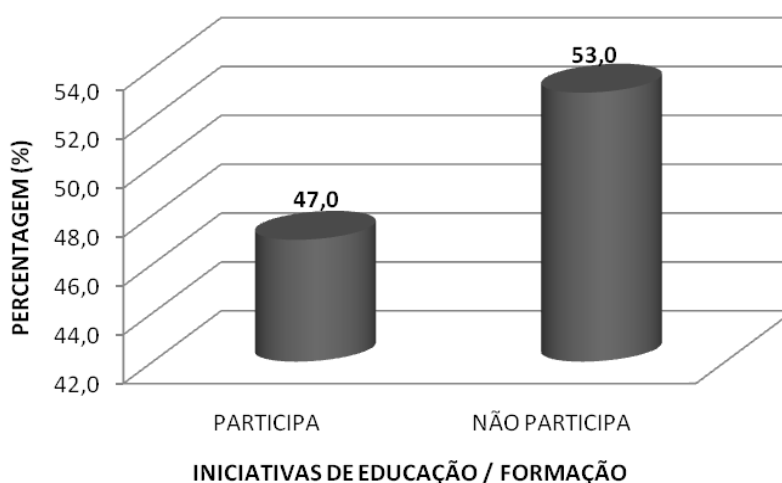


Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.10. As Iniciativas de Educação/Formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A maioria das IPE (53%) não participa em iniciativas de educação/formação.

Figura 39 - Participação em iniciativas de educação/formação



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

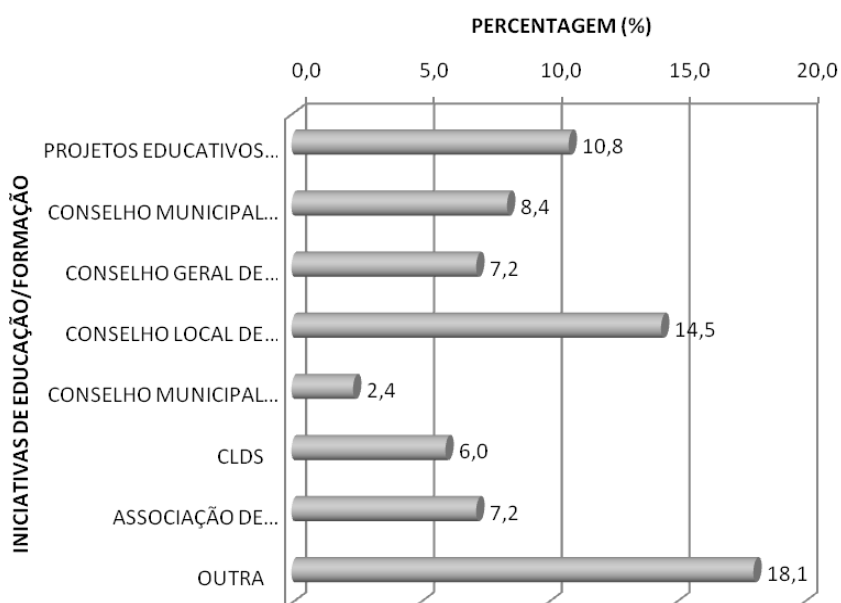
Das entidades que participam em iniciativas de educação/formação (47%), verifica-se que a maioria o faz a partir de iniciativas não organizadas nem sistemáticas. De entre essas iniciativas, encontram-se as seguintes:

- i) Contactos institucionais com o Agrupamento Vertical de Escolas de Alandroal;
- ii) Aprendizagem e troca de experiências entre sócios;
- iii) Actividades de sensibilização nas escolas;
- iv) Promoção de estágios profissionais;
- v) Participação no Conselho Municipal de Segurança;
- vi) Feiras de divulgação dos produtos;
- vii) Formação no Agrupamento Vertical de Escolas de Alandroal;
- viii) Participação em seminários e colóquios;
- ix) Participação no Núcleo Local de Inserção (NLI);
- x) Plano de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Alandroal;
- xi) Integração nas actividades desenvolvidas na rede de bibliotecas.

De entre as actividades apresentadas, as IPE que participam (47%) em iniciativas de educação e/ou formação, indicam as seguintes modalidades de participação:

- a) A participação em projectos educativos e/ou iniciativas de âmbito formativo;
- b) A participação no Conselho Municipal de Educação;
- c) A participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alandroal;
- d) A participação no Conselho Local de Acção Social;
- e) A participação na Associação de Empresas de Alandroal, instituição recente.

Figura 40 - Participação em iniciativas de educação/formação



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.11. O Relacionamento interinstitucional das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Acerca do relacionamento interinstitucional, o estudo aferiu acerca de eventual relacionamento com demais entidades e tentou-se compreender a natureza do vínculo e/ou tipologia de parceria se estabeleceu. Apesar de 36,14% contextos organizacionais não possuir ou não referir estabelecer parcerias com outras entidades, a maioria (63,85%) refere ter esse relacionamento na lógica da existência de um trabalho em cooperação com outros organismos/entidades.

Tabela 88 - Relacionamento interinstitucional

Contextos organizacionais		Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
PARCERIAS	COM PROTOCOLO	33	39,8
	SEM PROTOCOLO	7	8,4
	COM E SEM PROTOCOLO	13	15,7
	Subtotal	53	63,9
SEM PARCERIA		30	36,1
TOTAL		83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Verifica-se que, das 53 entidades que referiram ter estabelecido parcerias:

- a) 33 IPE têm parcerias protocoladas (39,8% das 83 IPE);
- b) Existe um total de 191 parcerias concretizadas por 53 IPE.

Foram identificadas 175 entidades parceiras, no relacionamento interinstitucional. Nas entidades mais referidas, encontram-se a Câmara Municipal de Alandroal (19,4%), a Santa Casa da Misericórdia de Alandroal, o Agrupamento de Escolas de Alandroal, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Lar Cantinho Amigo.

Tabela 89 - Instituições parceiras das IPE

Entidade parceira	Frequência absoluta (n)
Câmara Municipal de Alandroal	34
Santa Casa da Misericórdia de Alandroal	6
Agrupamento Vertical de Escolas De Alandroal	5
Instituto de Emprego e Formação Profissional	5
Lar Cantinho Amigo	5
Instituto da Segurança Social/Centro Distrital de Évora	4
Junta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal	4
Administração Regional de Saúde Do Alentejo	3
Bombeiros Voluntários de Alandroal	3
Guarda Nacional Republicana	3
Associação da Restauração e Similares de Portugal	2
Associação Chão dos Meninos	2
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	2
Confederação de Agricultores de Portugal	2
Centro de Saúde de Alandroal	2
Centro Social e Paroquial de Alandroal	2
Cerci Estremoz	2
Inalentejo	2
Inovinter	2
Junta de Freguesia de Terena	2
Município de Vila Viçosa	2
Universidade de Évora	2
(...)	(...)
TOTAIS	175

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

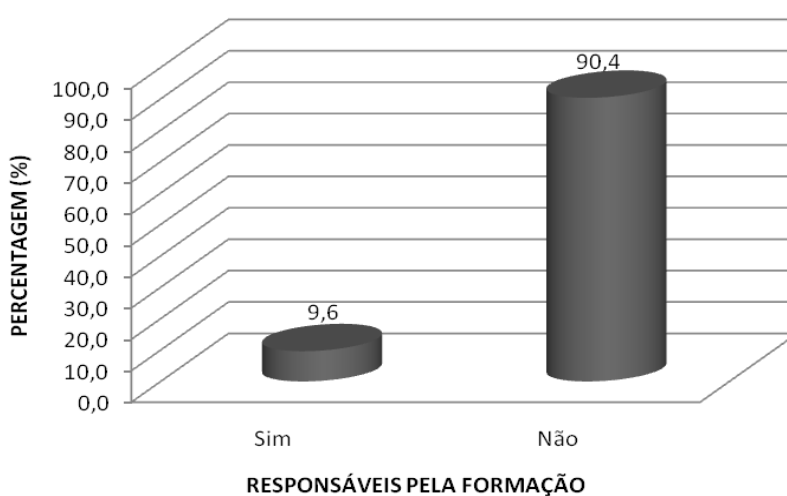
8.2.12. A gestão da formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A existência de um serviço ou núcleo autónomo de formação não é prática comum nas IPE de Alandroal. Porém, algumas entidades referem ter recursos humanos responsáveis pela formação, designadamente:

- a) Centro Cultural do Alandroal (Banda Filarmónica);
- b) Centro de Cultura e Recreio de Aldeia da Venda;
- c) Centro Social e Paroquial do Alandroal;

- d) Cooperativa Agrícola do Alandroal;
- e) Escola de Condução Pêro Rodrigues;
- f) Jurofrutas, Lda.;
- g) PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação.

Figura 41 - Formação da responsabilidade da IPE



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Relativamente à qualificação das pessoas que integram os núcleos específicos de formação, verifica-se o seguinte:

Tabela 90 - Habilitação académica dos responsáveis pela formação

Habilitações dos Responsáveis	Pessoas	Entidades
Ensino Básico	0	0
Ensino Secundário	7	2
Ensino Pós-Secundário	0	0
Licenciatura	16	3
Mestrado	7	3
Doutoramento	5	1
TOTAIS	35	-

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.13. A Cooperação das Instituições com Potencial Educativo (IPE) com instituições de formação

Relativamente à existência de cooperação das IPE com instituições de formação, verifica-se que há uma evidente disponibilidade para a concretização dessa parceria (cf. tabela seguinte).

Tabela 91 - Disponibilidade para cooperar com instituições de formação

Disponibilidade	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	79	95,2
Não	4	4,8
TOTAL	83	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A investigação e os estágios profissionais são duas modalidades de cooperação para as quais as IPE se encontram mais disponíveis. Outras modalidades possíveis para concretizar a cooperação são a colaboração com as escolas, a formação pessoal dos membros das instituições, a ocupação dos tempos livres e as visitas de estudo.

Tabela 92 - Modalidades de Cooperação na área da educação

Modalidades de cooperação	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Investigação	61	73,5
Estágios Profissionais	58	69,9
Formação Profissional	31	37,3
Projectos de Intervenção Educativa	27	32,5
Cedência de Instalações E Equipamentos	25	30,1
Projectos Educativos	22	26,5
Outras Iniciativas	8	9,6

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.14. As actividades de âmbito formativo das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As IPE realizam algumas actividades de natureza formativa, sendo de destacar que:

- a) A maioria dos contextos organizacionais (88,0%) realiza levantamento das suas lacunas, através de um diagnóstico interno de necessidades de formação;
- b) Cerca de metade das entidades participa no planeamento/concepção da formação (50,6%);
- c) 36,1% das IPE executa/implementa acções de formação na instituição.

Tabela 93 - Actividades de âmbito formativo

Actividades formativas	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Diagnóstico de Necessidades	73	88,0
Planeamento/Concepção da Formação	42	50,6
Organização da Formação	33	39,8
Implementação das Acções Formativas	30	36,1
Avaliação da Formação	28	33,7
Outra(S)	1	1,2

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Face à carência de recursos disponibilizados pelas próprias entidades para a prestação destes serviços formativos e à preocupação que as entidades têm com a qualificação dos recursos humanos, consideram-se duas linhas de actividades de formação (diagnóstico, planeamento/concepção, organização, implementação e avaliação da formação):

- a) As formações ocorridas nas entidades são de teor informal e de passagem de testemunho entre os funcionários;
- b) As entidades exteriores aos contextos organizacionais têm um peso preponderante na execução de actividades formativas.

As entidades exteriores que têm desempenhado um papel relevante nas actividades de natureza formativa têm sido as seguintes:

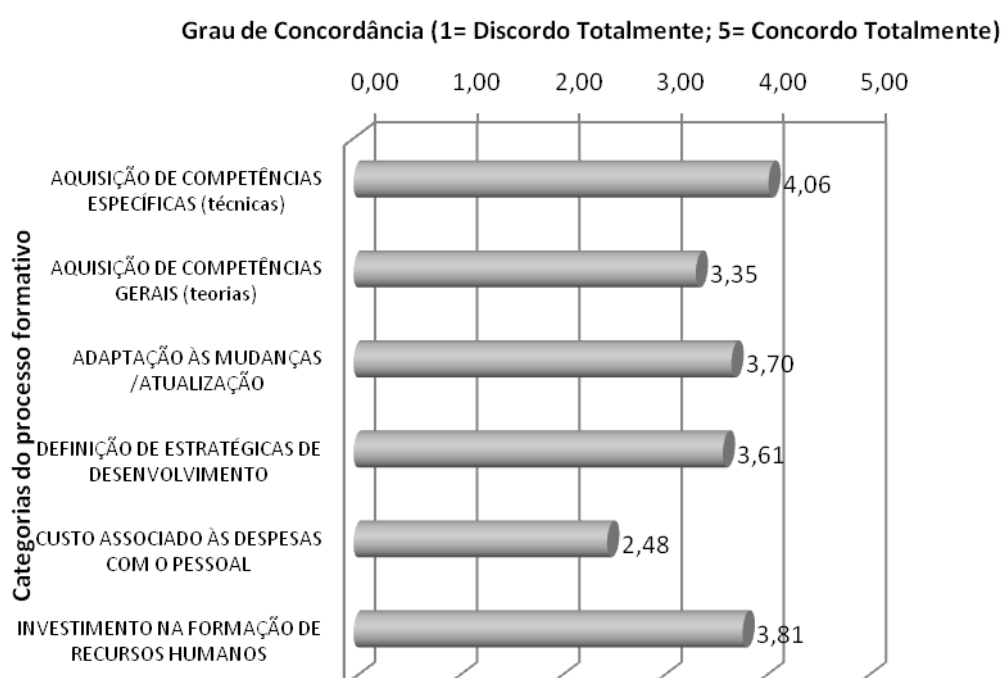
- a) Administração Regional de Saúde do Alentejo;
- b) Aliende-Associação para o Desenvolvimento Local;
- c) Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP);
- d) Associação Nacional das Farmácias (escola de formação);
- e) Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais (ESTER);
- f) Ceforcórdia, que desenvolve a sua actividade no âmbito da formação profissional destinada à União das Misericórdias Portuguesas, entidade acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação;
- g) Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER);
- h) Centro de Formação Márgua;
- i) Centro de Medicina e Higiene da Segurança no Trabalho, Lda;
- j) Centros Novas Oportunidades do IEFP e da Partner-Hotel;
- a) Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal (CEVALOR);
- b) Engenharia, Segurança e Qualidade (ECC), que presta serviços às pequenas e médias empresas em diversos domínios, como contabilidade, auditoria financeira, avaliação de empresas, incentivos, processamento de salários, *startup* empresa, reestruturação empresarial, implementação de sistemas de gestão da qualidade;
- c) Escola de Comércio de Lisboa;
- d) Escola Nacional de Bombeiros;
- e) Engenheiros particulares (área alimentar, entre outras);
- f) Federação Portuguesa de Columbofilia;
- g) Feira Internacional do Porto (Exponor);
- h) Fidelidade Mundial (Évora);
- i) Instituto de Registos e do Notariado;
- k) Instituto de Emprego e Formação e Formação Profissional (IEFP);
- j) MCA, M.Couto Alves, SA Construções.
- k) ITT Canon;

- l) Laboratórios;
- m) Métodos Revlon Wella (profissionais de cabeleireiros);
- n) Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE).

8.2.15. O papel atribuído à formação pelas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

O papel atribuído à formação, conforme do Gráfico 11, é mais assumido como um investimento e não como um custo.

Figura 42 - Papel atribuído à formação pelas IPE



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.16. Os Recursos Humanos e tempo dedicados à formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os recursos humanos mais envolvidos em iniciativas de formação são os dirigentes/responsáveis (38,6%), seguindo-se os operários (28,9%).

Tabela 94 - Prioridade no benefício da formação

	Tempo de formação		
	1. ^a PRIORIDADE	2. ^a PRIORIDADE	3. ^a PRIORIDADE
Dirigentes /Responsáveis	32	4	1
Operários	24	16	2
Quadros Intermédios	6	5	0
Quadros Médios	0	2	2
Quadros Superiores	4	4	3
Sócios	4	0	0
Outro(S)	2	1	0
N/R	11	51	75
TOTAIS	83	83	83

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.17.O levantamento de necessidades de formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As 83 IPE foram questionadas acerca da promoção de acções de levantamento de necessidades de formação. A esmagadora maioria das IPE (88,0% das entidades) refere implementar um levantamento de necessidades (cf. tabela seguinte):

Tabela 95 - Levantamento de necessidades de formação

Técnicas utilizadas	Frequência (1= Nunca; 5=Sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
Conversas, Observações e Percepções dos Dirigentes	6	0	3	27	37	3,71
Pré-Inscrições dos Trabalhadores em Acções de Formação Propostas pelo Serviço de Formação	53	1	5	10	4	1,57
Inquéritos, Entrevistas, Análise, Descrição e Avaliação de Funções	62	3	5	1	2	1,17
Caixa de Sugestões	60	6	3	3	1	1,18
Resultados da Avaliação de Acções Anteriores	51	3	7	8	4	1,57

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A maioria das IPE (77,1%) implementa, com maior frequência, o levantamento de necessidades de formação, através de *conversas, observações e percepções dos dirigentes*. As restantes opções quase nunca são consideradas pelas IPE.

Com o intuito de se conhecerem as técnicas utilizadas na avaliação das formações nas IPE, analisam-se os resultados da seguinte forma:

- a) O momento mais frequente para a concretização da avaliação é *imediatamente após a conclusão da formação* (média de 4,36);
- b) A segunda técnica mais frequentemente utilizada recai na avaliação do *efeito no desempenho dos formandos* (3,46) e em *competências adquiridas pelos formandos* (3,39);

Tabela 96 - Avaliação da Formação

Técnicas utilizadas	Frequência (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
Imediatamente após a conclusão da formação	2	0	1	8	17	4,36
Nos efeitos no desempenho dos formandos	9	1	3	13	5	3,46
Em competências adquiridas pelos formandos	4	2	5	13	4	3,39
Durante a formação	7	0	5	8	8	3,36
Nos efeitos de melhoria da organização em geral	3	2	8	13	2	3,32
No grau de satisfação dos formandos	7	1	4	12	4	3,18
Algum tempo após a formação (impacto)	12	2	6	4	4	2,50
No grau de satisfação dos formadores	11	4	7	6	0	2,29
Em competências adquiridas pelos formadores	15	3	3	6	1	2,11

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Os intervenientes no processo de avaliação da formação nas IPE são, mais frequentemente, os responsáveis da instituição (3,75) seguindo-se os responsáveis pela formação (3,43) e os formandos (3,36).

Tabela 97 - Intervenientes no processo de avaliação

Intervenientes	Frequência (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
Responsáveis da instituição	6	2	1	3	16	3,75
Responsáveis pela formação	8	3	0	3	14	3,43
Formandos	7	3	1	7	10	3,36
Formadores	11	2	0	6	9	3,00
Superiores hierárquicos dos formandos/funcionários	17	4	2	5	0	1,82
Colegas dos formandos	19	2	2	4	1	1,79

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.18. As práticas de formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A propósito das práticas de formação/aprendizagem realizadas nos contextos organizacionais estudados, refere-se o seguinte:

As dimensões mais valorizadas pelas IPE, relativamente às práticas de formação são:

- i. *promove uma imagem de organização institucional* (média de 3,98);
- ii. *contribui para a definição de objectivos e valores da organização* (3,88);
- iii. *favorece a autonomia e a responsabilidade dos dirigentes e colaboradores* (3,78)

As dimensões menos valorizadas pelas IPE, relativamente às práticas de formação são:

- i. *contribui para incluir e formar os menos capazes do exercício de determinadas tarefas* (média de 3,18);
- ii. *capta fundos de origem diversa* (2,60);
- iii. *legitima diferenças de salários/recompensas* (1,89).

A formação não é entendida como legitimadora de diferenças salariais, na captação de fundos de origem diversa e não é relevante na inclusão e formação de funcionários menos capazes do exercício de determinadas tarefas. Não obstante, algumas entidades consideram que a formação reflecte estas situações no interior das entidades (3,69).

Tabela 98 - Práticas de formação realizadas nas IPE

	Grau de concordância (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
Promove uma imagem de organização institucional	4	3	11	38	27	3,98
Contribui para a definição de objectivos e valores da organização	6	0	11	50	16	3,88
Favorece a autonomia e a responsabilidade dos dirigentes e colaboradores	6	1	10	54	12	3,78
Aumenta a produtividade	6	3	14	42	18	3,76
Promove consensos e atitudes entre dirigentes e colaboradores	5	1	16	48	13	3,76
Promove a eficiência e a eficácia do trabalho da organização	6	3	11	53	10	3,70
Aumenta o trabalho cooperativo	7	4	12	44	16	3,70
Promove hábitos de participação e cidadania	9	0	15	42	17	3,70
Reforça a identidade profissional/organizacional	7	0	17	47	12	3,69
Aumenta a satisfação no desempenho da função ou cargo	7	3	12	49	12	3,67
É relevante para a avaliação de desempenho	11	2	12	43	15	3,59
Promove a comunicação na estrutura hierárquica	8	6	13	42	14	3,58
Contribui para incluir e formar os menos capazes do exercício de determinadas tarefas	15	13	10	32	13	3,18
Capta fundos de origem diversa	27	13	18	16	9	2,60
Legitima diferenças de salários/recompensas	48	14	8	8	5	1,89

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

8.2.19. As áreas em que as Instituições com Potencial Educativo (IPE) poderão contribuir para a qualificação da população de Alandroal

A maioria dos contextos organizacionais (74,7%) indicou áreas nas quais poderá contribuir para a qualificação da população de Alandroal.

Alguns dos projectos a desenvolver:

1. Avaliação e promoção de competências pessoais e parentais; desenvolvimento infantil, gestão doméstica;
2. Criação de postos de trabalho através de candidaturas a programas de apoio;
3. Actividades que promovam, contribuam para formação cívica e cultural da população (concurso de poesia, por exemplo);
4. Disponibilidade para cooperar em estágios, prover aprendizagem relacionada com o ofício.

9. AS APRENDIZAGEM DISPONIBILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE)

Os contextos organizacionais estudados revelaram ter disponibilizado à população alandroalense – durante o período 1997/2013 – 213 actividades de aprendizagem estruturadas. Em média, cada uma das entidades evidenciou desenvolver 2,6 ambientes de aprendizagem minimamente estruturados, no âmbito da sua área de intervenção e abrangência. Estas actividades desenvolvidas nos diversos contextos organizacionais estudados não estão equitativamente distribuídas no território do concelho, como se indica adiante.

As instituições estudadas (consideradas Instituições com Potencial Educativo/IPE) foram seleccionadas tendo em conta os critérios anteriormente indicados (cf. ponto 8)

Um dos pressupostos do presente exercício consistiu em verificar a forma como se distribuiria o potencial educativo ao longo do território municipal. Como ilustra o gráfico seguinte, a distribuição não é uniforme, à semelhança do que se verificou no que se refere às aprendizagens institucionais caracterizadas em estudos anteriores, nomeadamente no estudo “Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal” (Nico, 2012).

Na distribuição das aprendizagens, decorrente da actividade das IPE, verifica-se uma maior incidência na freguesia de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), com 67,1% do total de aprendizagens identificadas. Comparativamente aos dados do projecto anteriormente referido – que reportam ao período 1997-2007 –, esta freguesia também evidenciava o maior número de aprendizagens institucionais. Contudo, no contexto de todo o município, posicionava-se na terceira posição (2,67) do **Índice Territorial do Potencial Formador Institucional de Alandroal (ITpfi)**, depois das freguesias de Juromenha e de Santiago Maior.

Ao aplicarmos o mesmo índice às IPE estudadas, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal distancia-se bastante das restantes freguesias, relevando

significativamente as suas actividades de aprendizagem, ao exibir um Índice Territorial do Potencial Formador Institucional (IT_{pfi}) de 3,04 pontos.

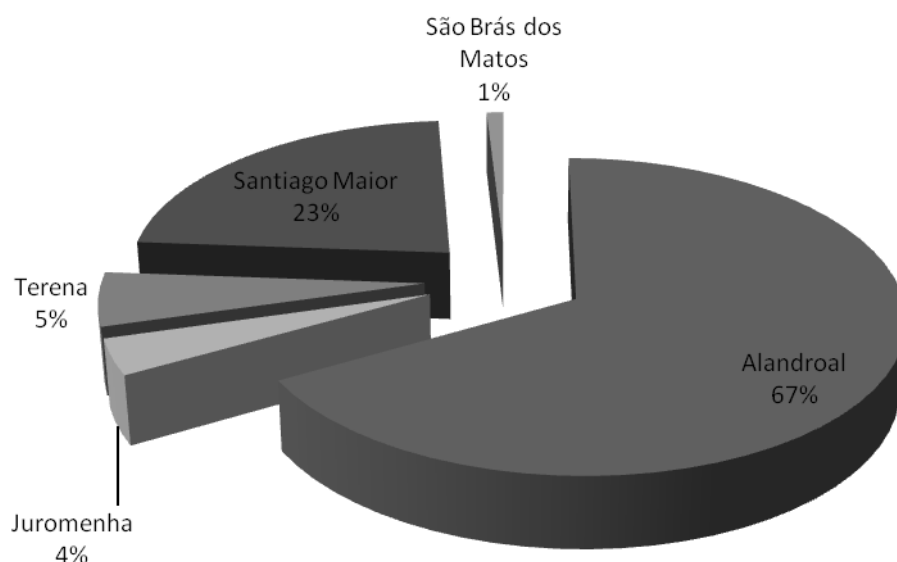
Tabela 99 - Índice Territorial do Potencial Formador Institucional de Alandroal

Freguesia	IT _{pfi}
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	3,04
Santiago Maior	2,23
Terena (São Pedro)	1,71
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	1,60
Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)	1,00
Capelins (Santo António)	0,00

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Nossa Senhora da Conceição/Alandroal é a freguesia com maior **IT_{pfi}** das IPE, seguindo-se a freguesia de Santiago Maior. Capelins não possui, no seu território, qualquer IPE.

Figura 43 - Actividades de Aprendizagem das IPE, por freguesia



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Transversalmente às 83 entidades participantes no estudo, o domínio das actividades de aprendizagem sinalizadas é, conforme nos sugere a tabela seguinte, predominantemente de natureza formativa (17,8%) e recreativa (15,0%). Os serviços sociais e a certificação da qualidade também se assumem como oportunidades de aprendizagem relevantes nos diversos contextos organizacionais, no período em estudo.

Encontra-se um certo paralelismo entre a área de actividade das IPE e as respectivas actividades de aprendizagem desenvolvidas.

Tabela 100 - Domínio das Actividades de Aprendizagem

Domínio de actividade	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Formações e/ou cursos	38	17,8
Serviços recreativos e de lazer	32	15,0
Serviços sociais	23	10,8
Certificação e qualidade	21	9,9
Serviços tecnológicos e informática	14	6,6
Segurança e cidadania	10	4,7
Serviços comerciais	10	4,7
Actividades desportivas	9	4,2
Actividades culturais	8	3,7
Maquinaria e utensílios de trabalho	8	3,7
Serviços de saúde	8	3,7
Serviços administrativos	6	2,8
Serviços de gestão	6	2,8
Actividades agropecuárias	4	2,0
Produção alimentar	4	2,0
Serviços de restauração	3	1,4
Outra	9	4,2
TOTAL	213	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

À semelhança de estudos anteriores (Nico, 2011), as IPE consideradas foram questionadas acerca dos objectivos assumidos nas actividades de aprendizagem que desenvolveram. Foi solicitado que indicassem o principal objectivo (principal n.º 1) e mais um objectivo (principal n.º2). As respostas obtidas apontam, como objectivo principal:

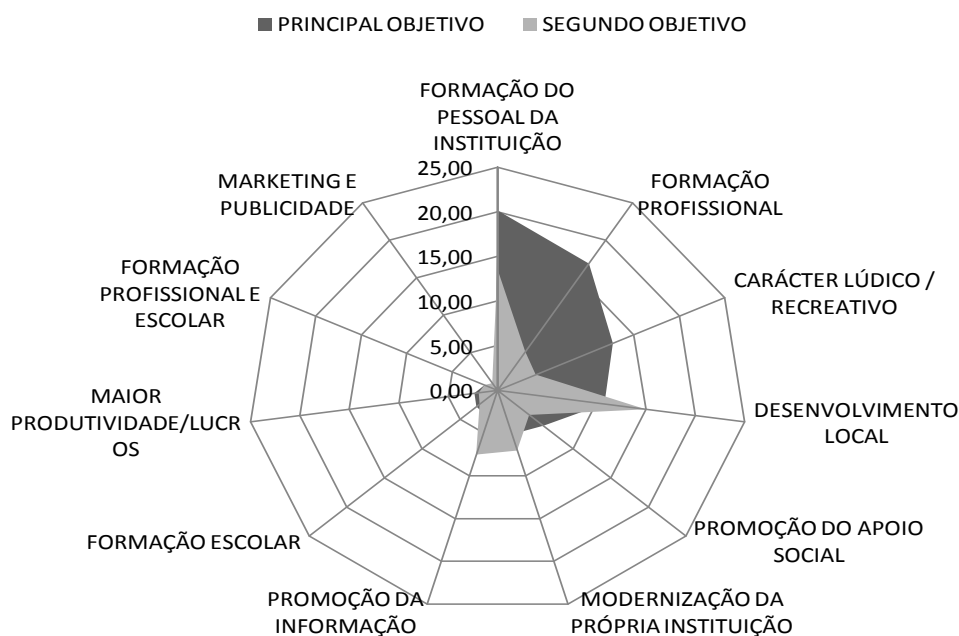
1. a *formação do pessoal da instituição* (20,2%);
2. a *formação profissional* (16,9%);
3. o *carácter lúdico / recreativo* (12,68%).

Como segundo objectivo no âmbito das actividades de aprendizagem das instituições, o *desenvolvimento local* foi o mais considerado, seguido da *promoção da informação*.

Estes objectivos são semelhantes aos identificados em estudo anterior Nico (2011).

O *apoio social*, a *actualização de recursos humanos*, através da formação, assim como o *desenvolvimento de actividades recreativas e desportivas* são outros objectivos também referidos.

Figura 44 - Objectivo das actividades desenvolvidas nas IPE



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A tabela seguinte apresenta, de forma quantitativa, a distribuição dos objectivos das actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE.

Tabela 101 - Objectivos das actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE

Objectivos	Principal (primeiro)	Principal (segundo)
Formação do pessoal da instituição	43	29
Formação profissional	36	11
Carácter lúdico / recreativo	27	9
Desenvolvimento local	23	32
Promoção da cultura	14	10
Promoção do apoio social	13	9
Modernização da própria instituição	11	15
Melhorar o serviço prestado	9	21
Promoção da informação	7	16
Formação escolar	6	5

Adaptação a nova legislação	6	2
Maior produtividade/lucros	5	4
Formação profissional e escolar	3	3
Criação de novos serviços e produtos	2	4
Melhorar a comunicação e os contactos	1	7
Marketing e publicidade	1	2
Aquisição de bens	1	2
Preparação de início de nova actividade	1	0
N/R	4	32
TOTAL	213	213

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1. Caracterização das actividades de aprendizagem nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

9.1.1. A Responsabilidade pelas actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os responsáveis pelas actividades de aprendizagem são actores muito importantes no desenho de contextos potenciadores de mudança e desenvolvimento local. As IPE inquiridas indicaram quais os responsáveis pelas seguintes dimensões:

- *existência* da iniciativa que disponibiliza a aprendizagem;
- *concepção e desenho* do plano da actividade de aprendizagem;
- *concretização* da prática de aprendizagem.

Quando questionadas relativamente à responsabilidade pelas 213 actividades de aprendizagem identificadas, as IPE referiram o seguinte:

- a) A **existência das actividades de aprendizagem** nos contextos organizacionais é, na maioria dos casos, da responsabilidade da própria instituição (165 casos, correspondendo a 77,5% dos casos). Contudo, também se verifica a existência de co-responsabilidade entre duas ou mais entidades (24,4%). Em menor número de casos, as entidades exteriores são as responsáveis exclusivas pela existência da actividade de aprendizagem (17,9%);

- b) A **concepção das actividades de aprendizagem** nas IPE não se encontra tão centralizada na própria instituição como se verificou anteriormente, pois, na maioria dos casos, é da responsabilidade de uma ou mais entidades exteriores (46,5%). A própria entidade é a única responsável pela concepção em apenas 34,3% das situações. A co-responsabilidade entre duas ou mais entidades verifica-se em 19,7% dos casos;
- c) A **concretização da actividade de aprendizagem** também vem reflectir o papel preponderante das IPE. No entanto, **nesta dimensão, verifica-se maior relacionamento interinstitucional** na concretização das actividades de aprendizagem, uma vez que a presença de instituições exteriores é, aqui, a mais elevada, quando comparamos este indicador como o que se passa ao nível da existência e concepção das aprendizagens.

Tabela 102 - Responsabilidade pelas actividades de aprendizagem

Aprendizagem	IPE	Instituição Exterior	Parceria	Outra situação
Existência	165	77	21	2
Concepção	117	117	27	2
Concretização	122	120	29	4

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.2. Os Recursos humanos envolvidos nas actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Relativamente à origem dos recursos humanos envolvidos na concretização das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE, verifica-se o seguinte:

Tabela 103 - Origem dos Recursos Humanos

Origens	Formadores (N)
Instituição	261
Outra instituição da freguesia	44
Outra freguesia do concelho	12

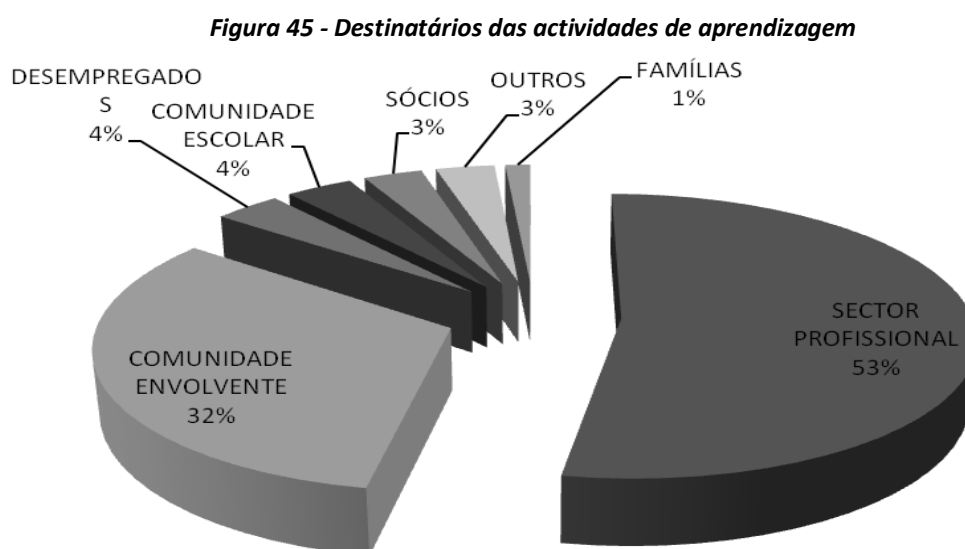
Exterior ao concelho	205
TOTAL	522

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Foram 522 os formadores envolvidos no total das 213 actividades de aprendizagem, o que corresponde a uma média de 2,5 formadores por actividade.

A maioria das entidades (52,1%) referiu ter formadores exteriores ao concelho na dinâmica destes ambientes.

Relativamente aos destinatários das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE, verifica-se o seguinte:



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Os destinatários mais referidos localizam-se na dimensão profissional (53% das situações consideradas), seguindo-se as aprendizagens destinadas a toda a população (32% dos casos).

Relativamente ao perfil dos destinatários na dimensão profissional, a tabela seguinte mostra a respectiva distribuição:

Tabela 104 - Perfil dos profissionais a que se destinam as aprendizagens

Perfil	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Proprietário(s)/responsáveis	30	25,2
Funcionário(s)	40	33,6
Proprietário/direcção e funcionário(s)	42	35,3
N/R	7	5,9
TOTAL	119	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A idade dos beneficiários das actividades de aprendizagem situa-se na faixa etária da população activa, podendo-se considerar a existência de um pico formativo destinado a este público, uma vez que 74,2% das actividades de aprendizagem destinam-se a *adultos em idade activa*.

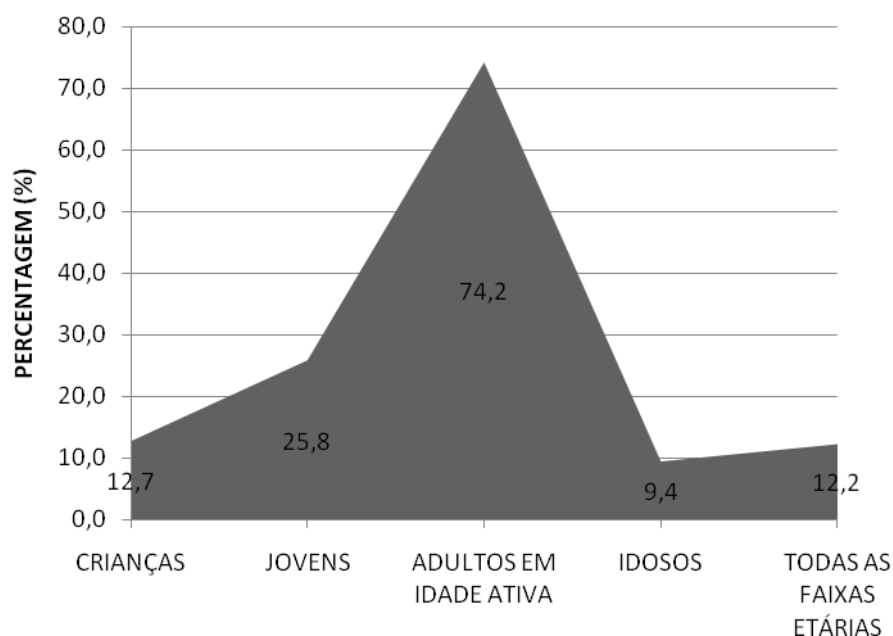
Os jovens são o segundo público preferencial das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE (25,8%), seguindo-se os idosos (9,4%), que são o público menos referido. Esta evidência indica a necessidade de desenvolver mais actividades para o público sénior, o que já estará a ocorrer, através dos projectos em curso no âmbito do Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca.

Tabela 105 - Faixa etária dos destinatários das actividades de aprendizagem

Faixa Etária	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Crianças	27	12,7
Jovens	55	25,8
Adultos em idade activa	158	74,2
Idosos	20	9,4
Todas as faixas etárias	26	12,2

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Figura 46 - Faixa etária dos destinatários das actividades de aprendizagem



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A maioria das actividades de aprendizagem destina-se a indivíduos de ambos os géneros. Apenas uma pequena minoria de aprendizagens promovidas pelas IPE se dirige especificamente a um dos géneros.

Tabela 106 – O Género dos destinatários das aprendizagens

Género dos destinatários	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
MASCULINO	27	12,7
FEMININO	29	13,6
AMBOS OS GÉNEROS	157	73,7
TOTAL	213	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.3. A Participação nas actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A natureza da participação dos participantes nas actividades de aprendizagem é geralmente livre (em 70% dos casos), não havendo qualquer restrição na participação das actividades de aprendizagem.

No entanto, 30% das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE são de frequência obrigatória, face aos 45,6% de obrigatoriedade de participação no âmbito dos ambientes de aprendizagem estudados em *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal* (Nico, 2012). As razões apresentadas para a obrigação da participação estão relacionadas com normativos e regras instituídas internamente pelas respectivas instituições, normativos legais relacionados com o exercício profissional, certificação da qualidade, entre outras.

Tabela 107 - Natureza da participação nas actividades de aprendizagem

Natureza da participação	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Obrigatória	64	30,0
Não obrigatória	149	70,0
TOTAL	213	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

No estudo efectuado junto das 83 IPE, foram identificados 237 locais de realização das actividades.

9.1.4. Os locais de realização das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As actividades de aprendizagem ocorrem, maioritariamente (59,2%), nos espaços das próprias IPE. No exterior do concelho, desenvolvem 28,2% das actividades, o que evidencia o papel das parcerias com instituições localizadas no

exterior do concelho. No estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*, não era tão evidente a localização dos ambientes de aprendizagem exteriores ao concelho (Nico, 2012).

Os locais de realização de actividades de aprendizagem exteriores ao concelho são, preferencialmente, Évora e Lisboa.

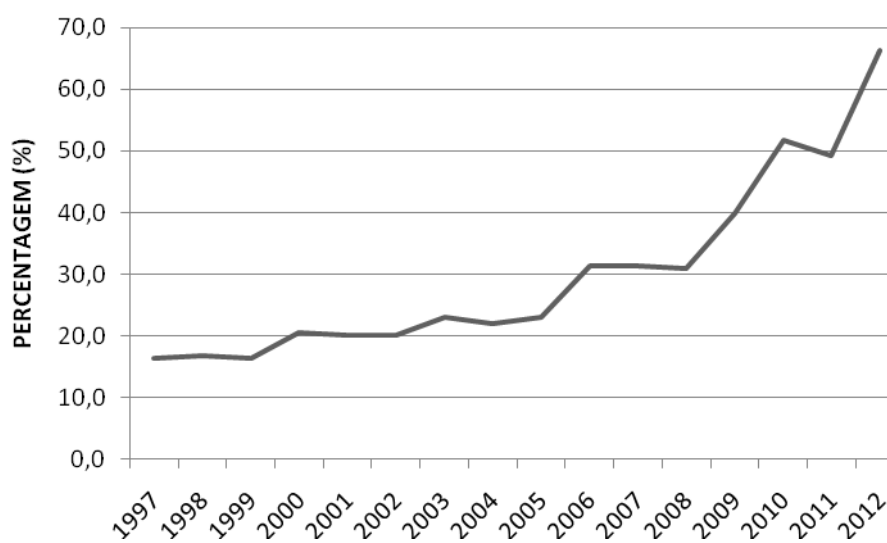
Tabela 108 - Locais de realização das actividades de aprendizagem

Local de realização da actividade de aprendizagem	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Instituição	126	59,2
Local da freguesia	32	15,0
Freguesia do concelho	19	8,9
Exterior ao concelho	60	28,2

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.5. Os momentos de realização das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

À semelhança de estudo anterior (Nico, 2011), ocorreu um crescimento evidente do número de aprendizagens em todo o período considerado. No último ano, verificou-se um acentuado crescimento, sendo o mesmo mais evidente, a partir do ano de 2009.

Figura 47 - Momento das aprendizagens

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Tabela 109 - Momentos das aprendizagens

Anos	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
1997	35	16,4
1998	36	16,9
1999	35	16,4
2000	44	20,7
2001	43	20,2
2002	43	20,2
2003	49	23,0
2004	47	22,1
2005	49	23,0
2006	67	31,5
2007	67	31,5
2008	66	31,0
2009	85	39,9
2010	110	51,6
2011	105	49,3
2012	141	66,2

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

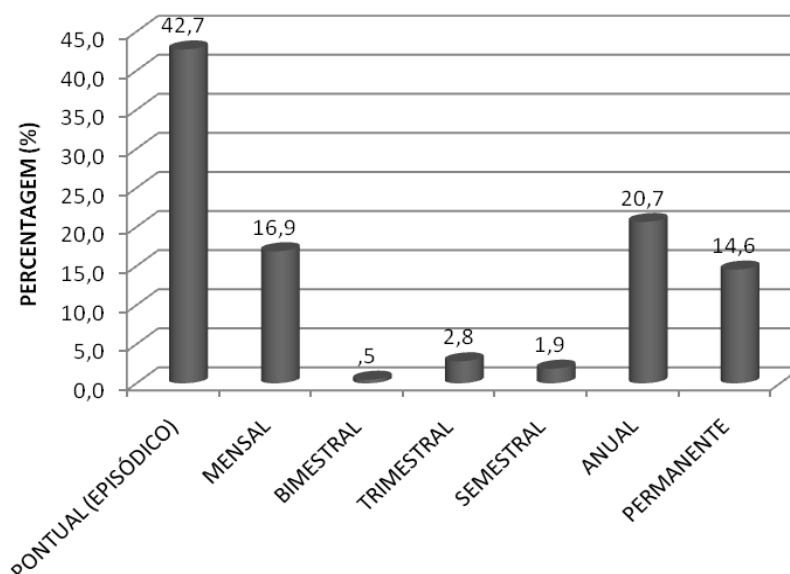
As actividades de aprendizagem têm mais frequentemente a duração de um dia (38,5% dos casos). Num terço das situações, a actividade tem uma duração superior a 14 dias.

Tabela 110 - Duração da actividade de aprendizagem

Duração	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
1 dia	82	38,5
2-7 dias	49	23,0
8 – 14 dias (2 semanas)	13	6,1
Mais de 14 dias	69	32,4
TOTAL	213	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

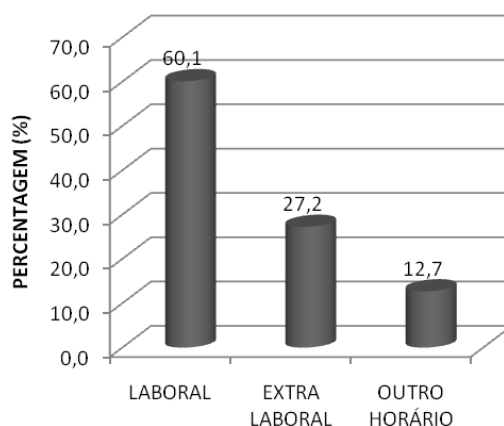
No que se refere à frequência com que ocorrem as aprendizagens promovidas pelas IPE, verifica-se que estas exibem um padrão em que predominam as aprendizagens pontuais (42,7% dos casos) e, no lado oposto, as aprendizagens com alguma estabilidade (aprendizagens permanentes, com 14,6% das situações identificadas), como se pode verificar no gráfico seguinte.

Figura 48 - Frequência da actividade de aprendizagem

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

O horário em que ocorrem as actividades de aprendizagem corresponde ao horário laboral, em 60,1% das actividades de aprendizagem, o que vai ao encontro de um perfil de actividades de aprendizagens maioritariamente direccionadas para o sector profissional.

Figura 49 - Horário das actividades de aprendizagem

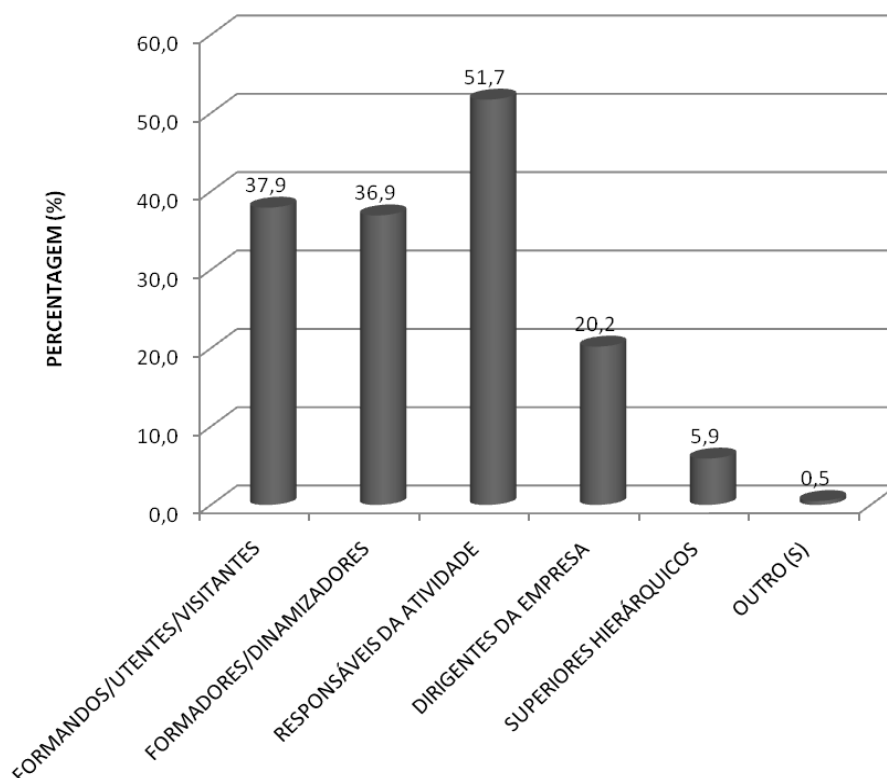


Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.6. A avaliação das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A avaliação é um momento importante nas dinâmicas de aprendizagem por permitir dar um feedback – quer aos beneficiários, quer aos responsáveis pela realização desses ambientes – e aferir da qualidade, potencialidades e limitações da prática desenvolvida.

A quase totalidade (95,3%) das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE é avaliada. No estudo *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal* (Nico, 2011), apenas 53,3% actividades de aprendizagem passou por algum processo de avaliação, o que nos permite evidenciar um perfil diferente nos contextos organizacionais com potencial educativo, havendo a preocupação acrescida em estruturar estes momentos e avaliar os seus efeitos.

Figura 50 - Responsáveis pela avaliação das actividades de aprendizagem

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Verifica-se uma predominância dos responsáveis pela promoção das actividades de aprendizagem, na concretização da respectiva avaliação.

A avaliação ocorre, mais frequentemente, *após a conclusão* das actividades (51,7% dos casos considerados) *durante* a sua concretização (42,9% das situações). A avaliação, *algum tempo após a realização das actividades*, ocorre apenas em 5,4% das actividades de aprendizagem.

Tabela 111 - Momentos de avaliação das actividades de aprendizagem

Momento de Avaliação	Frequência absoluta (N=203)	Frequência relativa (%)
Durante a formação	87	42,9
Após a conclusão da formação	105	51,7
Algum tempo após a formação	11	5,4
TOTAL	203	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.7. A certificação das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A certificação das actividades de aprendizagem concretizadas pelas IPE verifica-se na maioria dos casos. Porém, em cerca de 46,9% das actividades de aprendizagem, não ocorre qualquer tipo de certificação. Relativamente aos resultados do estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*, verifica-se que as instituições com potencial educativo certificam mais as actividades de aprendizagem do que a generalidade das instituições.

No total das 213 actividades de aprendizagem identificadas nas IPE, foram emitidos 113 tipos de certificados (53,1%). A maioria dos certificados emitidos dizia respeito à *participação no evento* (52,2%) e de *equivalência profissional* (47,8%).

Figura 51 - Tipo de Certificação (em relação ao total de certificados emitidos/n=113)



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.8. A cooperação, financiamento e recursos das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Na generalidade das actividades de aprendizagem desenvolvidas, durante o período em estudo, ocorreu uma parceria com, pelo menos, uma instituição externa.

Foram identificadas 131 parcerias em 213 actividades de aprendizagem (61,5% dos casos considerados).

Nas actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE, verificou-se uma predominância das parcerias estabelecidas com recurso a protocolo (63,4%). As parcerias mais frequentemente referidas foram estabelecidas com a Câmara Municipal de Alandroal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Centros de Évora e de Estremoz) e a Escola Nacional de Bombeiros.

Tabela 112 - Parcerias no âmbito das actividades de aprendizagem

Existência de Parcerias	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
COM PARCERIAS	131	61,5
SEM PARCERIAS	82	38,5
TOTAL	213	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Tabela 113 - Natureza das parcerias estabelecidas

Parcerias (N=131)	Média	Máximo	Actividades de aprendizagem		Parcerias
		N	N	%	N
COM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO	1,26	7	83	63,4	105
SEM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO	1,5	4	30	22,9	46

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

As actividades de aprendizagem (de acordo com a tabela seguinte), são, na sua maioria, financiadas (83,1% dos casos, a que correspondem 177 actividades de aprendizagem). Este dado contraria o que se havia apurado no estudo *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*, que evidenciou a existência de 39,7% de aprendizagens realizadas com financiamento. Da leitura da tabela seguinte, pode-se afirmar o seguinte:

- a) A origem do financiamento das actividades de aprendizagem é da própria instituição em 69,5% dos casos;

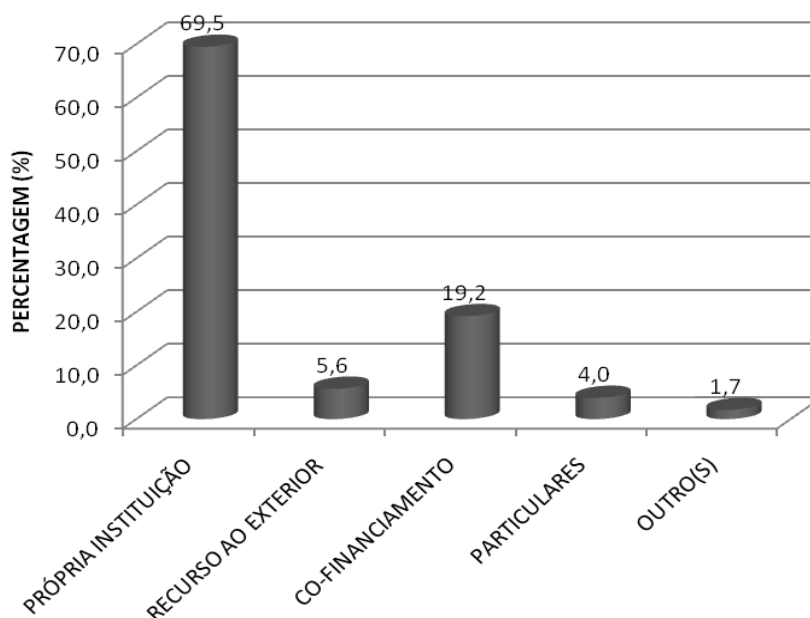
- b) 34 actividades de aprendizagem são co-financiadas (19,2%), aspecto que pode indicar a importância relativa das parcerias;
- c) 5,6% das actividades de aprendizagem é exclusivamente financiada por entidades exteriores.

Tabela 114 - Origem do financiamento da actividade de aprendizagem

Origem do financiamento	Frequência absoluta (N=177)	Frequência relativa (%)
Própria instituição	123	69,5
Recurso ao exterior	10	5,6
Co-financiamento	34	19,2
Particulares	7	4,0
Outro(s)	3	1,7
TOTAL	177	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Figura 52 - Origem do financiamento da actividade de aprendizagem



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Relativamente ao tipo de financiamento, embora as IPE não tenham divulgado muita informação, consegue-se inferir que houve uma cultura instituída de elaboração

de candidaturas a projectos de financiamento. Este recurso foi utilizado por 20,9% das entidades que, assim, financiou as suas actividades de aprendizagem.

Tabela 115 - Tipo de financiamento

Tipo de financiamento	Frequência absoluta (N=177)	Frequência relativa (%)
Prestação de serviços	16	9,0
Subsídio	20	11,3
Candidatura aprovada	37	20,9
Donativo	1	0,6
Não responde	103	58,2
TOTAL	177	100,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

9.1.9. A relevância das actividades de aprendizagem das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Qual a relevância que as 213 actividades de aprendizagem representaram para a vida das 7412 pessoas nelas envolvidas? À semelhança do estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal* (Nico, 2011), constatou-se que o maior impacto foi *profissional*, tendo sido considerado *relevante* e *muito relevante* pelos responsáveis das IPE.

Tabela 116 - Relevância das actividades de aprendizagem

Âmbito da actividade de aprendizagem	Grau de relevância					Média
	Nada relevante (1)	Pouco relevante (2)	Nem muito nem pouco relevante (3)	Relevante (4)	Muito relevante (5)	
Profissional	47	11	12	33	110	3,69
Pessoal	55	10	19	47	82	3,42
Social	57	11	15	47	83	3,41
Escolar / académico	136	13	25	19	20	1,93
Familiares	126	30	23	14	20	1,92

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

10. A UNIVERSIDADE POPULAR TÚLIO ESPANCA/PÓLO DE ALANDROAL

A mais recente rede de qualificação de Alandroal tem vindo a consolidar-se em torno da implementação local do projecto de Educação Popular promovido pela Universidade de Évora e que se concretiza através do Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca.

De acordo com informação disponível na página Web da instituição, a Universidade Popular Túlio Espanca está organizada da seguinte forma:

A Universidade Popular Túlio Espanca, no âmbito dos objectivos que lhe são atribuídos estatutariamente, assume-se como um instrumento de concretização da missão da Universidade de Évora, particularmente no que diz directamente respeito à produção e socialização do conhecimento em áreas científicas relacionadas com a actividade que se propõe desenvolver e à prestação de serviços à comunidade.

Os contornos geográficos da acção da Universidade Popular Túlio Espanca são, preferencialmente, os determinados pela região em que se localiza (Alentejo), o público a quem destina a sua actividade científica e pedagógica é a totalidade da população aí residente e a metodologia a privilegiar recorre, preferencialmente, a dispositivos de formação de matriz não formal, concebidos e concretizados em articulação com as instituições locais e assumidos como instrumentos de formação ao longo da vida.

A Universidade Popular Túlio Espanca privilegia o estabelecimento de protocolos com instituições da comunidade local e regional, tendo em vista a consecução das suas actividades e o envolvimento da Universidade de Évora na concretização das actividades de formação promovidas pela sociedade civil, através das suas instituições representativas.

A Missão

A Universidade Popular Túlio Espanca assume, como missão:

1. **Contribuir para a formação científica, cultural e técnica dos cidadãos da região Alentejo**, através do acesso destes a modalidades de formação ao longo da vida;
2. **Reforçar a capacidade científica da Universidade de Évora**, no âmbito da Educação não-formal, Educação Popular, Educação Comunitária, Educação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida;
3. **Valorizar a infra-estrutura pedagógica da Universidade de Évora**, através da concepção e concretização de dispositivos de formação orientados para modelos e estilos de aprendizagem ao longo da vida e para públicos com interesses em ofertas de formação não formal;
4. **Construir um espaço de interface entre a formação académica disponibilizada pela Universidade de Évora e a realidade da região**, em áreas de forte significado e potencial para a população e com evidente contributo para a formação dos docentes, discentes e funcionários da Universidade de Évora;
5. **Potenciar a utilização da infra-estrutura humana, cultural, científica, pedagógica, técnica e física da Universidade de Évora** e o respectivo aproveitamento, por parte da generalidade da população alentejana.

Os Objectivos

No sentido de concretizar a sua missão, a **Universidade Popular Túlio Espanca** estabelece os seguintes objectivos:

1. **Garantir, aos cidadãos** da região Alentejo, **oportunidades de participar em actividades de formação ao longo da vida**;
2. **Construir e concretizar dispositivos formativos indutores de estilos de aprendizagem ao longo da vida** que estimulem e reforcem a formação cultural, científica e técnica da população adulta;
3. **Estabelecer protocolos de cooperação institucional** com a rede de entidades públicas, privadas e solidárias a operar na região Alentejo, no sentido de potenciar, em cada circunstância social e territorial, todos os recursos existentes, tendo em vista garantir as melhores condições possíveis para a concretização de aprendizagens, por parte da população de cada contexto local;
4. **Promover**, em articulação com as autoridades científicas e pedagógicas da instituição, **oportunidades de prática experiencial**, em projectos de formação ao longo da vida, em contexto real, **para investigadores, docentes, discentes, funcionários, colaboradores e ex-alunos da Universidade de Évora**;

A Estratégia

A **Universidade Popular Túlio Espanca** privilegia o recurso dispositivos de formação concebidos e concretizados através de abordagens educacionais de âmbito não-formal, isto é, não conducentes a certificação formal com reconhecimento escolar e/ou profissional. Assim sendo, serão disponibilizadas, à população, oportunidades de aprendizagem organizadas em torno de cinco grupos distintos de ofertas:

- **JANELAS CURRICULARES DE APRENDIZAGEM LIVRE** : As Janelas Curriculares de Aprendizagem Livre são oportunidades de participação da população em algumas das actividades de aprendizagem formal disponibilizadas pela Universidade de Évora, no âmbito da sua oferta formativa regular, previamente definidas pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares em que as mesmas ocorrem e oportunamente divulgadas, no âmbito do projecto educativo da **Universidade Popular Túlio Espanca**, para cada ano lectivo.
- **CURSOS BREVES** : Os Cursos Breves são oportunidades de formação de curta duração concebidas e concretizadas, de acordo com interesses e necessidades individuais ou institucionais e adaptadas aos recursos existentes, em cada momento, na Universidade de Évora e nas instituições parceiras, caso existam.
- **ACÇÕES SINGULARES** : As Acções Singulares são oportunidades de aprendizagem de cariz pontual, que assumem vários formatos (Palestras, Conferências, Seminários, Mesas-Redondas, etc.).
- **VISITAS DE ESTUDO** : As Visitas de Estudo são oportunidades de aprendizagem que pressupõem a deslocação dos participantes até junto do objecto da respectiva aprendizagem. As Visitas de Estudo poderão ocorrer dentro da própria Universidade de Évora ou no seu exterior.
- **OUTROS FORMATOS** : Podem ocorrer outros dispositivos de formação com geometria funcional e temporal diversificada, sempre que as circunstâncias o aconselhem e as condições o permitam.

A Participação

As actividades educacionais promovidas pela **Universidade Popular Túlio Espanca** são de acesso livre a todos(as) os(as) que nelas queiram participar, sendo que a sua frequência é

apenas limitada pelas circunstâncias físicas e técnicas dos espaços em que ocorram e dos requisitos didáticos que as determinam .

Os(as) professores(as), investigadores(as), estudantes, funcionários(as), ex-estudantes da Universidade de Évora e individualidades convidadas constituirão o corpo preferencial de formadores da **Universidade Popular Túlio Espanca** , sempre numa base de voluntariado.

A Localização

A **Universidade Popular Túlio Espanca** tem a sua sede física nas instalações da Universidade de Évora, em local de fácil visibilidade e acesso ao público e possui um sítio específico de Internet: (www.utulioespanca.uevora.pt)

O Plano Educativo

A **Universidade Popular Túlio Espanca** organiza, em cada ano lectivo, um Plano Educativo do qual constarão as iniciativas educacionais que serão concretizadas no período em causa.

(<http://www.utulioespanca.uevora.pt/Conheca-a-escola/Organizacao>, acedido em 16 de Julho de 2013)

Em 2 de Junho de 2010, em cerimónia realizada no Fórum Cultural Transfronteiriço de Alandroal, foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre a Universidade de Évora e a Câmara Municipal de Alandroal, através do qual se estabeleceu a parceria que deu origem ao Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca (então designada como Universidade Sénior Túlio Espanca/Escola Popular da Universidade de Évora).

10.1 A Universidade Popular Túlio Espanca/ Pólo de Alandroal: o presente

No ano lectivo 2012/2013, o Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca conta com 666 estudantes adultos inscritos e está presente em todo o território do concelho, com diversas ofertas de educação não formal, de acordo com a seguinte distribuição:

**Tabela 117 – Oferta de Educação não Formal da
Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal**

Freguesia	Oferta de Educação não Formal
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	Ginástica, Danças de Salão, Inglês, Yoga, História Universal, Informática, Teatro, Viola
Santiago Maior	Ginástica, Viola, Informática
Terena (São Pedro)	Ginástica, Instrumentos Tradicionais

Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	Ginástica
Mina do Bugalho (São Brás dos Matos)	Ginástica
Capelins (Santo António)	Ginástica, Informática

Um dos aspectos mais relevantes da actividade desta recente instituição reside no facto de estarem a ser recuperadas e reutilizadas as antigas Escolas Primárias do concelho (entretanto desactivadas, em consequência do reordenamento da rede de estabelecimentos escolares do concelho).

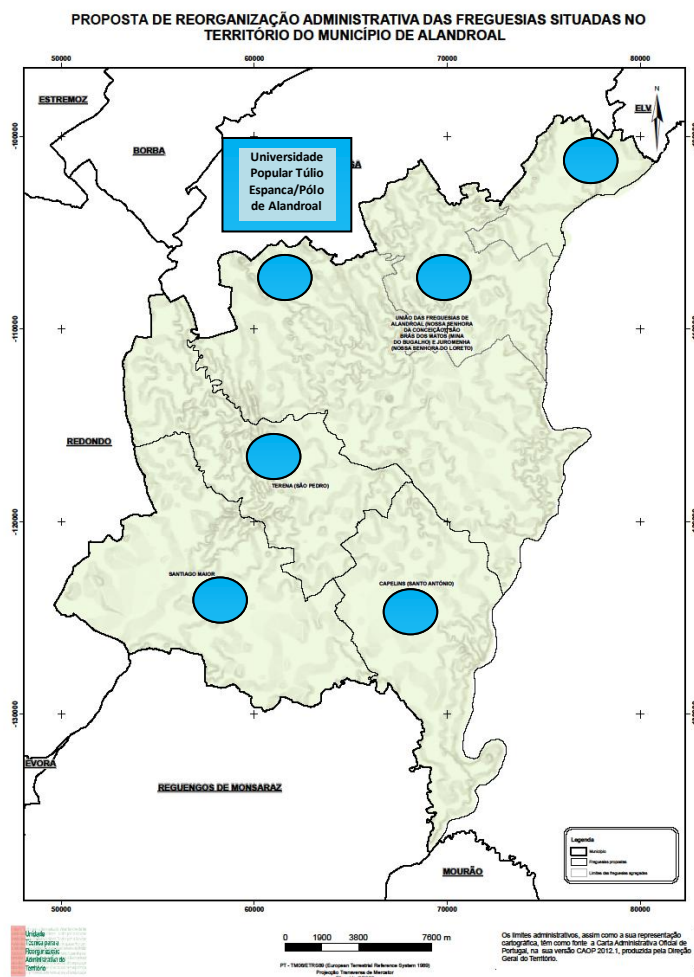
Neste contexto, a actual rede de antigas Escolas Primárias conta com os seguintes edifícios e respectivas utilizações:

***Tabela 118 – Antigas Escolas Primárias em utilização pela
Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal***

Espaço	Actividade
EB1 de Rosário	Com actividade da Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal
EB1 de Ferreira de Capelins	À responsabilidade da Junta de Freguesia de Capelins
JI de Montes Juntos	JI em funcionamento, ano lectivo 2012/2013
EB1 Mina do Bugalho	Com actividade da Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal
EB 1 de Orvalhos	À responsabilidade do Centro Cultural Orvalhense
EB1 Casas Novas de Mares	À responsabilidade da Associação Cultural e Recreativa Casanovense
E.B. 1 Venda	Em funcionamento
EB 1 Cabeça de Carneiro	À responsabilidade do Carneiro Futebol Clube
EB1 Hortinhas	À responsabilidade da Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas
EB1 de Marmelos	À responsabilidade da Associação Jovem de Santiago Maior
EB 1 de Juromenha	À responsabilidade da Junta de Freguesia de Juromenha e do Clube de Caçadores de Juromenha
EB1 Faleiros	À responsabilidade da Associação de Caça e Pesca de Ferreira de Capelins

Actualmente, a rede de oferta de educação não-formal da Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal está representada na figura seguinte:

Figura 53 – Rede de oferta de educação não formal da Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal



Adaptado de: <http://app.parlamento.pt/> (acedido em 16 de Julho de 2013)

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Educativa do Concelho de Alandroal, como já foi, anteriormente, referido, é um instrumento dinâmico e sempre inacabado. Assim é porque as Cartas Educativas de qualquer território devem assumir-se como instrumentos promotores de progresso humano, cultural, social e económico da realidade a que dizem respeito.

O processo de Revisão da Carta Educativa de Alandroal, que estas considerações finais encerram deverá ser, por consequência do que atrás é referido, um documento permanentemente aberto e sempre disponível para acolher, em qualquer momento, os contributos que o presente e o futuro dos alandroalenses apontar.

Neste contexto, parece oportuno relevar alguns aspectos que se revelaram estruturantes no que respeita ao papel da qualificação no presente e futuro do Concelho de Alandroal:

11.1 A Carta Educativa, o território, as instituições, os cidadãos e as redes de qualificação

1. Na sequência do que foi o pensamento e a matriz estruturante de todo o processo de Revisão da Carta Educativa de Alandroal, **propõe-se um, amplo, participado e informado, debate em torno deste documento e a consequente apresentação de propostas de alteração e aperfeiçoamento do mesmo, tendo em vista a sua aproximação à realidade existente e às expectativas e projectos dos alandroalenses, nomeadamente das suas mais representativas instituições.** Entende-se que **o Conselho Municipal de Educação poderá liderar este processo** e que o mesmo se deverá alargar ao Conselho Local de Acção Social, ao Conselho Municipal de Juventude, à ASSERAL, às autarquias locais (Assembleia Municipal, Assembleias e Juntas de Freguesia) e a todos os interessados, individual e institucionalmente considerados;

2. **Atendendo à natureza estruturante da Carta Educativa do Concelho de Alandroal para todas as áreas concorrentes para o desenvolvimento humano, social, cultural e económico do território, e considerando a necessária coesão territorial no interior do concelho, propõe-se uma adequada articulação e um eficaz diálogo entre este instrumento e os outros instrumentos municipais concorrentes para o mesmo desígnio**, nomeadamente: o Plano Director Municipal, a Agenda 21, o Plano de Desenvolvimento Social, os Regulamentos Municipais no âmbito da Educação, do Apoio às Empresas, entre outros.

3. No sentido de potenciar, ao máximo, a utilização comum de recursos e a promoção da cooperação institucional, propõe-se a **introdução de critérios decorrentes das políticas municipais de qualificação nos regulamentos municipais que enquadram a atribuição de apoios às instituições, famílias e cidadãos de Alandroal**;

11.2 A Evolução da Rede De Qualificação de Alandroal

1. **A rede global de qualificação do Concelho de Alandroal conheceu, desde 2006 (data da elaboração da Carta Educativa), uma assinalável evolução.** Na realidade, como já foi referido, foram desactivadas as antigas Escolas Primárias, foi construído o Centro Escolar de Santiago Maior, iniciada a construção do Centro Escolar de Terena e concluída a obra de construção da nova EBI Diogo Lopes de Sequeira, na sede do concelho. Em simultâneo, nasceu uma nova Escola de Educação não-Formal: o Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca (na actualidade, com mais de meia centena de participantes regulares).

2. Na actualidade, **a capacidade existente, ao nível da Educação de Infância, necessitará de reforço no território**, atendendo ao facto de existir apenas uma Creche (localizada em Alandroal), o que é insuficiente face às necessidades, provocando uma evidente desigualdade no acesso a uma resposta educativa crítica para o desenvolvimento das crianças e criando uma discriminação territorial que diminui a coesão municipal.

3. Relativamente ao Ensino Básico (1, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico), a rede existente possui capacidade suficiente para a procura, actual e futura, e as condições físicas, didáticas e sociais disponibilizadas têm quantidade e qualidade adequadas, com excepção da área da Educação Física e Expressão Físico-Motora, dimensão que não possui, em todo o concelho, um espaço coberto com qualidade para nele se concretizarem as actividades de aprendizagem.

4. Ao nível do ensino secundário, a inexistência de oferta no território gera um movimento de saída dos estudantes do concelho para os concelhos limítrofes (Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa e Évora), facto que pode concorrer para fenómenos posteriores de despovoamento. Neste contexto, **propõe-se uma acção coordenada, no território, no sentido de se construírem, localmente, alguns dos segmentos curriculares de qualificação do ensino secundário**, particularmente a possibilidade endógena de realização de estágios curriculares e de estágios profissionais, no final deste ciclo de ensino. Estas *âncoras locais de aprendizagem* poderão atenuar o fenómeno atrás descrito e contribuir para a qualificação de fileiras económicas locais, através da qualificação de, eventuais, jovens colaboradores de empresas e instituições.

5. A existência, no território, de 83 Instituições com Potencial Educativo/IPE (cf. Anexo 1) é um recurso a não desprezar pelas redes formais de qualificação. Na realidade, estas instituições possuem recursos físicos, técnicos e humanos que podem ser assumidos como recursos curriculares e, dessa forma, contribuir para a qualidade das aprendizagens nas redes formais escolar e de formação profissional. Por outro lado, as IPE poderão beneficiar do contributo das instituições escolares e de formação e dos seus recursos humanos qualificados. Esse contributo poderá qualificar essas instituições, as actividades por elas desenvolvidas e as aprendizagens que as mesmas disponibilizam e nas quais muitos alandroalenses participam.

11.3. A Qualificação e o desenvolvimento de Alandroal

1. **Qualificação e Desenvolvimento são duas variáveis de uma mesma equação, em qualquer território.** Na realidade, a variável mais crítica para a sustentabilidade de qualquer modelo ou processo de desenvolvimento é a qualificação das pessoas e das instituições. **Conhecimento, criatividade, inovação, tecnologia e adequada valorização da cultura e património locais são, na actualidade, ingredientes necessários para a construção e consolidação de fileiras de desenvolvimento económico** que garantam adequada produção endógena da riqueza necessária para garantir o emprego e a sustentabilidade das políticas locais promotoras de qualidade da vida das pessoas, famílias e instituições e a coesão dos territórios.

Neste contexto, a Carta Educativa é, também e principalmente, um instrumento de desenvolvimento local. Nesse sentido, **propõe-se que a Carta Educativa acolha os contributos dos principais actores das redes económica e social do concelho**, responsáveis pela grande maioria dos empregos e do investimento existentes no território. Neste âmbito, a ASSERAL (Associação Empresarial da Região de Alandroal) e o CLAS (Conselho Local de Acção Social) deverão ser parceiros fundamentais e activos de um processo permanente de actualização da actual Carta Educativa.

2. Ao longo do presente processo de Revisão da Carta Educativa de Alandroal, ficou evidente a existência de determinadas fileiras de desenvolvimento em que o território está a investir, em termos políticos e económicos. Estas fileiras induzem a possibilidade de diferenciação do concelho, permitindo a criação de **marcas territoriais** que poderão concorrer para a construção e consolidação de uma renovada identidade local, alicerçada na herança patrimonial e histórica recebida e alimentada por políticas de modernização e valorização de actividades económicas com base sustentável. Apresentam-se três exemplos dessas marcas territoriais:

a) **História e Natureza** – o território de Alandroal é rico em **vestígios arqueológicos** (muitos relacionados com rituais religiosos únicos no país), **monumentos de grande simbolismo e valor histórico** (Castelos de Alandroal, Terena e

Fortaleza de Juromenha) e encontra-se mergulhado numa **envolvente natural de grande diversidade biológica, geológica e estética** (a albufeira de Alqueva, as espécies piscícolas, os desportos náuticos, as pedreiras de extracção de mármore ou as extensões de regadio do Lucefecit). Esta realidade diversificada e disponível em quase todo o território do concelho é um activo da maior importância no seu, actual e futuro, desenvolvimento económico.

b) **Endovélico** – verdadeira imagem de marca de Alandroal. Os vestígios arqueológicos, os rituais e todo o simbolismo associado a esta manifestação religiosa estão presentes no território de Alandroal e são, na actualidade, uma das mais fortes marcas diferenciadoras do concelho, atraindo um, fiel, esclarecido e cada vez maior, número de entendidos e interessados em conhecer.

c) **Fronteira-Guadiana-Espanha** – *tripé* que delimita o concelho, na sua fronteira leste, e que constitui uma outra marca diferenciadora do território. O contacto com Espanha, o papel do rio no diálogo fronteiriço e a presença das fortificações na delimitação e na defesa da integridade do país remetem para uma outra realidade que valorizam a realidade do concelho.

3. A localização dos principais pólos da rede formal de educação escolar (Alandroal, Terena e Santiago Maior/Pias) determina a existência de **um eixo estruturante ao longo de todo o concelho, assente em três centros urbanos em que se localizam os principais serviços públicos concelhios**. Os Centros Escolares existentes nestes três pólos deverão assumir-se como pólos de desenvolvimento local e de coesão territorial. Em concomitância, **a definição deste eixo principal, promove, também, a definição de um outro eixo paralelo e mais interior: o eixo definido por Ferreira de Capelins, Rosário, Juromenha**. Este segundo eixo remete para outro corredor de desenvolvimento, assente em pressupostos económicos e culturais distintos do anterior. **Propõe-se que, neste eixo, a educação não-formal assuma o protagonismo que a educação formal assume no primeiro eixo referido.**

Terminam-se estas palavras, com um agradecimento a todas as instituições e pessoas que participaram, colaboraram e tornaram possível este trabalho. Um agradecimento muito particular a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Alandroal, pela disponibilidade permanente na resposta às solicitações que lhes foram apresentadas.

Referências Bibliográficas

ARROTEIA, J. et al (2000). *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

BARREIROS, C. (2012). *Arqueologia das aprendizagens de âmbito profissional no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

BARRENHO, C. (2012). *Missão ou Miragem no Combate ao Insucesso e Abandono Escolares, no período 1997-2007, no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

CANÁRIO, R. (1996). “Nota de Apresentação”. in Natália Alves et al (Orgs.). *A escola e o espaço local: políticas e actores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

CARIDE, A. (1998). La Escuela en el Medio Rural. Crónica e Alternativas para la Reconstrucción de una Identidade in Crisis”. in *Aula de Innovación Educativa*. (77).

CARVALHO, L. (2010). *A aprendizagem de indivíduos não-alfabetizados pertencentes a comunidades com elevados índices de analfabetismo*. [Tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

CARVALHO, L. (2013). Pelos trilhos do analfabetismo: entre Juromenha e Ferreira de Capelins in Educação - *Temas e Problemas*, nº. 9/10. Ano 7. Évora: Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia (aguarda publicação).

CARVALHO, L., NICO, B., NICO, L. & TOBIAS, A. (2011). À margem do mundo das Letras: o caso de Juromenha. in Bravo Nico et al (Orgs). *Escola(s) do Alentejo – um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp.15-20.

CMA (s/d). *Apoiar & Crescer em tempo de crise: caderno especial de apoio*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.

CMA (1994). *Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/Projecto Plano.

CMA (2006). *Revisão do Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/PROGITAPE.

CMA (2007). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal*. Alandroal: CMA/Rede Social de Alandroal.

D'OREY, J. (2008). *Gestão Curricular Local: fundamento para a aquisição, desenvolvimento e valorização de competências em Ciências Naturais no Ensino Básico- a promoção da literacia científica no concelho de Alandroal. Portel* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).

D'OREY, J. (2011). Gestão Curricular Local e Literacia Científica in *Educação - Temas e Problemas*, nr. 9/10. Ano 7. Évora: Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia. (aguarda publicação).

FERRAGOLO DA VEIGA, J. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora

FRANCO, V. (Org.) (2013). *Síndrome de X-Frágil: pessoas, contextos & Percursos*. Évora: Edições Aloendro.

GALHARDAS, E. (2012). *Arqueologia das Aprendizagens na freguesia de Nossa Senhora da Conceição – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

GÓMEZ, J., FREITAS, O. & CALLEJAS, G. (2007). Educação e Desenvolvimento Comunitário: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições.

GROSSO, M. (2012). *Arqueologias” das aprendizagens em Capelins (Santo António) – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

IMAGINÁRIO, L. (2007). “(Re)valorizar a aprendizagem: práticas e respostas europeias à validação de aprendizagens não formais e informais”. in *Conferência Valorizar a Aprendizagem: práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais*. Lisboa (texto policopiado). pp. 1-17.

INE (2002). Censos 2001. Resultados definitivos. Lisboa: INE.

INE (2012). Censos 2011. Resultados definitivos. Lisboa: INE.

LIMA, L. & ERASMIE, T. (1982). Inquérito às Associações do Distrito de Braga. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.

MELO, A., LIMA, L. & ALMEIDA, M. (2002). *Novas Políticas de Educação e Formação de Adultos. O contexto internacional e a situação portuguesa*. 1.ª Edição. Nº 2. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

NICO, B. (2004). “Cartografia das aprendizagens na freguesia da Torre de Coelheiros – a dimensão institucional”. in *Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar – Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 329-334.

NICO, B. (2008). Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável. in Bravo Nico (Org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Edições Pedagogo. pp: 9-19.

NICO, B. (2011). *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo.

NICO, B. (2012). Saberes, Linguagens e Práticas Educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal/Portugal). in Mairce Araújo & Jacqueline Moraes (Orgs.) *Vozes da Educação: Formação de Professores, Narrativas, Políticas e Memórias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro. pp: 99-109.

NICO, B. & NICO, L. (2009). Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal: Em busca das Escolas fora da Escola. in *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga. Universidade do Minho (aguarda publicação).

NICO, B. & NICO, L. (2011). “Educação e território: O (Des)Encontro Geracional das Aprendizagens e a Fractura Cultural”. in Márcia Alvarenga (Ed.) *Educação de Jovens e Adultos em tempos e contextos de aprendizagens* Rio de Janeiro: Editora Rovel. pp. 33-43.

NICO, B., NICO, L., FERREIRA, F. TOBIAS, A. (Orgs.) (2011). *Escola(s) do Alentejo – Um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo.

NICO, B., NICO, L., FERREIRA, F., TOBIAS, A. (2013). *Educação e Formação de Adultos no Alentejo: o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no período 2000-2005*. Mangualde: Edições Pedagogo & Universidade de Évora

NICO, B., NICO, L. & TOBIAS, A. (2009). “Arqueologia” das Aprendizagens no Alandroal: a fotografia de uma década de Qualificação. in *Actas do 1.º Fórum de Investigação em Ciências da Educação*, Lisboa: Universidade de Lisboa (aguarda publicação).

NICO, B., NICO, L., CARVALHO, L. MAURÍCIO, P., RAMALHO, P., PACHECO, D., RAMOS, S., VALADAS, F. & SILVA, J. (2009). Em busca das aprendizagens no concelho de Alandroal: A dimensão institucional. in *Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. (aguarda publicação).

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., CARVALHO, L. & VALADAS, F. (2010a). Learning Archeology in the Alandroal. in *Education, Economy and Society, Analytrics* Vol. 3, pp. 117-126.

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., CARVALHO, L. & VALADAS, F. (2010b). Dez Anos de Aprendizagem num território: o caso do Concelho de Alandroal (Portugal). *Mapping Interactivo*. n.º 43.

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A. & CARVALHO, L. (2011). As Escolas Fora da Escola: O Caso do Alandroal. in Bravo Nico et al (Orgs). *Escola(s) do Alentejo – um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde. Edições Pedagogo. 11-14.

NICO, B., NICO, L., TOBIAS., VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2010). Arqueologia Educacional de um Território: Uma década de Aprendizagens na Freguesia de Juromenha (Alandroal). in *Actas do Encontro Internacional Aprender ao longo da vida: contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da avaliação*. Braga: Universidade do Minho (aguarda publicação).

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2011a). Uma Década de Aprendizagem (1997-2007): O caso de Terena (Alandroal). in *Actas do XI Congresso Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Guarda. Instituto Superior Politécnico da Guarda (aguarda publicação).

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2011b). Uma Década de Aprendizagem (1997-2007): O caso de Santiago Maior (Alandroal). in *Actas do XI Congresso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogia*. La Coruna: Universidade da Coruna.

NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., VALADAS, F. & FERREIRA, F. (2013). *Atlas da Educação em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo & Universidade de Évora

NICO, L. (2011). *A Escola da Vida: reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais em Portugal (Fragmentos de uma década 2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedagogo.

PEREIRA, A. (2008). *SPSS Guia Prático de Utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.

REIS, E., VICENTE, P. & FERRÃO, F. (2001). *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Sílabo

ROCHA S. (2011). *Que respostas “Curriculares/Educativas” foram disponibilizadas, entre 1997 e 2007, às crianças com Síndrome X Frágil, no Concelho de Alandroal?* [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

ROMÃO, J. (2008). *A Cartografia Educacional de um território como factor enriquecedor da Oferta Educativa: o caso do Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).

SILVA, A. & ROTHES, L. (1998). Educação de Adultos. in A. Silva et al. *A evolução do sistema educativo e o PRODEP. Estudos Temáticos*. Volume III. Lisboa: Ministério da Educação, pp.17-16

TTERRA (2011). *Agenda 21 do Concelho do Alandroal: diagnóstico para a sustentabilidade.* Parede: TTerra.

VERDASCA, J. (2002). *Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes: os casos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico nos municípios de Évora e de Portel* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).

Legislação referida:

Lei n.º 99/2003 de 27 de Agosto (aprova o Código do Trabalho)

Lei n.º 35/2004 de 29 de Julho (Regulamenta a Lei nº 99/2003)

Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro (estabelece os princípios de criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e o processo de elaboração e aprovação da Carta Educativa)

Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro (estabelece a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3)

Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro (estabelece o quadro geral de organização dos cursos de educação extra-escolar realizados pela iniciativa ou com a colaboração do Ministério da Educação, no domínio da educação de base de adultos)

Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro (cria o Programa de Formação em Competências Básicas).

ANEXO 1**MAPAS E RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO**

ANEXO 2**PLANTAS E DOCUMENTOS TÉCNICOS DOS CENTROS ESCOLARES DO CONCELHO
DE ALANDROAL**